Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Ana Beatriz Martins Oliveira

Reabilitação de uma casa burguesa dos anos 30.
Proposta para um Centro de Estudos Judiciários

janeiro de 2026

Reabilitação de uma casa burguesa dos anos 30.
Proposta para um Centro de Estudos Judiciáios

Ana Beatriz Martins Oliveira

UMinho | 2026

Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Ana Beatriz Martins Oliveira

Reabilitação de uma casa burguesa dos anos 30.
Proposta para um Centro de Estudos Judiciários

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao Grau de Mestre em Arquitetura
Área de Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação dos Professores
João Cabeleira e Eduardo Fernandes

janeiro de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial
CC BY-NC

https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Agradecimentos

Agradeço,

Aos meus orientadores, Professor João e Professor Eduardo por toda a disponibilidade, acompanhamento e orientação crítica.

À minha família pelo apoio constante, compreensão e carinho.

Aos meus amigos pelo apoio em todas as fases e incentivo.

Aos Luís pela companhia e acima de tudo pela paciência.

Resumo

Este trabalho de projeto tem como objeto de estudo uma habitação realizada no início da Rua dos Combatentes da Grande Guerra, situada nas traseiras do Tribunal Judicial de Guimarães, que apresenta uma tipologia unifamiliar que podemos designar como *palacete urbano*, tipo de construção ligada à burguesia. Resulta de um projeto realizado em 1927 pelo arquiteto portuense José Emílio da Silva Moreira.

O projeto aqui apresentado tem como principal objetivo recuperar a habitação, que atualmente se demonstra abandonada e num progressivo estado de degradação. Propomos a sua reutilização com um programa diferente, um Centro de Estudos Judiciários, equipamento de apoio à investigação sobre os arquivos do referido Tribunal.

Para concretizar este projeto foi necessário desenvolver uma contextualização no tempo e no espaço e efetuar uma análise de todos os elementos presentes no terreno. Para alojar todas as componentes do novo programa, foi também necessário projetar uma pequena ampliação, que se procurou enquadrar no contexto preexistente sem prejudicar a harmonia do conjunto. Os capítulos que se seguem expõem essa pesquisa, de análise e projeto.

Este trabalho de reabilitação serve ainda de alerta para a importância crescente da conservação de edifícios, não só do património histórico, mas também de qualquer construção que apresente valor para a cidade. Numa perspetiva ecológica, reabilitar é sempre melhor do que promover novas construções.

Abstract

This project focuses on a single- family dwelling located at the beginning of Rua dos Combatentes da Grande Guerra, behind the Guimarães Judicial Court. The building can be described as an urban mansion, a type of building associated with the bourgeoisie. It is the result of a project carried out in 1927 by Porto based architect José Emílio da Silva Moreira.

Currently abandoned and in a progressive state of deterioration, the proposed intervention aims to rehabilitate the building and adapt it to a new functional programme: a Center for Judicial Studies intended to support research on the archives of the Court.

To develop the project, it was necessary to carry out a historical and urban contextualisation, along with a detailed analysis of the building and its surroundings. To accommodate all the requirements of the new programme, it was also necessary to propose a small extension, designed to integrate harmoniously into the pre-existing context without compromising he overall architectural coherence.

This rehabilitation project also serves as a reminder of the growing importance of building conservation, not only those of historical heritage, but also any construction that is of value to the city. From an ecological and sustainable perspective, rehabilitation is always better than promoting new construction.

Índice

Introdução

I. Enquadramento histórico

I.I Evolução da estrutura urbana de Guimarães

II. Caso de Estudo

II.I Análise

II.I.I 1ªfase

II.I.II 2ªfase

III.I.III 3ªfase

II.II Influências arquitetónicas

III. Projeto

III.I Análise da construção atual

III.I.I Reconhecimento da construção atual

III.II Caracterização do novo programa

III.III Compatibilização do programa com o existente

III.IV Desenhos

III.IV.I Planta de Implantação | 1:1000

III.IV.II Planta de Cobertura | 1:200

III.IV.III Planta da Cave | 1:100

III.IV.IV Planta Rés do Chão | 1:100
III.IV.V Planta Piso 1 | 1:100
III.IV.VI Planta Piso 2 | 1:100
III.IV.VII Alçados | 1:200
III.IV.VIII Cortes | 1:100
III.IV.IX Pormenores | 1:20

Conclusão

Introdução

O presente trabalho tem como objeto de estudo uma habitação, que se encontra num estado avançado de degradação, resultado de um grande período de tempo de abandono. Situa-se na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, em Guimarães, junto à fachada sul do atual Tribunal Judicial. Apresenta uma tipologia unifamiliar que podemos designar como palacete urbano, projetada em 1927 pelo arquiteto José Emílio da Silva Moreira.

O principal objetivo do trabalho consiste na valorização, conservação, reutilização e consequente ampliação da habitação existente, preservando os seus valores arquitetónicos, históricos e urbanos, propondo a sua adaptação a um novo programa que seja adequado às características da preexistência: um Centro de Estudos Judiciários. A nova intervenção procura criar um elo entre o existente e o novo, respeitando a sua organização espacial e produzindo uma compatibilização funcional do conjunto.

A abordagem iniciou-se pelo enquadramento do objeto de estudo, através do estudo histórico da cidade de Guimarães, no início do século XX. Segue-se uma análise focada na habitação, com o suporte de documentos de arquivo e do levantamento do estado atual, através do qual foi possível identificar as diferentes fases construtivas. Esta análise serviu de apoio para a definição de estratégias de intervenção e para a conceção da proposta para o projeto.

Estrutura

Este trabalho de projeto organiza-se em três capítulos, desde a análise até à proposta de reabilitação, vinculados através de um fio condutor. Os capítulos de análise desta habitação baseiam-se na intensa procura de informação em livros que estudam a evolução urbana em Guimarães, na consulta de documentos originais recolhidos no Arquivo Alfredo Pimenta e na recolha feita em trabalho de campo.

O primeiro capítulo, **ENQUADRAMENTO HISTÓRICO**, apresenta um breve estudo da época em que se projeta o objeto de estudo, desenvolvido na sequência do plano de 1925, do Capitão Luís de Pina. Enquadra-se neste capítulo também um estudo teórico baseado em obras de referência sobre conservação de edifícios, que serve de fundamento para a proposta de projeto, o principal objetivo do trabalho, permitindo equacionar diferentes opções de proposta.

O segundo capítulo, **CASO DE ESTUDO**, debruça-se sobre a análise da habitação desde o desenho inicial produzido pelo arquiteto até ao seu estado atual, recorrendo a documentos obtidos do século XX, ao material da habitação projetado pelo arquiteto e ao levantamento do estado atual em terreno, comparando-as para chegar a conclusões que ajudam na conceção do projeto final. São também analisadas as principais influências arquitetónicas presentes no projeto de Silva Moreira.

Finalmente, no terceiro capítulo, **PROJETO**, apresenta-se uma proposta de reuso e consequente ampliação com a adaptação ao novo programa, contemplando também a procura e fundamentação deste, justificada com peças escritas e peças desenhadas. As opções tomadas foram apoiadas nas conclusões obtidas nos capítulos anteriores. Esta representação, na versão digital, está integrada com o conjunto do trabalho e na versão impressa, os desenhos são impressos num volume à parte com o respetivo índice.

Enquadramento Histórico

Evolução da estrutura urbana de Guimarães

Neste capítulo será feito um estudo sobre a evolução urbana de Guimarães, dos últimos anos do século XIX ao início do século XX, um período de grande crescimento, para melhor enquadrar a época de construção do caso de estudo, de forma a efetuar a sua análise num contexto mais abrangente.

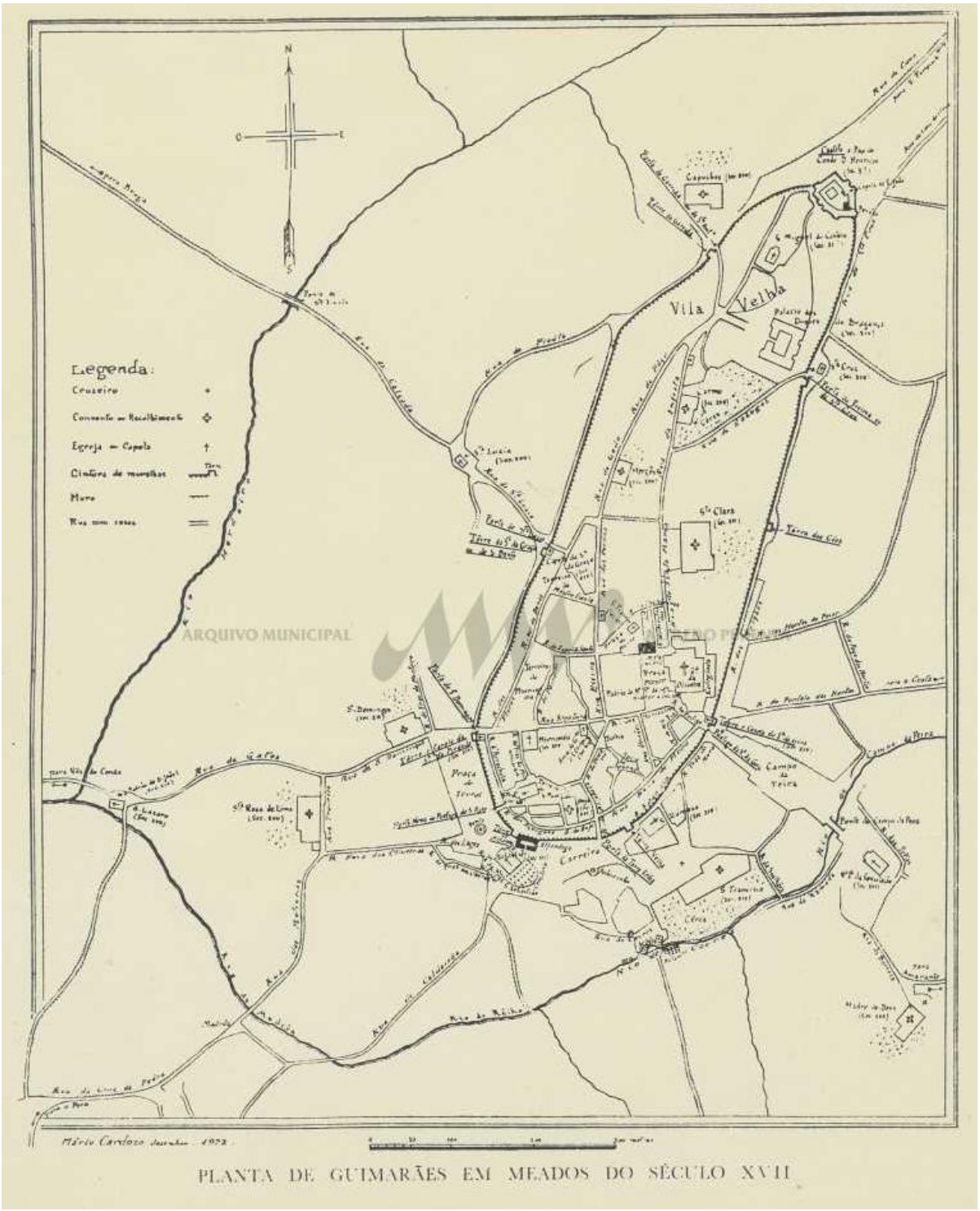


Fig. 1 | Planta de Guimarães séc. XVII - desenhada por Mário Cardozo (arqueólogo do séc. XX)

O projeto localiza-se na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, via que converge no atual Largo da Mumadona que, na primeira metade do século XX, se designava Praça Municipal. Como veremos seguidamente, o desenho desta praça terá grande importância no papel da cidade nesta época.

No período oitocentista, torna-se evidente a necessidade de reformular a cidade. Guimarães crescia e a sua população aumentava, tornando-se vital alargar a sua malha urbana.[1] Devido a este forte desenvolvimento demográfico, a Câmara Municipal foi obrigada a tomar medidas.

Esta necessidade foi a causa da "realização do primeiro plano da cidade em 1863"[2], também necessário pelo grande desenvolvimento comercial e industrial. Em 1863, a Câmara Municipal encomendou ao Engenheiro Manuel de Ribeiro a realização de uma planta da cidade que servia de base para os Planos Gerais de Melhoramento de Guimarães, fazendo um "ponto de situação" do seu desenvolvimento da cidade.[3] Posteriormente, em 1869, foi criada uma Comissão de Melhoramentos para executar os planos definidos.[4]



Fig. 2 | Planta da Cidade de Guimarães séc XVIII- Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

[1] Meireles, Maria. O Património Urbano de Guimarães nos séculos XIX-XX, p.79

[2] Ferrão, Bernardo. A evolução urbana de Guimarães e a criação do seu património edificado, p. 46

[3] Idem, p. 48

[4] Meireles, Maria. O Património Urbano de Guimarães nos séculos XIX-XX, p.86

Este plano não pretendia expandir a cidade, mas concentrava-se, sobretudo, na melhoria da malha pré-existente[5]. Para isso, foi proposto o "alinhamento de ruas", a "terraplanagem e regularização de praças" e, ainda, o "rompimento de novas artérias com as consequentes e necessárias demolições"[6]. O principal foco era as condições de higiene e circulação da cidade.

O plano de demolição incidia na zona urbana mais antiga da cidade, onde as condições higiénicas eram bastante reduzidas. No entanto, a maior parte das ações apresentadas no plano não foram realizadas e algumas só se realizaram muito tempo depois. Foi assim um "plano de intenções"[7].

O começo do século XX foi marcado por uma grande mudança política e por uma nova fase de progresso. A passagem de uma monarquia para um regime republicano levou a uma vontade de mudança. Paralelamente, Guimarães estava a sofrer um forte desenvolvimento industrial, comercial e urbano. Na sequência deste período, em 1914, Mariano Felgueiras, Presidente da Comissão Executiva, propôs à Câmara Municipal um plano para requalificar Guimarães, de forma que a cidade acompanhasse o desenvolvimento de outras cidades.[8]

Este plano, apesar de ser elaborado no início do século XX, recuperou algumas ideias do velho plano de 1869[9], tais como a construção de um bairro operário[10], cuja localização coincidia com a que o Engenheiro Almeida Ribeiro[11] tinha proposto anteriormente. Neste plano também constavam outras diretrizes como a melhoria do saneamento da cidade, a valorização da zona do Castelo e da sua envolvente com o projeto de um parque, a construção de moradias (para a burguesia) e prédios de rendimento, o desenvolvimento de uma ligação até Braga e, ainda, a construção de um edifício que albergasse as instalações dos Paços do Concelho e as respetivas Repartições Públicas.

A nova proposta para a sede municipal reunia todos os serviços num só edifício, uma solução mais económica. Neste período, os Paços do Concelho e as Repartições Públicas encontravam-se mal instalados e dispersos e, no século XIX, já havia intenções de os mover para outro edifício. Assim sendo, surgiu a ideia de alterar a localização dos Paços Municipais, uma vez que o antigo edifício já não detinha as condições necessárias para albergar todas as funções inerentes. A 1915, a Comissão Executiva da

[5] Mattoso [et al.]. Guimarães, Património Cultural da Humanidade Cultural, p. 141

[6] Ferrão, Bernardo. A evolução urbana de Guimarães e a criação do seu património edificado, p. 48

[7] Meireles, Maria. O Património Urbano de Guimarães nos séculos XIX-XX, p.52

[8] Mattoso [et al.]. Guimarães, Património Cultural da Humanidade Cultural, p. 141

[9] Idem. p. 146

[10] Idem. p.136

[11] Fernandes, Mário. Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança: 1852/1926, p. 10

Câmara definiu o terreno onde o novo edifício se deveria alojar. A nova construção foi tema de debate, tendo sido sugeridas várias implantações possíveis. Escolheu-se, por fim, a Praça de S. Tiago para a sua localização, que foi considerada ideal devido à sua proximidade com as ruas principais.

Mas logo após este edifício ser proposto começou a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), o que veio atrasar não só o concurso para os Paços do Concelho, mas também outras medidas previstas no plano.

As bases deste novo concurso, aberto a arquitetos portugueses, foram apresentadas em 1916 e aprovadas meio ano após, sendo um dos requisitos a sua localização na Praça de S. Tiago. Concorreram 11 arquitetos nacionais, sendo um deles José Marques da Silva. As propostas apresentadas pelos outros concorrentes ultrapassavam o orçamento imposto, e apenas o arquiteto portuense obedecia ao exigido. Assim sendo, Marques da Silva obteve o primeiro lugar com o seu projeto, apresentado com a designação "Ourique". Exibia um estilo neogótico, tentando relacionar-se com a arquitetura vimaranense; no seu desenho destacava-se uma torre de menagem.

A imprensa criticou fortemente a escolha do local, afirmando que, para a sua construção, teria que se demolir parte da habitação existente na praça e, consequentemente, desalojar várias famílias. Assim sendo, em 1923, a zona da implantação foi alterada permitindo a conservação da malha urbana antiga.[12]

Foi então decidido escolher outro local, mais amplo, com maior liberdade para projetar. Desta forma, os Paços do Concelho passariam de uma zona "intra-muros" para uma nova praça construída "extramuros", sendo uma mudança que demonstra preocupação com a preservação da malha urbana antiga.[13]

Para enquadrar esta proposta de expansão urbana, foi elaborado um Projeto Geral de Melhoramentos[14] pelo Capitão Luís de Pina, apresentado por Mariano Felgueiras, Presidente da Comissão Executiva, à Câmara Municipal, em 1925. Este plano centrava-se na necessidade de ampliação da cidade que "asfixiava dentro das vielas".[15] O plano de Luís de Pina, apesar de recuperar vários princípios definidos no Plano de 1867, distingue-se pelo seu carácter expansionista.

[12] Meireles, Maria. O Património Urbano de Guimarães nos séculos XIX-XX, p.251

[13] Idem. p. 245

[14] Fernandes, Mário. Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança: 1852/1926, p. 13

[15] Cardoso, António. O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do país na primeira metade do século XX, p. 465

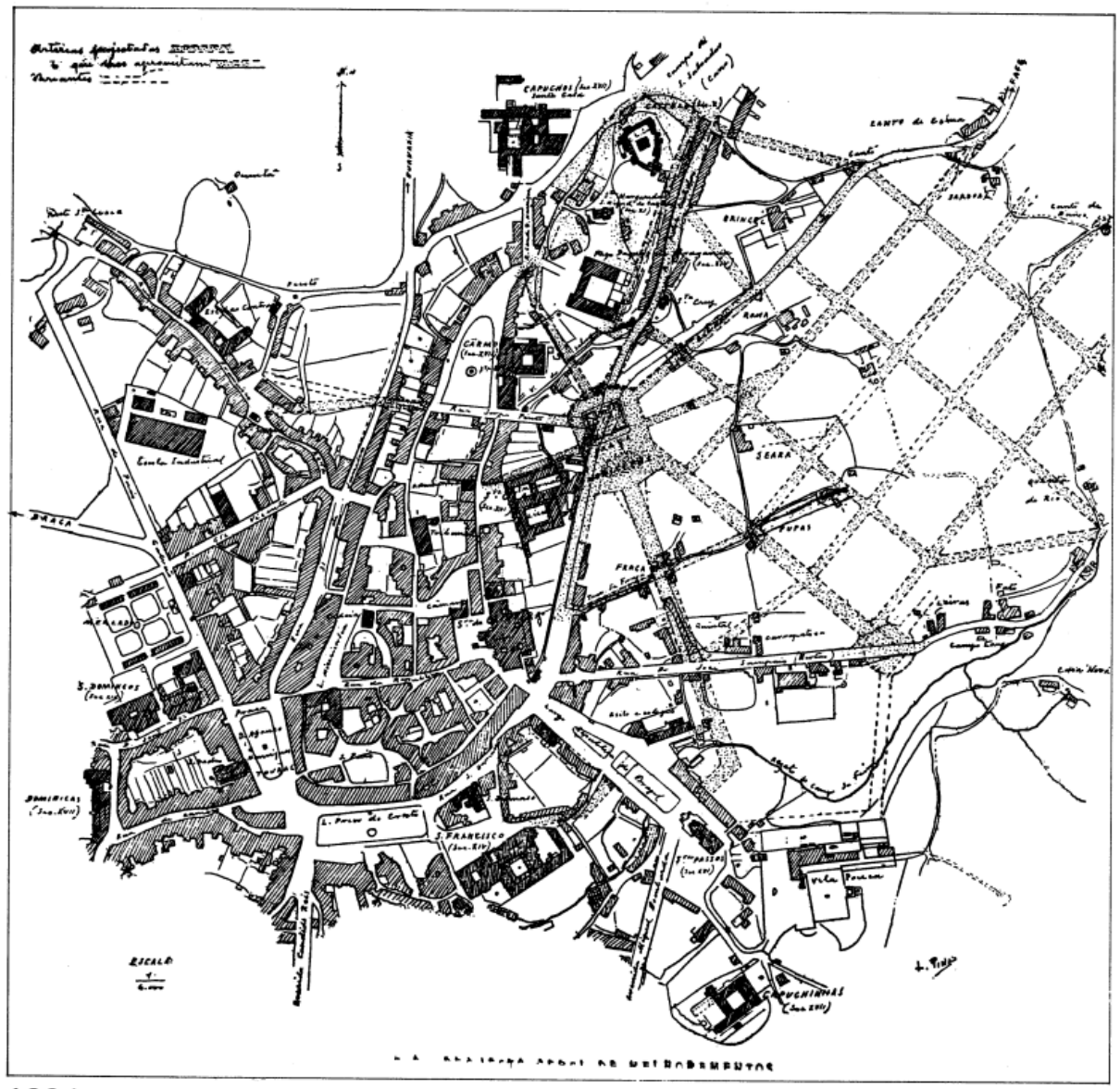


Fig. 3 | Plano de extensão da cidade de Guimarães, do Capitão Luís de Pina.

O plano para a nova praça define-se deste modo: "a rua Serpa Pinto era o ponto de partida da intervenção que, articulada com a rua de José Sampaio e com a Estrada de Fafe, daria origem à Praça Municipal, geradora de um espaço urbano do qual partiriam para sul, em pata de ganso, três avenidas, uma, a poente, faceado a muralha, a central procurando atingir a Avenida Miguel Bombarda (cortando a rua das Hortas e a do Dr. José Sampaio), e a terceira, a leste , estabelecendo um *pendant* com a primeira e servindo de base à malha ortogonal das ruas do bairro planeado a nascente."[16].

[16] Ibidem

Esta nova proposta tinha como objetivo a convergência destas três avenidas numa praça municipal, onde se iria localizar os novos Paços do Concelho. Na sua envolvente, propunha-se uma malha ortogonal com novas vias[17] onde "nenhum arruamento novo poderia ter largura inferior a 10 metros. A avenida central foi projetada com 20 metros de largura, as avenidas laterais com 18 metros, tendo todas as outras entre 10 e 12, à exceção de uma, com 7 metros, que, no entanto, não era um arruamento novo, pois tratava-se do alargamento e regularização da travessa da Fraga."[18]



Fig. 4 | Alçado principal da proposta de Marques da Silva para os Paços de Concelho.

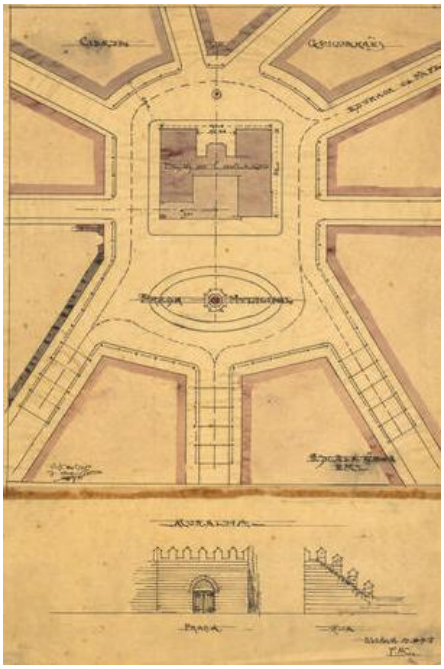


Fig. 5 | Implantação dos Paços do Concelho e desenho da Praça Municipal.

[17] Fernandes, Mário. Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança: 1852/1926, p. 14

[18] Idem, p.15

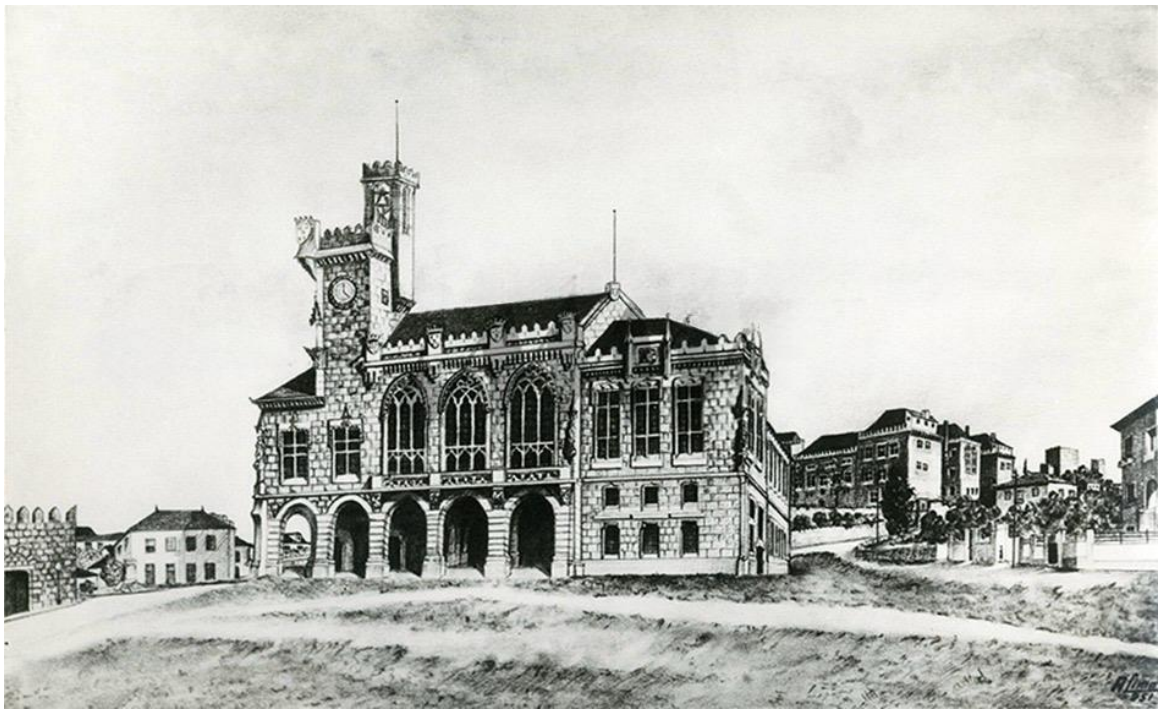


Fig. 6 | Desenho do Paços do Concelho.

As obras iniciaram-se em 1924. Luís de Pina considerava a construção do edifício da Câmara, uma das medidas mais importantes do Plano. Este tinha de obedecer a normas de ordem estética, topográfica e económica.

Poucos meses depois, Mariano Felgueiras sai da gestão municipal devido à nova situação política, o que levou a alterações nas novas obras. A Comissão Administrativa da Câmara passou a ser chefiada pelo Capitão Duarte Ferreira de Gusmão de Sousa Fraga, que definiu no seu mandato novas medidas: a renovação da praça de S. Tiago, a construção de bairros sociais e demolições na Vila Alta.[19] As zonas do Castelo, da Capela de S. Miguel e do Paço dos Duques deveriam ficar livres de construções, ideia apresentada por Mariano Felgueiras em 1915 e novamente por Luís de Pina em 1925. Em 1928, a nova Comissão Executiva comunica a Marques da Silva que o seu projeto necessitava de alterações.[20]

O novo edifício foi alvo de duras críticas ressaltando, entre elas, a desvalorização da muralha e a proximidade do novo Paços do Concelho com edifícios históricos, como o Paços dos Duques de Bragança.

[19] Ferrão, Bernardo. A evolução urbana de Guimarães e a criação do seu património edificado, p.60

[20] Cardoso, António. O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do país na primeira metade do século XX, p. 469

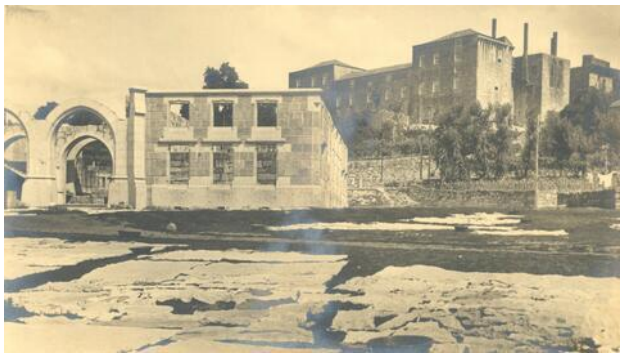



Fig. 7 e 8 | Paços do Concelho no momento da suspensão de obras.

Devido à falta de capacidade económica, a Comissão Executiva pediu comparticipação ao Estado para financiar a conclusão do projeto. Para tal, foi enviado todo o processo para ser avaliado, sendo novamente alvo de várias críticas como, "o custo excessivo da obra"; "a falta de capacidade para o fim em vista"; "o excesso de pormenores ornamentais"; "o espaço acanhado que a construção ocupava" e o "«discutível» arranjo e dimensões das várias dependências (...)".[21] A Comissão concluiu, assim, que não poderia prosseguir as obras com o mesmo projeto.

Durante todo este período, a Câmara continuava com péssimas instalações e, em 1934, decide-se transferir para o Largo do Carmo todas as repartições públicas da cidade, exceto o Tribunal Judicial.[22]

Durante este período de incerteza, as obras iam avançando, mas a um ritmo bastante lento, começando a comentar-se a sua demolição. No entanto, já tinha sido aprovada pela Câmara a construção da praça e das avenidas adjacentes.

A 1938, avançou a primeira fase de demolição da nova obra dos Paços do Concelho sendo derrubadas apenas duas paredes interiores, deixando dúvidas se este iria ser destruído ou restaurado. Mas, em breve, tornou-se evidente que se tinha iniciado a demolição total do edifício.

A construção dos Paços do Concelho não passou do rés-do-chão, apresentando uma arquitetura ecleticista e revivalista[23]. Após Marques da Silva falecer em 1947, as dúvidas que restavam sobre a realização do edifício desapareceram. Os únicos que continuavam a defender a obra foram o arquiteto Moreira da Silva e Mariano Felgueiras.[24]

[21] Meireles, Maria. O Património Urbano de Guimarães nos séculos XIX-XX, p.545

[22] Idem, p.546

[23] Mattoso [et al.]. Guimarães, Património Cultural da Humanidade Cultural, p.136

[24] Fernandes, Eduardo. O largo da Mumadona, p.9

O Plano de Urbanização da Cidade de Guimarães, apresentado por David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva, altera a matriz geométrica na malha de expansão de Luís de Pina.

Na sua planta, o arquiteto José Moreira da Silva inclui o edifício de Marques da Silva acompanhado, também, da mancha de implantação do futuro Palácio da Justiça.[25] O projeto para este Tribunal, inaugurado em 1960, é da autoria de Luís Benavente e contraria o plano de Luís Pina. As três vias que convergem para a praça, construídas em resultado do plano de 1925, foram afetadas por esta construção; nomeadamente a Avenida dos Combatentes, onde se situa o caso de estudo, perde a sua ligação com o atual largo da Mumadona, e sofre uma alteração no desenho dos seus lotes de remate, como veremos seguidamente.[26]



[25] Idem, p.12

[26] Ibidem



Fig. 9 e 10 | Imagens captadas aquando do estado de suspensão da construção dos Paços do Concelho.

Caso de estudo

Análise

Na sequência do novo plano de alargamento da cidade de 1925, surgem novas avenidas onde se localizava as moradias para burgueses (um novo grupo social que foi enriquecendo não só com a agricultura e comércio, como também com a indústria e o dinheiro proveniente do Brasil, devido aos emigrantes). Entre estas moradias integra-se o caso de estudo, habitação unifamiliar de prestígio, apelidada de palacete urbano[27], encomendada pelo proprietário, João Pereira Mendes. Localiza-se na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, no extremo norte, e foi projetada pelo arquiteto José Emílio da Silva Moreira.

Silva Moreira, natural do Porto, foi estudante de arquitetura civil na Academia de Belas-Artes da cidade[28], onde se matriculou em 1909 e que frequentou até 1915. No seu 5º ano de curso, em 1913, inscreveu-se no Ministério de Obras Públicas para a realização de dois anos de estágio; no entanto, só conseguiu o diploma de arquitetura 13 anos depois.[29] Entre 1913 e 1926, José Marques da Silva foi diretor da Academia de Belas Artes, coincidindo com o período de formação de Silva Moreira. No ano de 1920 deu-se a constituição de uma Sociedade de Arquitetos Portugueses do Norte, ao qual Silva Moreira pertenceu alguns anos mais tarde. Esta sociedade tinha como objetivo o estudo e defesa da classe dos arquitetos do norte do país. O arquiteto foi convidado a participar, ocupando o cargo de 2º secretário da mesa da Assembleia Geral. Assumiu ainda a presidência por duas vezes na Secção Distrital do Sindicato Nacional dos Arquitetos até 1947.[30]

Nos anos 30, Silva Moreira tornou-se colaborador no gabinete ARS[31], onde trabalhou em inúmeras obras, entre 1931 e 1954. Paralelamente, desenvolveu projetos por conta própria e foi também professor na antiga Escola Faria Guimarães[32], que mudou mais tarde de instalações para a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

A sua obra localiza-se maioritariamente na cidade do Porto. Contudo, o caso de estudo para o presente trabalho, é não só o primeiro projeto de Silva Moreira, iniciado antes de ter o título de arquiteto, como também a única obra por si realizada em Guimarães.

---

[27] Mattoso [et al.]. Guimarães, Património Cultural da Humanidade Cultural, p. 136

[28] Em 1931 a Academia de Belas-Artes do Porto passa oficialmente a designar-se Escola de Belas-Artes do Porto.

[29] Fernandes, Eduardo. O largo da Mumadona, p.7

[30] Idem, pp.10-11

[31] Gabinete, fundado em 1930, por um grupo de três arquitetos formados na Escola de Belas Artes do Porto: António Cabral, Mário Soares e Fernando Leão. Realizaram várias obras de arquitetura moderna, localizadas a norte de Portugal, preocupando-se com a sua integração urbana, a sua volumetria e criação de espaços qualificados.

[32] Instituição centrada no ensino das artes e ofícios, fundada em 1884 com a denominação de Escola de Desenho Industrial de Faria de Guimarães, a qual está na génese da Escola Artística de Soares dos Reis

Para o reconhecimento do caso de estudo, o Arquivo Alfredo Pimenta constituiu uma fonte essencial. Com esta informação e uma análise do estado atual da habitação, é possível dividir o estudo da obra em 3 fases: na primeira estudam-se as plantas e alçados projetados pelo arquiteto Silva Moreira, encontradas no arquivo, bem como a memória descritiva; na segunda fase analisa-se o que se pensa que terá sido, efetivamente, construído; por último, na terceira fase, examina-se o estado atual da habitação e procura-se entender quais as últimas alterações que sofreu ao longo dos anos, em resultado das diferentes utilizações deste espaço.

Primeira Fase

A pesquisa de arquivo permitiu o acesso às plantas, cortes e alçados, bem como documentos escritos: Memória Descritiva, Informações Adicionais, Repartição de Obras e Requerimento.

A localização da casa no centro da intervenção do Plano de Alargamento da cidade impunha vários limites a Silva Moreira. O arquiteto tinha de obedecer a certas regras, devido à proximidade da obra com os novos Paços do Concelho. Existia um regulamento para todas as novas construções adjacentes que definia normas estilísticas, funcionais e urbanísticas, com o objetivo de formar um conjunto em harmonia com o novo plano. A Avenida dos Combatentes da Grande Guerra era considerada a "principal artéria"[33], por isso, a moradia em estudo tinha que estar virada para essa rua e devia permanecer "apenas a 10 metros de alinhamento [...] para subtrair tanto quanto possível, por este lado, a vista das traseiras dos prédios laterais do quarteirão em que vai ser construído"; o regulamento impunha também a construção de uma "extensão de 46 metros de muro gradeado de cada lado do terreno da casa a construir", formando uma "clareira de 2500m2, que só a futura arborização interior e exterior poderá mais ou menos disfarçar tornando-a interessante."[34]

Pensa-se que, devido ao envolvimento de Marques da Silva no plano de 1925, os arquitetos se terão cruzado durante a construção desta obra, discutindo o projeto; como se viu, Silva Moreira já conhecia Marques da Silva desde os seus estudos na Escola de Belas Artes.

A análise da primeira fase desta habitação inicia-se pelos desenhos originais, desenvolvidos pelo arquiteto antes da construção, e apresentados à Câmara para que fossem aprovados, de forma a licenciar a construção.

[33] Mattoso [et al.]. Guimarães, Património Cultural da Humanidade Cultural, p. 150
[34] Ibidem

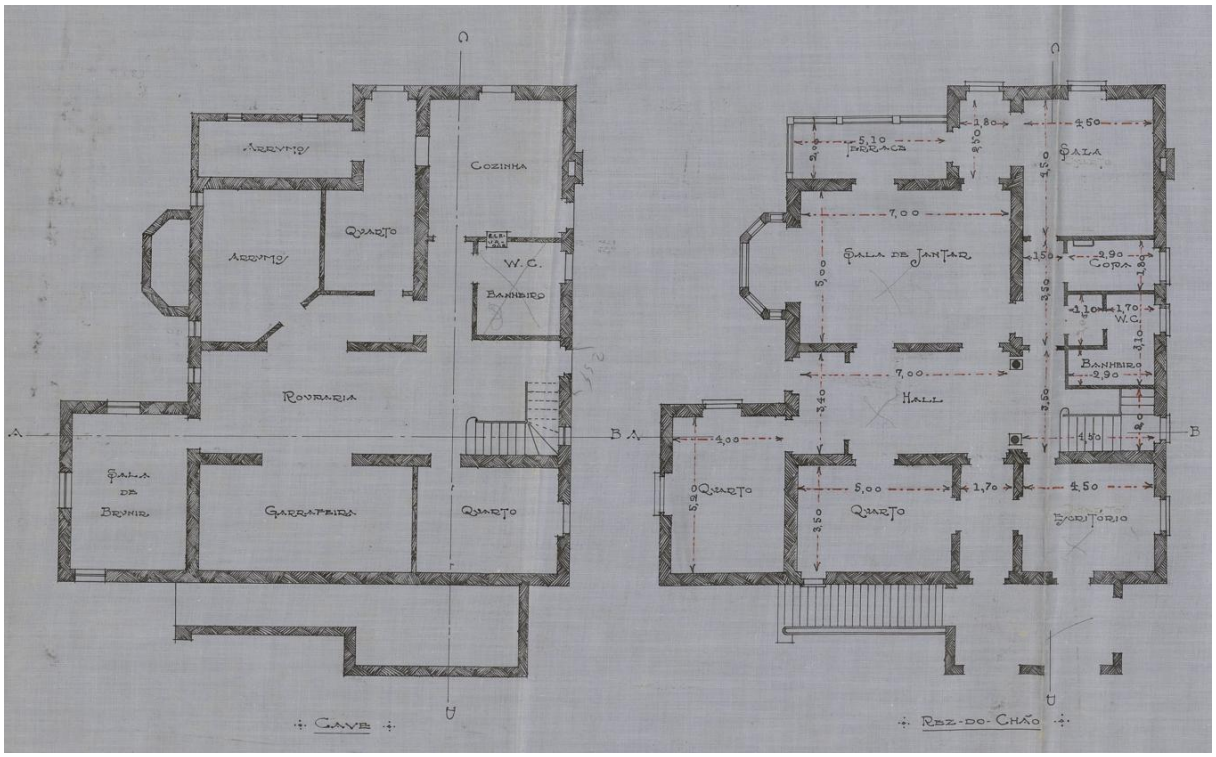


Fig. 11 | Plantas originais referentes ao piso da cave e ao piso do rés do chão.

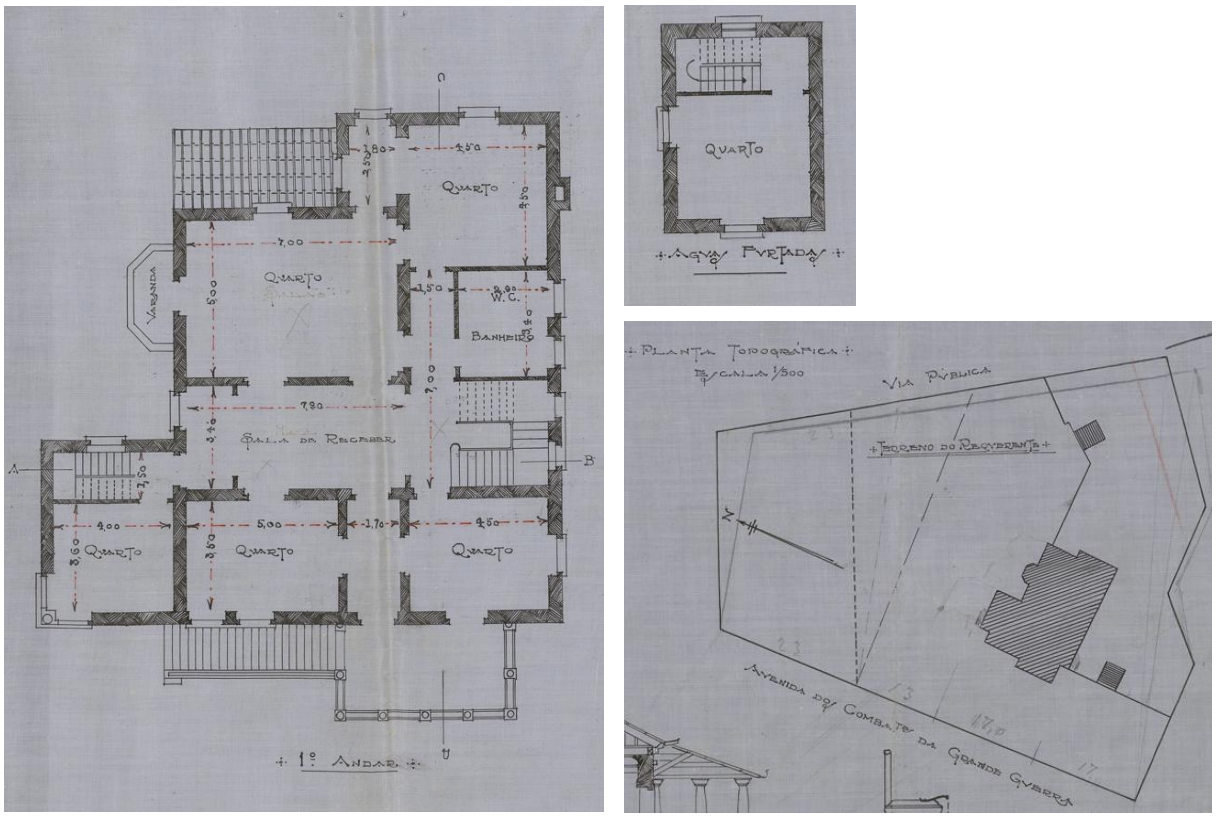


Fig. 12, 13 e 14 | Plantas originais referentes ao piso do primeiro andar, piso da torre e planta de localização.

Através do estudo das plantas, torna-se evidente a existência de 4 níveis: piso da cave, rés-do-chão, primeiro andar e segundo andar da torre, que se designa no desenho como águas-furtadas. As áreas estão identificadas pelo arquiteto, permitindo assim entender a hierarquia e a divisão dos espaços. O piso da cave era ocupado por atividades domésticas e para os aposentos dos criados da casa. Neste nível encontravam-se: a garrafeira, quartos, arrumos, banheiro, sala de brunir e rouparia. Encontra-se semienterrada sendo apenas iluminada por pequenos rasgos de luz, localizados 1 metro acima do nível do solo. Estes pequenos vãos são visíveis em todos os alçados exceto no lateral direito, onde há um grande desnível no terreno, permitindo que este piso tenha uma porta de acesso ao exterior e vãos maiores para entrada de luz. O espaço destinado para a cozinha localiza-se neste andar inferior, como é característico das casas nobres.[35] A cozinha, a casa de banho e o quarto localizam-se nesta fachada mais iluminada.

O piso do rés do chão estava elevado do nível do solo, e era o piso principal. Metade da sua organização espacial era, por isso, direcionada para a parte social: terraço, sala, quartos, sala de jantar, escritório, copa e casa de banho. Este espaço era organizado através de um hall que rematava com as escadas de acesso aos três pisos principais. Do outro lado deste hall existia também um escritório e dois quartos, tornando esta planta "mista" - inclui espaços sociais e espaços privados. Nesta planta destaca-se também a existência de dois elementos arquitetónicos exteriores importantes: a *loggia* e o jardim de inverno.

Pelo contrário, o primeiro andar já se direciona só para o programa privativo, sendo um espaço íntimo dedicado aos quartos, contando com uma casa de banho de apoio. Neste piso, em vez de um hall, existe uma sala de receber, rematada também com as escadas principais, que terminam neste piso. Junto ao quarto que se localiza na parte inferior esquerda, existe outro lanço de escadas, mais pequeno, que permite chegar ao último piso da torre, onde existe apenas um quarto. Embora seja de uso privado, este piso também tem acesso direto a partir do exterior, pela escadaria que conduz à *loggia*.

A planta de localização obedece aos parâmetros acima referidos, estando a uma distância de 10 metros do muro da Rua dos Combatentes da Grande Guerra, estando, portanto, isolada no meio terreno.

[35] Cardoso, António. O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do país na primeira metade do século XX, p. 266

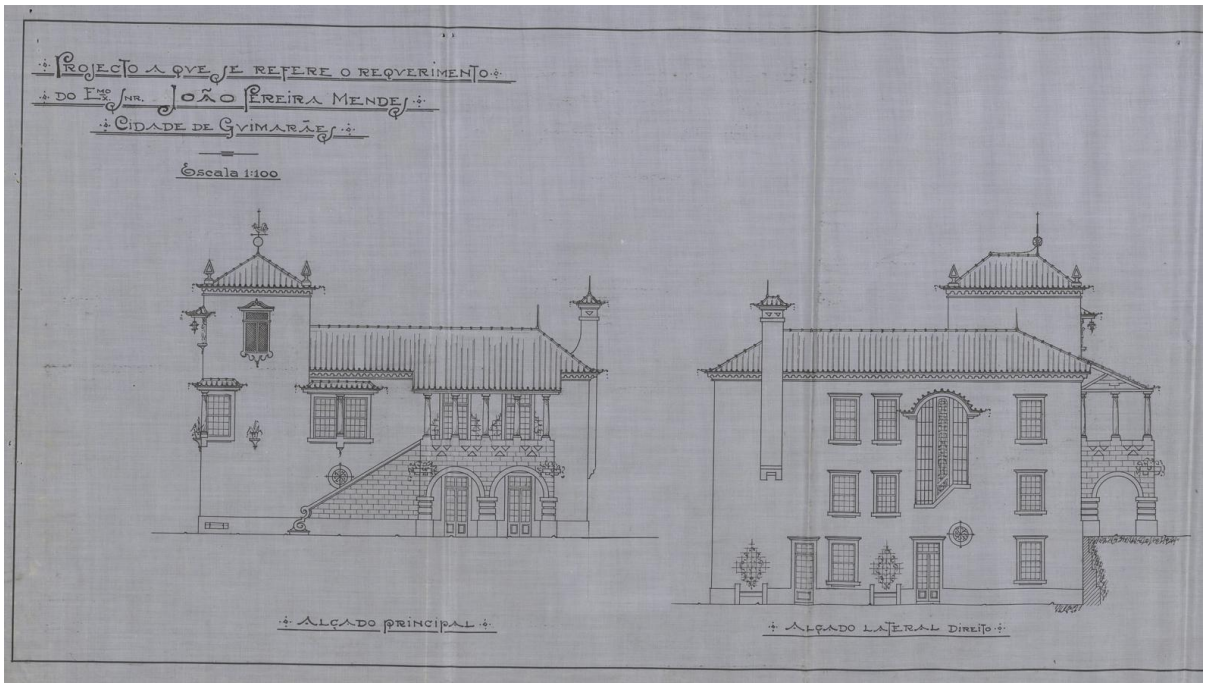


Fig. 15 | Representação do alçado principal e alçado lateral direito.

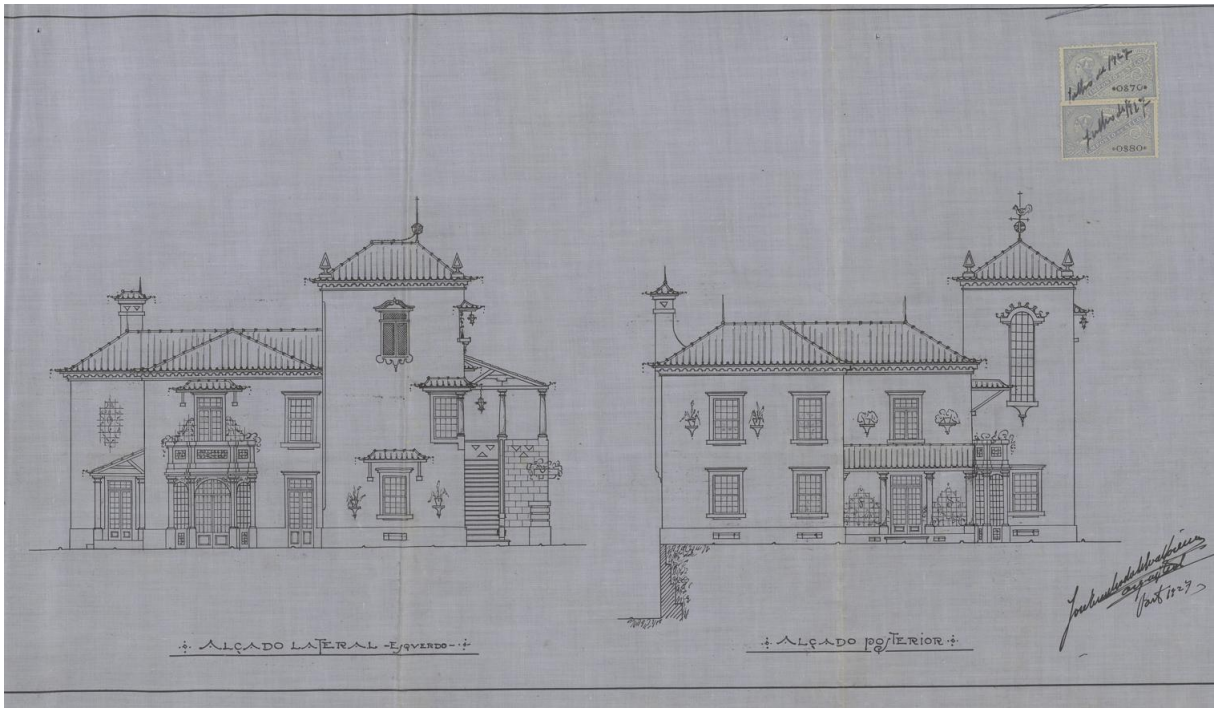


Fig. 16 | Representação do alçado lateral esquerdo e alçado posterior.

No alçado principal, virado à Rua dos Combatentes da Grande Guerra, é possível observar uma cuidada composição de volumes onde sobressaem elementos como a torre, as escadas de acesso, o alpendre e a *loggia*. O uso da torre pode ser relacionado com a tradição medieval, mas aqui já não é utilizada como mecanismo de defesa, mas sim como elemento de marcação simbólica, representando o poder económico da família de João Pereira Mendes. O alpendre marca a entrada para o primeiro piso sendo este acessível por uma escadaria ornamentada. A sua cobertura em telha assenta em colunas bastante trabalhadas, parecendo, pelos desenhos, de ordem dórica. O piso da *loggia* é suportado por arcos de volta perfeita, criando um espaço de transição entre o interior e o exterior, que permite o acesso ao piso do rés do chão.[36] Este elemento arquitetónico, de carácter clássico, permitia o sombreamento e a circulação de ar, tornando este espaço numa zona fresca. Num plano mais afastado, Silva Moreira representou o que parece ser um painel de azulejos, elemento decorativo que, no início do século XX, foi bastante aplicado para ornamentação de habitações burguesas para imigrantes regressados do Brasil.

Os restantes alçados são menos articulados e mais semelhantes na sua composição. Em todos encontramos janelas de formato retangular, de linhas retas, sendo a cornija e o parapeito bastante detalhado e a caixilharia bastante fina de madeira. Nos alçados posterior e lateral direito destacam-se dois grandes vãos, estreitos e compridos, desenhados em curva e mais ornamentados, que permitem a entrada de luz para as duas escadarias.

No alçado lateral esquerdo ressalta um elemento arquitetónico, a *bow-window* da sala de jantar, completamente envidraçada e com uma varanda no piso superior, que aproveita essa saliência.

A cobertura é composta por várias águas, resolvendo as várias saliências que estão adossadas ao volume principal.

[36] Silva, Vânia. Um discípulo de Marques da Silva: Estudo monográfico de José Emílio da Silva Moreira, pp.87-89

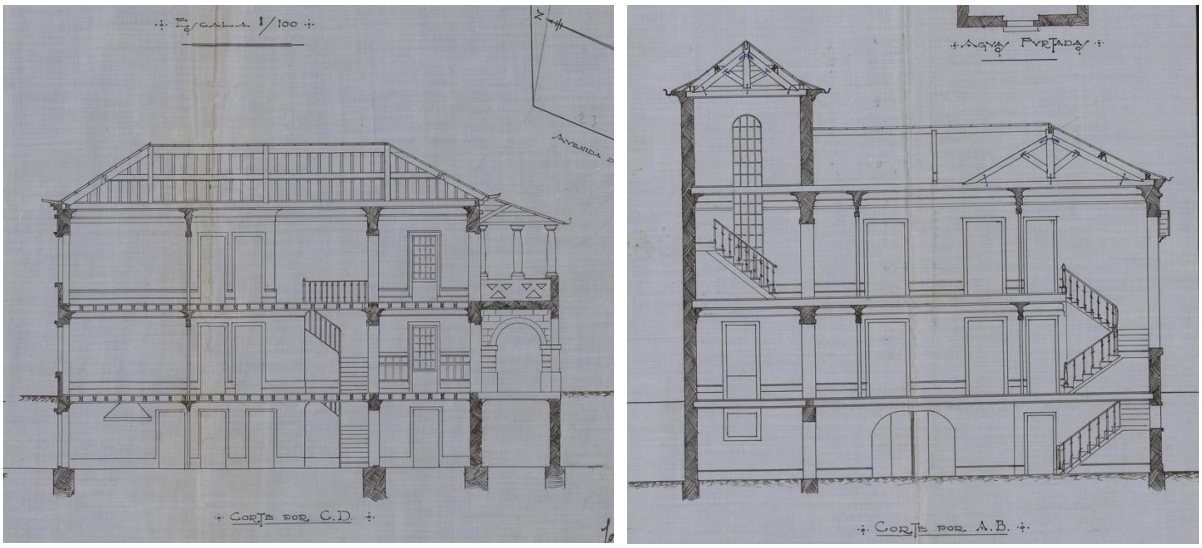


Fig. 17 e 18 | Cortes, planta de localização e detalhes construtivos.

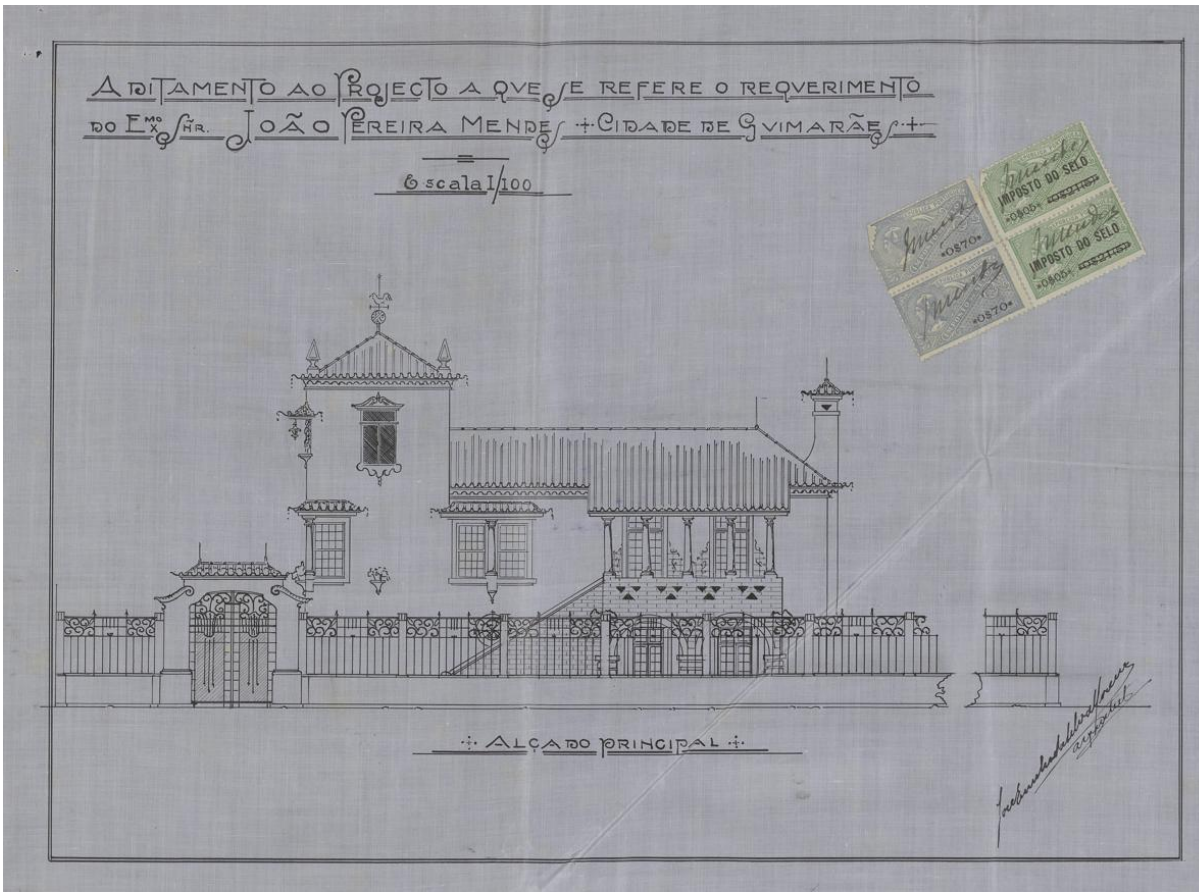


Fig. 19 | Representação do alçado principal com muro e gradeamento.

Segunda Fase

A análise da segunda fase realiza-se através de comparações entre os desenhos do projeto original, fotografias dos anos 30 e estado atual do edifício. Procurou-se perceber o que foi realmente foi construído em 1927.



Fig. 20 | Planta de Guimarães do século XX com projeção dos novos Paços do Concelho de Marques da Silva.

A planta apresentada na figura 20 (desenhada possivelmente entre 1930 e 1940), contribui para esclarecer algumas questões de implantação do caso de estudo. Nesta representa-se a implantação dos Paços do Concelho do plano de 1925, estando o respetivo edifício desenhado a tracejado. As três avenidas definidas no plano de Luís de Pina refletem-se também na planta apresentada, bem como a presença de um traçado que circunda um terreno, lateralmente à propriedade em estudo, e o mesmo acontece do outro lado da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra. Os lotes desocupados, que ocupam a área frontal dos novos Paços do Concelho, sugerem a ideia de construção de um remate dos dois novos quarteirões traçados, com inspiração na Praça do Pópulo em Roma. Esta apresenta também novos arruamentos em forma de pata de ganso, que convergem na praça, rematados por edifícios imponentes, de alçados simétricos.





Fig. 21 e 22 | Praça do Pópulo em Roma.



Fig. 23 | Ampliação da figura 20.

A ampliação da figura 20 mostra, com rigor, a implantação da habitação projetada por Silva Moreira, com o respetivo jardim, e um anexo, que não consta nas plantas apresentadas à Câmara.

A nova adição localiza-se adossada ao muro existente, que separa o terreno de outro lote, e é rematado no canto por um tanque. Esta informação esclarece que o anexo hoje existente pode ter sido construído ao mesmo tempo que a habitação, ou pouco depois.

Através de medições realizadas no local, também se confirma que a casa não cumpre os 10 metros de afastamento para com a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, previstos no já referido regulamento.


Fig. 24 | Tanque e alçado do novo anexo.


Fig. 25 | Tanque pertencente ao novo anexo.



Fig. 26 | Alçado frontal do anexo lateral.



Fig. 27 | Muro lateral, tanque e alçado do anexo.









Fig. 28, 29, 30 e 31 | Alçado frontal do anexo.

Pela análise do projeto tornou-se evidente que alguns elementos idealizados pelo arquiteto, presentes nos documentos apresentados à Câmara, não foram realizados.

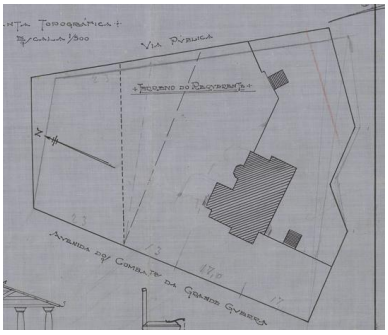


Fig. 32 | Planta de implantação.

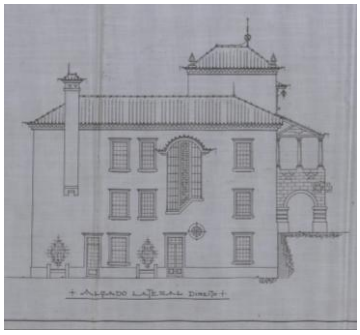


Fig. 33 | Alçado lateral direito.

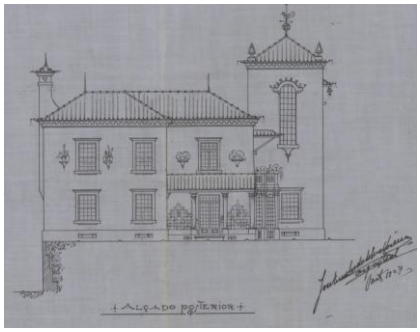


Fig. 34 | Alçado posterior.



Fig. 35 | Vão do Alçado Posterior do nível da cave.



Fig. 36 | Vão e parede do alçado posterior, do nível da cave.



Fig. 37 | Vão circular e banco representados no alçado lateral direito, referente ao nível da cave.

Em primeiro lugar, importa referir que mesmo nos desenhos do arquiteto se encontram algumas incongruências. Repare-se na figura 32 que apresenta a planta de implantação do edifício com o desenho de duas escadas, elemento este que sugere um desnível. Segundo esta planta, o alçado lateral direito e o posterior deveriam apresentar uma altura total maior em relação aos restantes. O desenho do arquiteto para estas fachadas é apresentado nas figuras 33 e 34, estando o primeiro de acordo com o pensamento inicial, com a representação de três níveis e o segundo incongruente, onde não é representada a variação de cota, sendo ilustrado com apenas dois níveis.

Como se vê nas figuras 35, 36 e 37, o estado atual da construção apresenta as fachadas com 3 níveis definidos, como se observa na planta da figura 32. Isto pode ser confirmado através de elementos arquitetónicos como os vãos, portas e bancos.

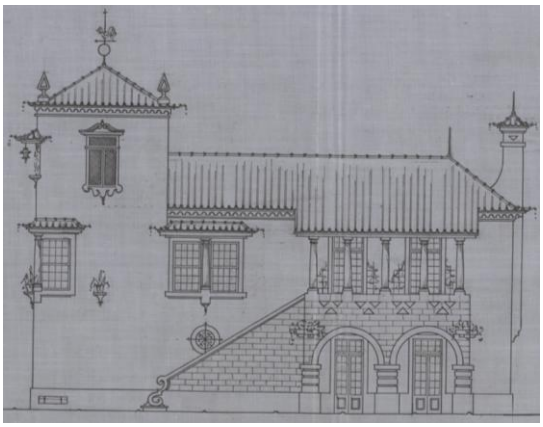


Fig. 38 | Alçado frontal.



Fig. 39 | Alçado frontal atualmente.

No alçado frontal, na zona da *loggia*, também é notória a diferença na representação da materialidade na escadaria.



Fig. 40 | Escadaria e alpendre atualmente.



Fig. 41 | Vãos exteriores do alçado sul.



Fig. 42 | Ligação ente novo anexo e alçado sul.



Fig. 43 | Vão exterior do alçado sul.

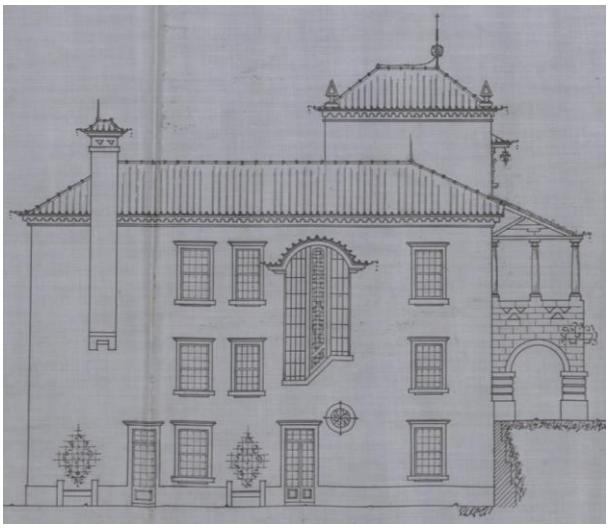


Fig. 44 | Alçado lateral direito.



Fig. 45 | Representação do alçado sul e este.

Devido à grande abundância de arvoredo na área envolvente, não é possível obter um melhor enquadramento do alçado lateral direito. Segundo o ângulo captado, observa-se uma alteração, a continuidade do volume da chaminé que, no edifício construído, é dividida em dois tramos por um elemento decorativo acrescentado no alinhamento do beiral. Grande parte desta fachada foi posteriormente alterada, com a introdução de um novo volume em forma de L, não sendo hoje possível perceber se (no setor afetado por esta ampliação) teria havido alterações em relação ao projeto na construção inicial.



Fig. 46 | Alçado sul do alçado da habitação e do novo anexo.

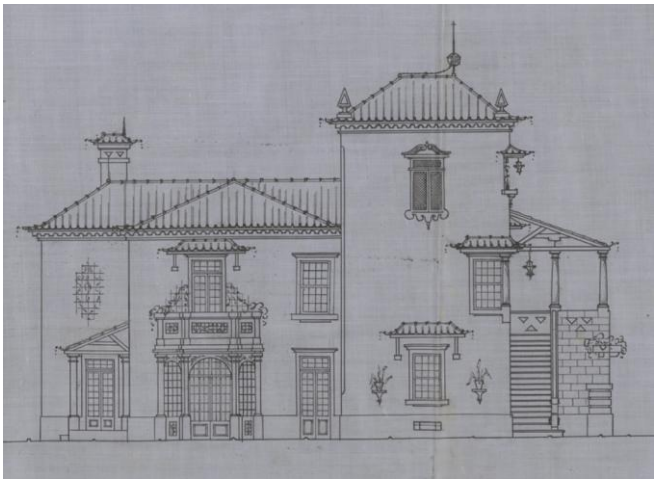


Fig. 47 | Alçado lateral esquerdo.



Fig. 48 | Torre do alçado norte.

À semelhança do alçado lateral direito, no alçado lateral esquerdo o arvoredo não permite captar na totalidade a fachada; porém, ao analisar ambas as figuras, é possível afirmar que os dois primeiros planos se aproximam bastante do traçado do arquiteto. O alpendre esboçado já não se apresenta de acordo com a figura à direita, não representando as paredes, somente um vão exterior no plano do fundo e uma cobertura de uma água.



Fig. 49 | *Bow-window* do alçado norte.



Fig. 50 | *Bow-window* do alçado norte.



Fig. 51 | Alçado norte.



Fig. 52 | Alçado norte.

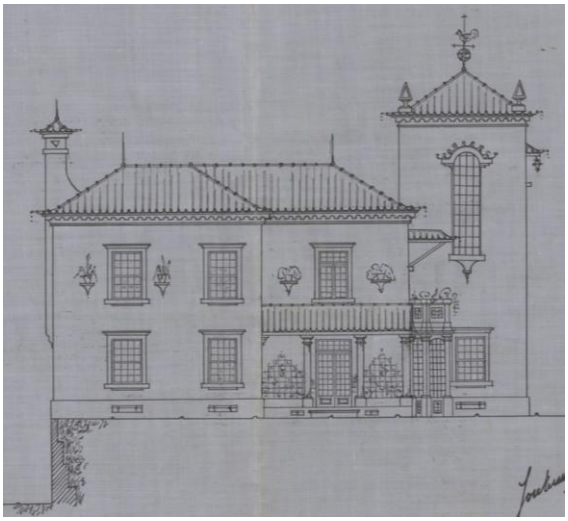


Fig. 53 | Alçado posterior.



Fig. 54 | Representação do terraço e torre do alçado este.

Para além da diferença de pisos analisada na página 44, também se observam outras diferenças entre as figuras apresentadas. O alpendre, que também está presente no alçado lateral esquerdo, é representado por Silva Moreira, como exterior, com apenas um vão e três colunas que suportam o peso da cobertura. Alguns elementos decorativos também estão ausentes na fotografia do estado atual, como o revestimento em azulejo, que se localiza no interior deste espaço.



Fig. 55 | Alçado este.

Terceira Fase

A análise desta terceira fase visa reconhecer as alterações que marcaram a habitação ao longo de 100 anos, desde a sua construção inicial até aos nossos dias. Foi tido em consideração que a habitação foi ocupada com outros programas, sofrendo alterações para albergar esses serviços.

Através do reconhecimento realizado no local, observa-se um novo volume, em forma de L, adossado posteriormente à habitação desenhada por Silva Moreira. O seu desenho destaca-se bastante em vista aérea, mas na volumetria é menos evidente, porque se desenvolve em cave. Mesmo assim, a sua construção altera consideravelmente o alçado posterior e o alçado lateral direito.

Sabe-se que, no último período do século XX, esta habitação acolheu o Centro de Saúde de Guimarães; pode ter sido nesta época que a casa sofreu estas modificações.



Fig. 56 | Alçado este do caso de estudo.



Fig. 57 | Fachada este do anexo construído posteriormente.



Fig. 58 | Fachada sul do caso de estudo e do anexo.



Fig. 59 | Vãos do alçado sul do caso de estudo e alçado oeste do anexo construído posteriormente.




Fig. 60 | Alçado este e sul do caso de estudo.






Fig. 61, 62, 63, 64 e 65 | Alçado sul do anexo em L.



Fig. 66 | Imagem de ortofotomapa de Guimarães.

O ortofotomapa da figura 66 mostra também mais um pequeno anexo, adossado ao muro que separa o terreno do lote vizinho. Este, de forma retangular, não consta em nenhuma das plantas antigas que encontramos, por isso não se sabe em que ano foi construído. A sua constituição é em pedra e os seus vãos são relativamente pequenos, abertos, sem vidro, levando a pensar que poderia ser um pequeno arrumo onde se guardava materiais de jardinagem.

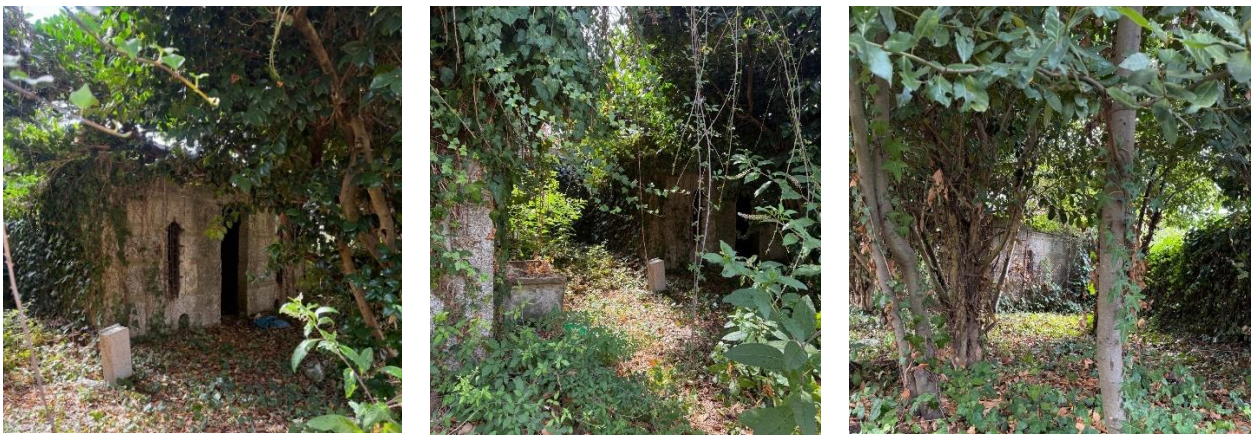


Fig. 67, 68 e 69 | Imagens do anexo pequeno.

1ª FASE



2ª FASE



3ª FASE



Influências arquitetónicas

Este capítulo dedica-se ao estudo da linguagem arquitetónica que José da Silva Moreira utilizou nesta habitação unifamiliar. Será feita referência a dois arquitetos muito influentes nesta época, Marques da Silva e Raul Lino, cujas obras produzidas apresentavam estilos de arquitetura que se podem relacionar com esta casa de Guimarães. Também será feita uma comparação com a casa de Ricardo Severo no Porto, que apresenta características semelhantes às do projeto em estudo.[37]

Durante todo o século XIX, a arquitetura portuguesa foi marcada por influências estrangeiras, o que gerou uma perceção de perda de identidade. Em resposta, surgiu uma tendência nacionalista, que se caracteriza pela procura de uma arquitetura tipicamente portuguesa.[38]

Esta habitação é mais um exemplo interessante nesta procura, mas apresenta influências de duas linguagens apostas que coexistiam na arquitetura da época: a "casa portuguesa" e o "estilo *Beaux-Arts*". O estilo "casa portuguesa" surgiu na primeira metade primeira metade do século XX e o seu impulsionador foi Raul Lino, sendo a casa de Ricardo Severo considerada como um dos exemplos mais importantes desta tendência. Esta "doutrina da casa portuguesa" surge em oposição a uma linguagem arquitetónica que começou a ser disseminada pela École des Beaux-Arts de Paris, tendo sido reproduzida pelos seus alunos. Esta apresentava características como: simetria dos espaços; valorização da grandiosidade; alusão ao luxo e riqueza através da decoração; presença de um ou mais estilos arquitetónicos; expressividade e sofisticação das construções; utilização de colunas clássicas e outras peças ornamentais.

O desenho de Silva Moreira apresenta semelhanças com estas duas linguagens arquitetónicas. No caso de estudo encontramos o rigor projetual que era uma das características da arquitetura de Marques da Silva e caracteriza todos os seus projetos. Na sua obra inicial, que antecedeu o projeto em análise, a influência das *Beaux-Arts* era evidente; apresentava alguns elementos essenciais (*bow-window, loggia,* esculturas ornamentais, etc).

[37] Mattoso [et al.]. Guimarães, Património Cultural da Humanidade Cultural, p.150

[38] Backheuser, Luiz. A casa do Arqueólogo, Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo, p. 89

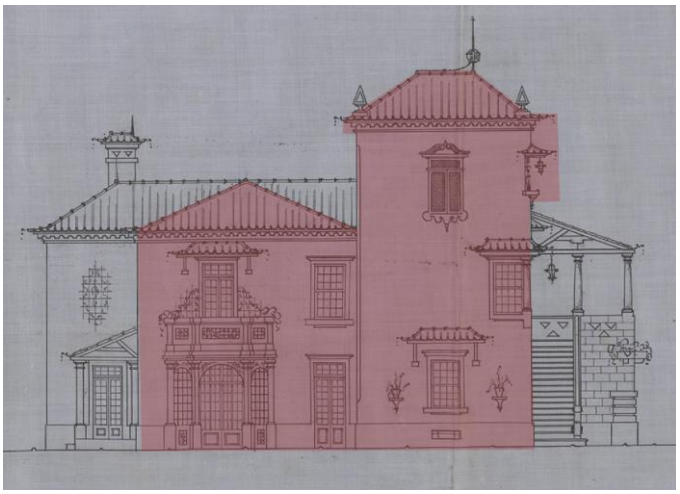


Fig. 70 | Habitação de José Moreira da Silva.



Fig. 71 | Moradia de Marques da Silva.

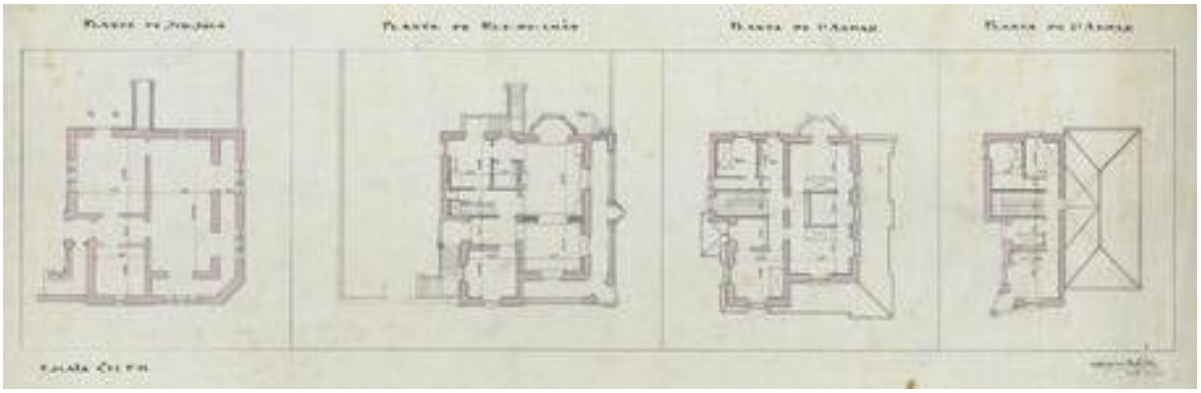


Fig. 72 | Planta do subsolo, rés do chão, 1º andar e 2º andar da habitação de Ramos Pinto.

A moradia de Ramos Pinto, uma habitação unifamiliar construída em 1902 em Vila Nova de Gaia, na Granja, apresenta grandes semelhanças com a casa da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra. O alçado lateral esquerdo da habitação de Guimarães e o alçado principal da moradia de Marques da Silva apresentam com desenhos bastante semelhantes na cobertura, nos vãos, na geometria e no uso de uma *bow-window*.

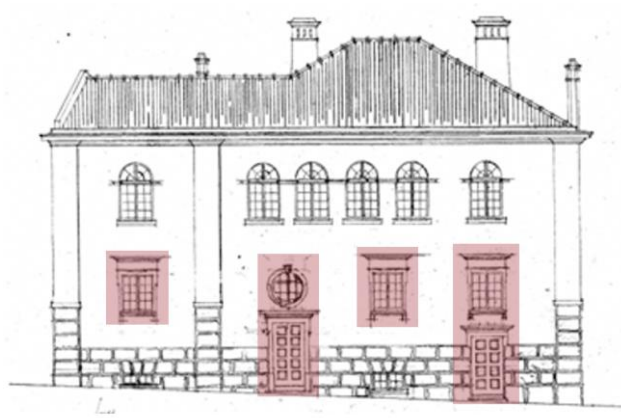


Fig. 73 | Moradia unifamiliar (1917) de Raúl Lino.

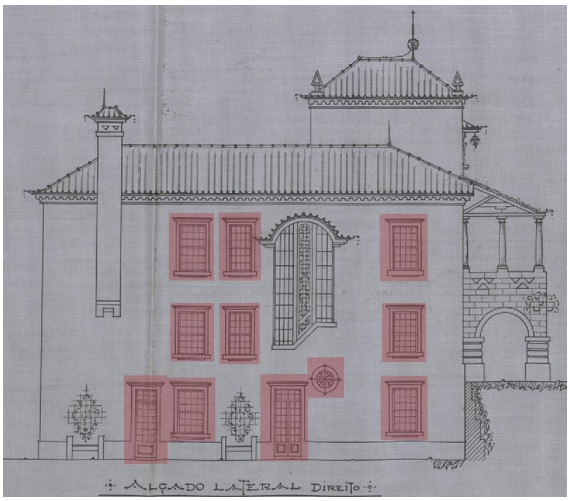


Fig. 74 | Alçado Sul do caso de estudo.

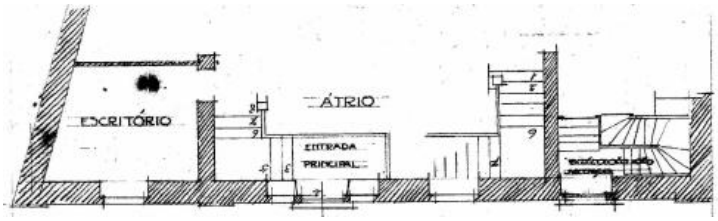


Fig. 75 | Planta da moradia unifamiliar (1917) de Raúl Lino.

Por outro lado, a habitação unifamiliar que Raul Lino projeta em 1917, apresenta um desenho semelhante ao caso de estudo nos vãos e na presença de um óculo que permite a entrada de luz e a ventilação, tendo também uma função decorativa. Esta habitação apresenta três pisos, estando um deles semi-enterrado, e existem semelhanças nas aberturas perto do solo.

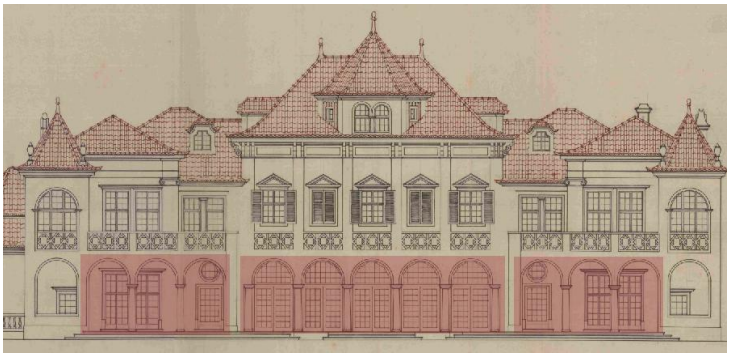


Fig. 76 | Alçado da habitação unifamiliar no Monte Estoril.

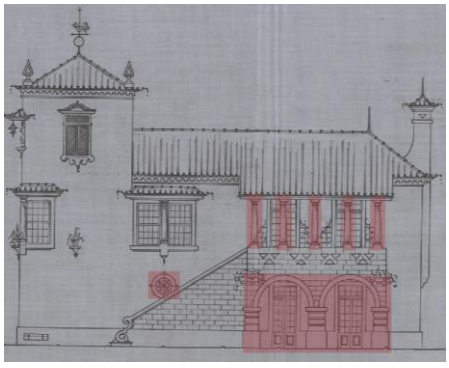


Fig. 77 | Alçado frontal do caso de estudo.

Em 1918, o mesmo arquiteto projeta outra habitação unifamiliar, no Monte Estoril, onde se pode observar mais elementos semelhantes ao projeto em estudo. A *loggia* na fachada sul exibe arcos de volta perfeita, colunas clássicas, um óculo e um desenho de vãos cujo recorte faz lembrar o desenho de Silva Moreira.

Finalmente, analisa-se a casa de Ricardo Severo, um edifício que procurava reunir elementos arquitetónicos tradicionais provenientes de outras regiões do país.[39] Quando a mandou construir, em 1902, deu início a uma "tentativa de aportuguesamento da habitação doméstica nacional"[40].

A habitação localizava-se na Rua do Conde (atualmente Rua Ricardo Severo), na cidade do Porto. Ergue-se num lote retangular, na parte norte do terreno, deixando a restante área livre, esta uma característica própria das casas burguesas.

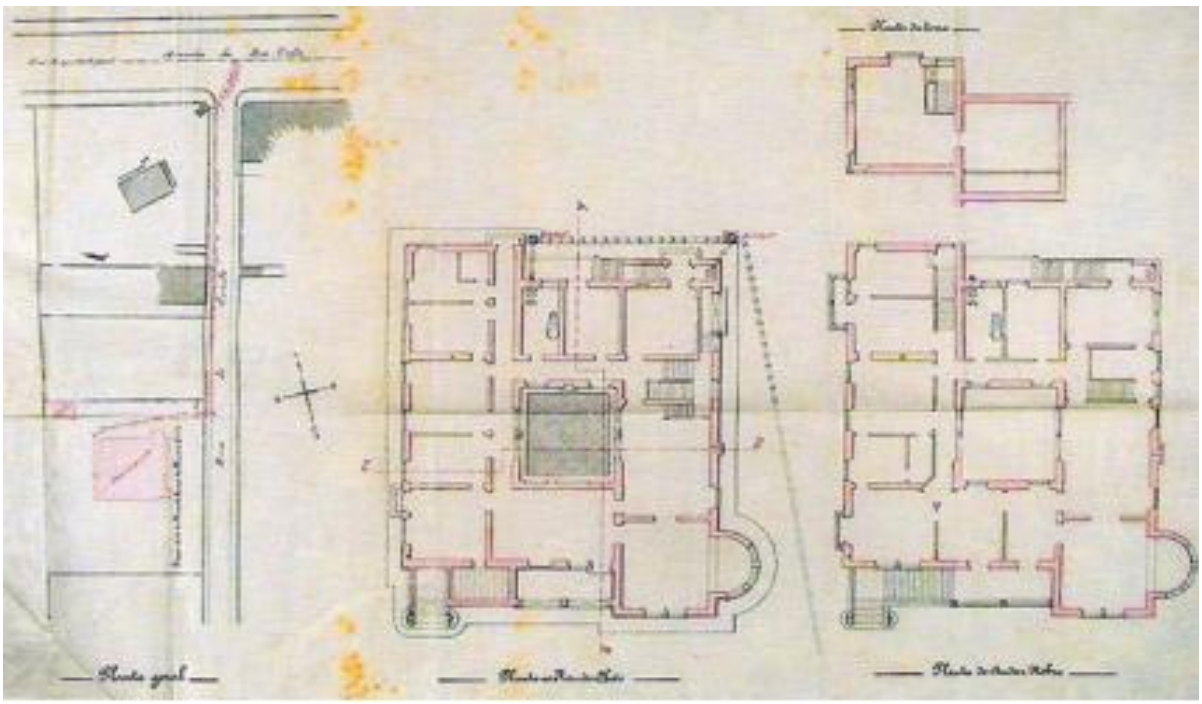


Fig. 78 | Planta de localização e de pisos da casa Ricardo Severo.

[39] Ribeiro, Irene. Raul Lino, um Pensador Nacionalista, p. 91

[40] Soeiro, Jaqueline. Espírito na Arquitetura, O Pensamento Arquitetónico em Raul Lino e Lúcio Costa, p. 15

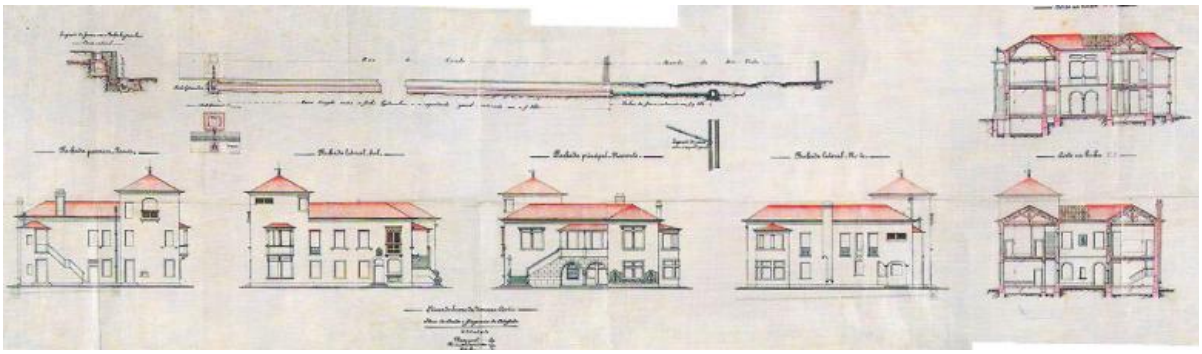


Fig. 79 | Alçados do edifício de Ricardo Severo.

A organização interior era típica de uma casa da burguesia, com dois pisos onde se organizavam as áreas sociais, íntimas e de serviço. Estas áreas, no entanto, ficavam situadas em volta do pátio central, elemento pouco usado na arquitetura portuguesa doméstica urbana. A sala de jantar tinha um papel preponderante na casa, porque Severo dava muita importância ao seu papel como espaço de reunião da família.[41]

É importante ressalvar que as plantas originais e o projeto construído não correspondem. O volume circular que é apresentado em planta no projeto, na habitação construída foi substituído por um volume retangular.

A sua volumetria apresenta-se com um aspeto assimétrico, compacto e ornamentado. No alçado frontal existe uma escadaria, que faz a ligação entre o exterior e o andar nobre. Este elemento era típico da arquitetura popular do norte de Portugal e da arquitetura barroca do século XVIII. Nesta volumetria destaca-se ainda mais um elemento, a torre, remetendo a um ideário da arquitetura nobre medieval portuguesa. Aqui, é utilizado com caráter simbólico, pois o seu espaço interior não oferece muitas possibilidades para aproveitamento, servindo apenas para a habitação dos criados; destaca-se também um elemento arquitetónico, a chaminé, que simboliza o conforto da família.

As fachadas do projeto traduzem diversos estilos e influências da arquitetura portuguesa regional. É aplicada a "gelosia" ou "rótula", elemento que era bastante utilizado na cidade de Guimarães. Nas fachadas são destacados os diferentes vãos, alguns deles com recurso a colunas.

Os vasos cerâmicos que se encontram na casa são também de influência tradicional. Outros elementos decorativos de destaque são os azulejos, um hábito da arquitetura brasileira trazido para

[41] Backheuser, Luiz. A casa do Arqueólogo, Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo, p.145

Portugal no século XIX e XX. A prática da utilização do azulejo foi bastante comum nas habitações portuguesas para o seu revestimento exterior.

A analogia entre a habitação estudada e a casa Ricardo Severo é bastante evidente nas ilustrações que se seguem.



Fig. 80 | Alçado lateral antes do restauro.



Fig. 81 | Alçado frontal antes da reabilitação.



Fig. 82 | Pátio central antes da reabilitação.



Fig. 83 | Alçado frontal após a reabilitação.

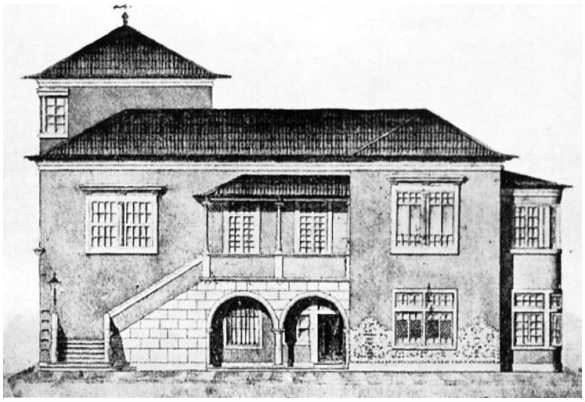


Fig. 84 | Desenho da fachada principal.

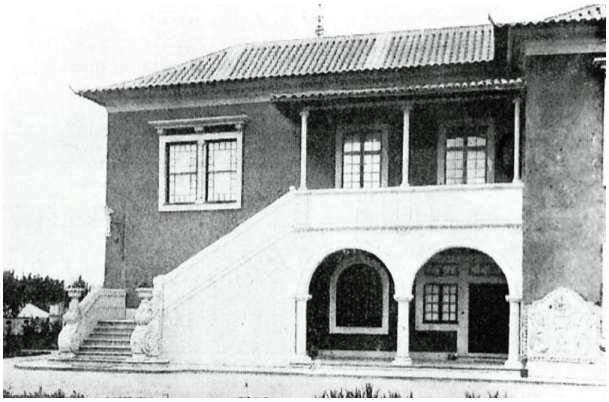


Fig. 85 | Registo fotográfico do século XX.



Fig. 86 | Alçado este da habitação de Guimarães.



Fig. 87 | Alçado oeste da habitação de Guimarães.



Fig. 88 | Alçado sul do caso de estudo.



Fig. 89 | Elementos arquitetónicos representativos do alçado frontal como os arcos de volta perfeita, escadaria, *loggia* e alpendre.



Fig. 90 | Representação da torre na fachada norte.



Fig. 91 | Destaque da *bow-window* no alçado norte.



Fig. 92| Registo fotográfico da casa de Severo.



Fig. 93 | Fotografia da fachada lateral com destaque nos vãos e escadaria.

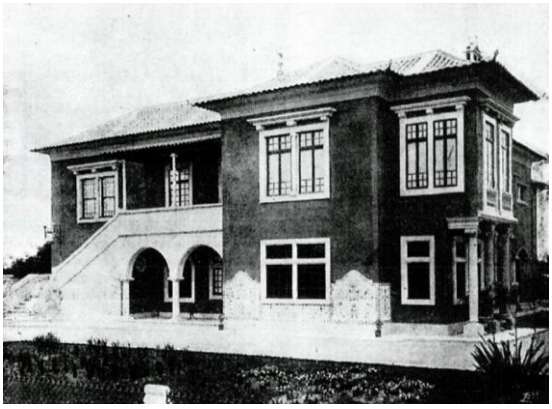


Fig. 94 | Fotografia de dois alçados da habitação no Porto.



Fig. 95 | Detalhe da escadaria.



Fig. 96 | Arcos de volta perfeita na casa de Ricardo Severo.

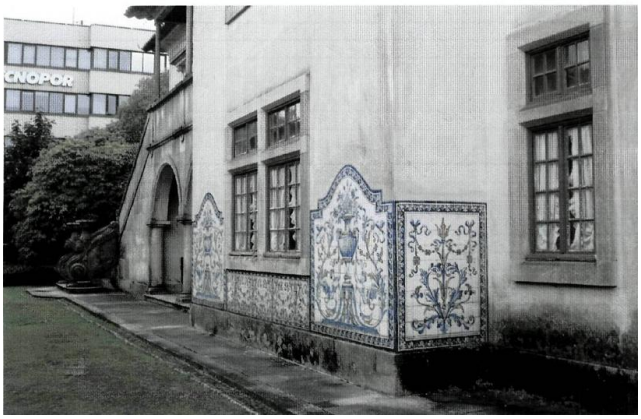


Fig. 97 | Azulejos aplicados na fachada.



Fig. 98 | Representação da escadaria do caso de estudo.



Fig. 99 | Detalhe na escadaria de Silva Moreira.

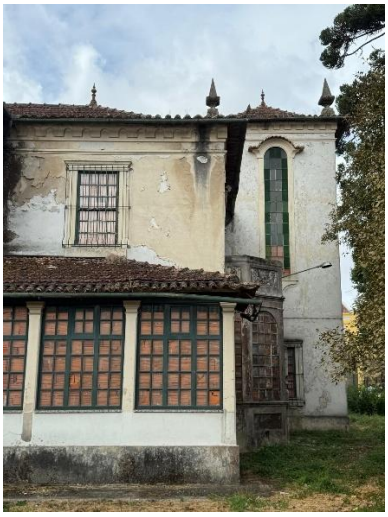


Fig. 100 | Alçado este do caso de estudo.



Fig. 101 | Aplicação do azulejo na fachada frontal da habitação de Guimarães.



Fig. 102 | Vão superior da *bow window*.



Fig. 103 | Alçado sul da habitação.



Fig. 104 | Alçado frontal do caso de estudo.

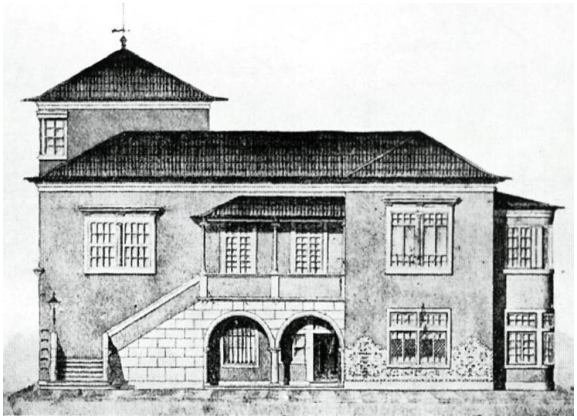


Fig. 105| Alçado frontal da casa de Ricardo Severo.

A comparação entre os alçados frontais da habitação de Guimarães e do Porto permite detetar a mesma utilização de recursos arquitetónicos como a escadaria, a *loggia*, a torre, alpendre, e arcos de volta perfeita, para além das semelhanças nos vãos.

No entanto, estes encontram-se com diferentes tipos de destaque. A torre que Silva Moreira projeta assume um papel principal na fachada, em oposição ao projeto da casa de Severo, onde esta se situa num plano secundário. A escadaria também não se localiza no mesmo eixo, estando uma na lateral e outra no centro. Já os vãos, apesar de apresentarem composições semelhantes, mostram um desenho mais ornamentado, enquanto a casa portuense tem linhas mais simples.

Projeto

O presente capítulo apresenta a proposta de intervenção, construída a partir da articulação entre a análise do enquadramento urbano e arquitetónico com o conhecimento reunido sobre o projeto de José Emílio da Silva Moreira. Contudo, dos diversos fatores identificados ao longo do tempo, o seu estado de abandono é o mais evidente, evidenciado pela acentuada degradação das estruturas de madeira, caixilharias e de vários elementos que contribuíram para a qualificação dos espaços internos.

O desenvolvimento da presente proposta decorre do atual estado de abandono, com o objetivo de recuperar a integridade da habitação e reativar o seu uso mediante a ponderação de um novo programa. Das diferentes hipóteses traçadas para o futuro do edifício, ponderam-se opções de desenho centradas na reabilitação do existente, considerando-se intervenções, consoante a necessidade, de adaptação, restituição e a integração de novos elementos. Estes aspetos exigem uma articulação entre o "existente" e o "novo", quer no reforço das condições infraestruturais e espaciais necessárias à resposta ao novo programa, quer na relação com um novo volume e na redefinição dos espaços exteriores.

Neste enquadramento, a investigação/projeto integra questões como:

- Reconhecimento da história do edifício

- Identificação de intervenções e alterações ao projeto inicial

- Análise do estado atual, incluindo a identificação de patologias

- Identificação de oportunidades de projeto

- Avaliação de possibilidades de programa

- Proposta de projeto final de intervenção

A delineação de um projeto final de intervenção, consciente nas opções de intervenção, implica ainda integrar referências teóricas e práticas na intervenção sobre o existente, bem como orientações de outras referências, relacionando duas vertentes de arquitetura "nova" e "existente". Sobressaem também questões como: a evidenciação do tempo da construção; a valorização de lógicas na génese do projeto; a definição de um todo coerente.

Antes da caracterização do novo programa é necessária a procura e estudo de obras de referência para se avançar com as opções de projeto.

Destaca-se, entre vários nomes, o historiador e crítico de arte, Cesare Brandi[42], que influenciou de modo marcante o pensamento e prática da intervenção sobre o património. Defende o Restauro Crítico[43], onde a intervenção (integrando os mais distintos âmbitos disciplinares- do técnico de restauro ao arquiteto) é o momento essencial para o reconhecimento da obra na sua duplicidade estética e histórica. Rejeita o falso histórico ou a eliminação de camadas, defendendo a distinguibilidade, compatibilidade e reversibilidade da intervenção. Em oposição, Paolo Marconi, arquiteto e historiador, sobressai defendendo o restauro Filológico. Considera a autenticidade um mito, pelo que admite a cópia e repristinação permitindo a reconstrução das condições iniciais. Enquanto que Brandi entende o restauro através do reconhecimento e preservação da obra ao longo da sua vida, recusando qualquer falsificação, Marconi assume uma posição contrária defendendo que o restauro permite a reconstrução e restituição do estado original do edifício.

Estes debates materializaram-se em documentos de referência como as cartas resultantes dos vários encontros internacionais. O documento de referência, tema de debate até aos nossos dias, é a Carta de Veneza, publicada em 1964, que vincula o ato de conservar como um procedimento de valor singular e tinha como objetivo considerar "os monumentos como um património comum" e reconhecendo "a responsabilidade coletiva pela sua salvaguarda para gerações futuras". A mais recente carta de Cracóvia (2000), adaptada aos tempos modernos, enfatiza o reconhecimento da diversidade cultural e a necessidade de cada comunidade encontrar o seu caminho para identificar e gerir o património.[44] Valoriza também a autenticidade, dependente dos fatores em que a obra se insere; aceita a introdução do novo, desde que seja fundamentado e reforça a importância do uso contemporâneo com o objetivo de defender o património.

Este estudo permitiu equacionar as opções consideradas na intervenção aqui proposta:

. identificação do objeto de estudo, com recurso aos documentos disponíveis, sendo estes fundamentais para a sua análise;

. compreensão do objeto de estudo, graças à sua análise histórica e ao estudo do seu contexto urbano;

. tradução gráfica dos dados, cruzando níveis de informação e proporcionando bases de trabalho informadas para a intervenção;

---

[42] Grande parte do seu conhecimento foi adquirido através do Instituto Central de Restauro sendo o seu objetivo desenvolver soluções rápidas e eficientes para corresponder à vasta destruição do património europeu, após a 2ª Guerra Mundial.

[43] Teoria que desenvolve no seu livro "Teoria del Restauro" de 1963, avaliando a autenticidade da obra e seu estado.

[44] https://estudospatrimonio.blogspot.com/2014/03/documentos-internacionais-sobre.html

. interpretação do objeto, identificando problemas do edifício;

. propor um programa que seja adequado ao reuso do edifício e elaborar um projeto de intervenção que permita a sua implementação.

Foi também considerado como referência de intervenção no existente o exemplo da obra de Fernando Távora, que explora temas como o Património e o Território em várias intervenções. Nomeadamente, a sua intervenção na adaptação a Pousada do Convento de Santa Marinha da Costa, também situada em Guimarães, destaca-se pela sua importância histórica e pelo caráter exemplar da intervenção, que exigiu uma rigorosa investigação, envolvendo vários campos disciplinares (arquitetura, arqueologia, história, conservação e restauro).[45] O objetivo era intervencionar o edifício, dando sentido a todos os elementos arquitetónicos que aí se foram construindo, sem apagar a passagem de 11 séculos[46].

A nova Pousada teria de responder a um programa complexo e amplo, no que se refere ao número de quartos, espaços de serviços e espaços de suporte ao seu funcionamento. A solução proposta foi a adição de um novo volume ao edifício, uma vez que a dimensão existente não era suficiente. Távora assim o fez, acrescentando o moderno ao antigo, relacionando-o com a história.

O arquiteto justificou a implantação do novo edifício afirmando que seria a expansão natural, seguindo a forma e orientação do volume existente, permitindo que este se continuasse a destacar. A construção da nova proposta numa cota mais baixa permitiu também relacionar as diferentes cotas do terreno. Com este desenho, Távora alcança simultaneamente uma continuidade entre os edifícios e uma valorização do existente.

O alçado desta obra destaca-se pela perfeita métrica dos vãos, onde cada um corresponde a um quarto, construindo uma quadrícula. A sua cobertura, é plana e o seu revestimento cerâmico, de cor escura, funcionando como um terraço para o edifício.

No edifício do antigo convento, o arquiteto aplicou atitudes diferentes de acordo com a natureza dos elementos e oportunidades de projeto proporcionadas. Alguns destes, que marcavam a passagem dos séculos na obra, foram preservados de forma a que permanecessem aparentes. Outros foram demolidos, refutando que a arquitetura tinha de transmitir "qualidade e validade, independentemente dos estilos ou dos autores"[47]. O escultório de granito foi um dos elementos que foi desmontado e

[45] Ferreira, Teresa Cunha. Novo/Antigo – Fernando Távora Obras, p.175

[46] A sua construção data no século IX, começando por ser um templo, no século X um mosteiro, no século XVI uma universidade e, finalmente, no seculo XX uma pousada.

[47] Fernandes, Eduardo; Cabeleira, João. Fernando Távora em Guimarães, p.34

reconstruído na zona da entrada do estacionamento, mantendo a leitura, volumetria e composição do volume pré-existente.

O arquiteto Távora assumiu, assim, caso a caso, a decisão de "complementar ou ampliar, construir ou demolir"[48].



Fig. 106 | Imagem do espaço dos arcos antes do projeto.



Fig. 107 | Adaptação do espaço a novo programa.



Fig. 108 | Espaço do claustro



Fig. 109 | Arco moçárabe.

[48] Ibidem, p.32



Fig. 110 | Alçado frontal da nova adição de Távora.



Fig. 111 | Alçado lateral do volume do alojamento.



Fig. 112 | Cobertura da nova adição de Távora e alçado.



Fig. 113 | Alçados do edifício existente.



Fig. 114 | Integração do edifício com o terreno.



Fig. 115 | Integração do edifício com o terreno.



Fig. 116 | Alçado frontal da nova adição de Távora.



Fig.117 | Cobertura do novo volume.



Fig. 118 | Intervenção sobre elementos existentes.



Fig. 119 | Intervenção sobre elementos existentes.



Fig. 120 | Implantação do edifício existente e da nova proposta a cor vermelha.

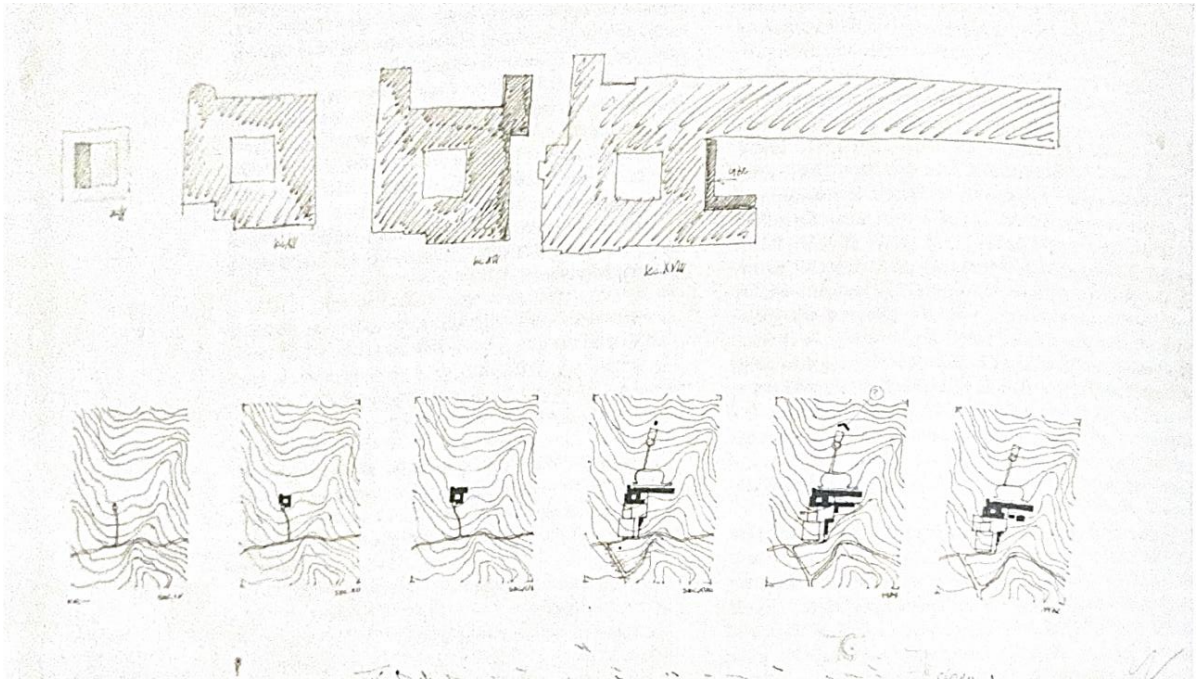


Fig. 121 | Estados de evolução do projeto.

Análise da construção atual

Da análise do caso de estudo resultou a identificação de 3 fases na sua evolução, desde o desenho de Silva Moreira até ao estado atual. Porém, neste capítulo avança-se numa análise mais profunda do conjunto, com o propósito de reconhecer os seus espaços, e compreender a relação entre edifício e envolvente, mais particularmente com o jardim. Como se já referiu anteriormente, o terreno em que a habitação se implanta apresenta mais três volumes, todos de função, volumetria e materialidade diferente.

A leitura do conjunto irá ser feita a partir de perfis e plantas, mostrando a relação entre os diferentes edifícios. A sua identificação está numerada na planta de coberturas apresentada na figura que se segue.

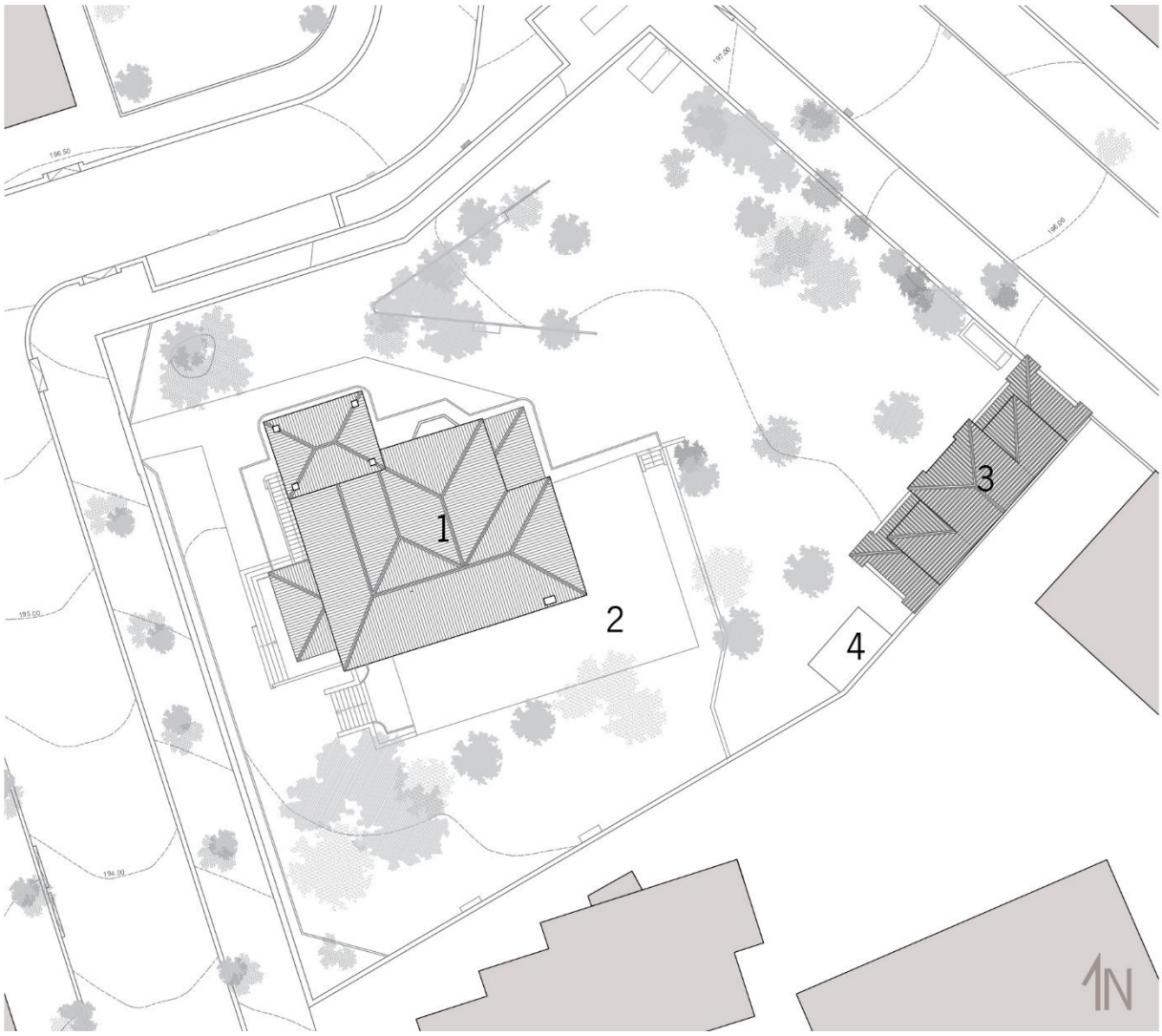


Fig. 122 | Planta de cobertura com identificação dos volumes que ocupam o lote. Escala 1:500

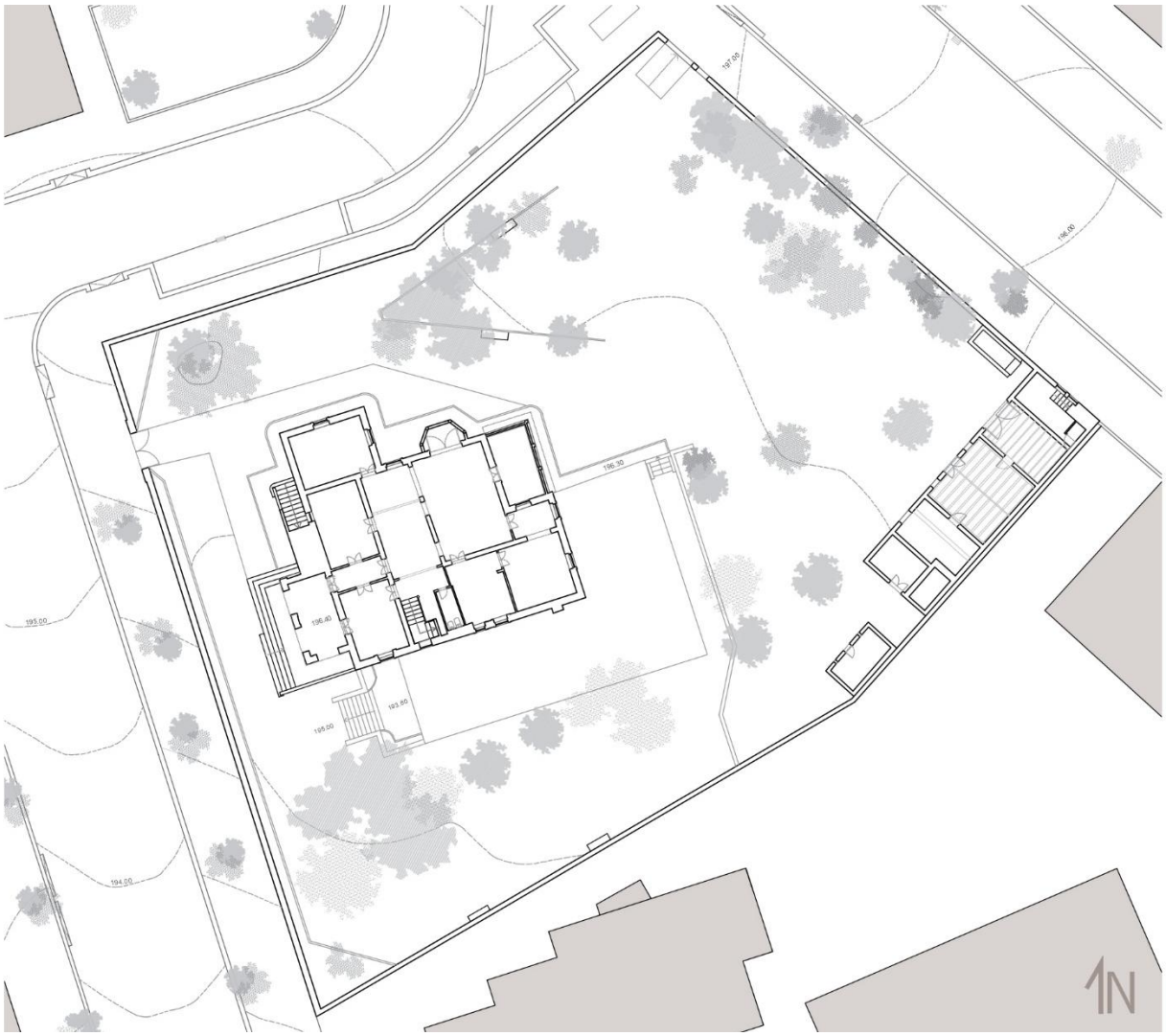


Fig. 123 | Planta de piso referente ao rés do chão. Cota 196.40 Escala 1:500

Começando pelo nível que relaciona todos os volumes implantados, constata-se que o piso referente ao rés-do-chão manteve grande parte da configuração prevista no projeto de Silva Moreira, à exceção dos espaços dedicados à copa e casa de banho, estando a sua atual divisão sem as paredes que separavam as duas áreas.

Esta planta também revela informações relativamente aos outros volumes adicionados.

Os edifícios, 3 e 4 encontram-se adossados ao muro adjacente do terreno que marca o limite sul do lote. Apresentam formas retangulares, sendo um de menor escala e o outro maior. O edifício 4 define-se apenas com 4 paredes, com um piso e um único espaço interior, com pé direito de 2,2 metros. O edifício 3 já apresenta mais complexidade na sua planta. As suas divisões internas são desenhadas paralelamente às suas paredes laterais exteriores, criando áreas de várias dimensões. O acesso ao interior é efetuado por dois vãos existentes no alçado frontal e um situado no lateral. Do lado nascente

existe um lanço de escadas para aceder ao piso superior, que se situam adossadas à parede lateral, que limita o terreno, sendo a entrada de luz realizada por dois vãos abertos para a Avenida Cónego Gaspar.

Na figura 123 não surge representado o interior do edifício 2, porque este se desenvolve apenas no piso inferior, na cota 193,6. Mas é nesta planta que conseguimos obter outro tipo de informações, relativamente aos acessos realizados no terreno. Em comparação da planta desenhada por Silva Moreira, constata-se que são representados novos caminhos de acesso pelo exterior. O principal, realizado pelo portão localizado na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, permite o acesso à casa, mas também faz a ligação com o edifício 2, contornando o volume 1 e finalizando nas escadas de acesso ao piso inferior. O pequeno lanço de escadas situado a este do edifício 2 apenas serve para acerto de cotas exteriores, num local onde o terreno está acima da cota de chão do piso inferior. Estas mudanças de cotas são separadas por um muro.

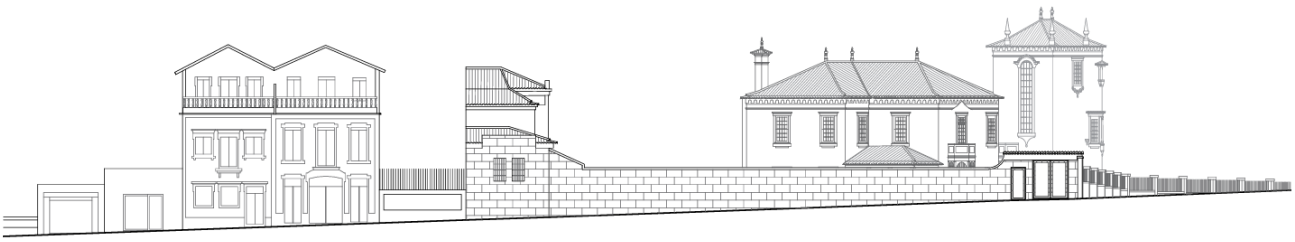


Fig. 124 | Alçado para a Avenida Cónego Gaspar. Escala 1:500



Fig. 125 | Alçado norte do muro existente. Escala 1:500



Fig. 126 | Alçado da Rua dos Combatentes da Grande Guerra. Escala 1:500

Não existem acessos pavimentados para o edifício 3 e 4; existe apenas um acesso secundário ao terreno, uma pequena rampa que liga o portão situado na avenida Cónego Gaspar, à cota 197 com a cota do terreno, 196,7.

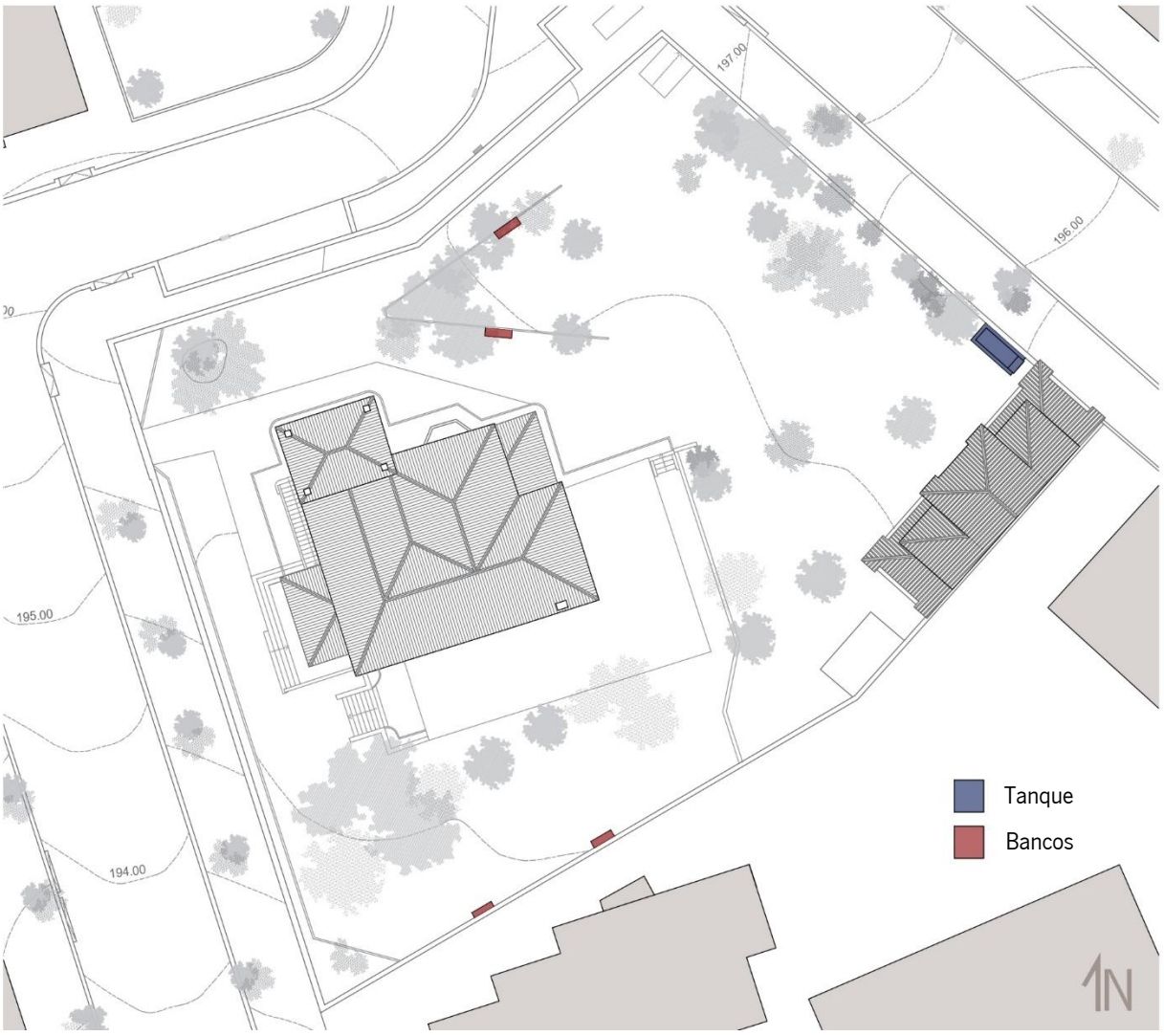


Fig. 127 | Planta de cobertura com marcação dos bancos e tanque. Escala 1:500



Fig. 128 | Banco situado na zona norte do terreno.



Fig. 129 | Banco situado na zona sul do terreno.

Também se verifica a existência de alguns elementos pontuais neste terreno, como os bancos de apoio, que apresentam uma estrutura de pedra e um encosto revestido a azulejo.



Fig. 130 | Tanque junto ao muro existente.



Fig. 131 | Tanque junto ao edifício 3.

Junto ao edifício 3, também observamos um pequeno tanque, de forma retangular, com estrutura de pedra, no limite do terreno, encostado ao muro este.

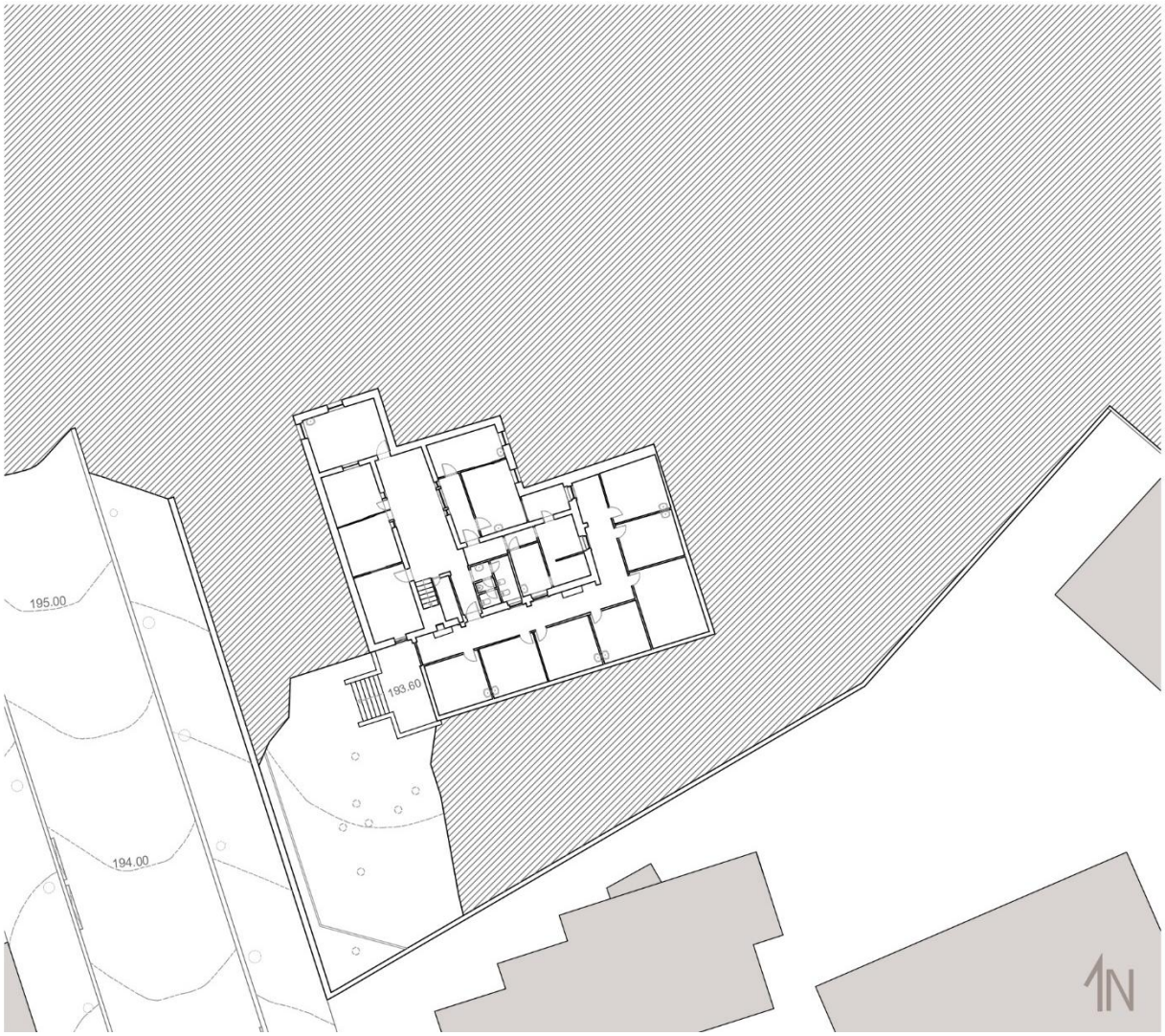


Fig. 132 | Planta de piso referente à cave. Escala 1:500

Na planta da cave, o piso de cota mais baixa, é percetível o desenho do anteriormente projetado pelo arquiteto Silva Moreira, tal como o volume da nova adição, em forma de L, junto das frentes este e sul. Relativamente ao desenho de Silva Moreira, no estado atual a planta apresenta adições, essencialmente para aumentar o número de divisões, através do uso de paredes e do posicionamento de novos vãos interiores para articular os espaços. A ligação entre a habitação e a ampliação é realizada pelo vão do alçado sul, uma porta, anteriormente projetada para acesso ao exterior. O volume 2 resolve-se de forma bastante linear, através de um corredor estreito, sempre paralelo à parede original da casa, que dá acesso a todas as divisões criadas, seguindo uma métrica bastante semelhante; os espaços também apresentam áreas equivalentes, com a exceção da sala que faz o cunhal do novo corpo, que é ligeiramente maior.



Fig. 133 | Corte [AA']. Escala 1:200

A cobertura é realizada com o recurso a uma laje, que se apoia na parede e se estende até ao limite do volume, cobrindo toda a área. O acesso exterior principal para o edifício é realizado através das escadas indicadas no corte [AA'].

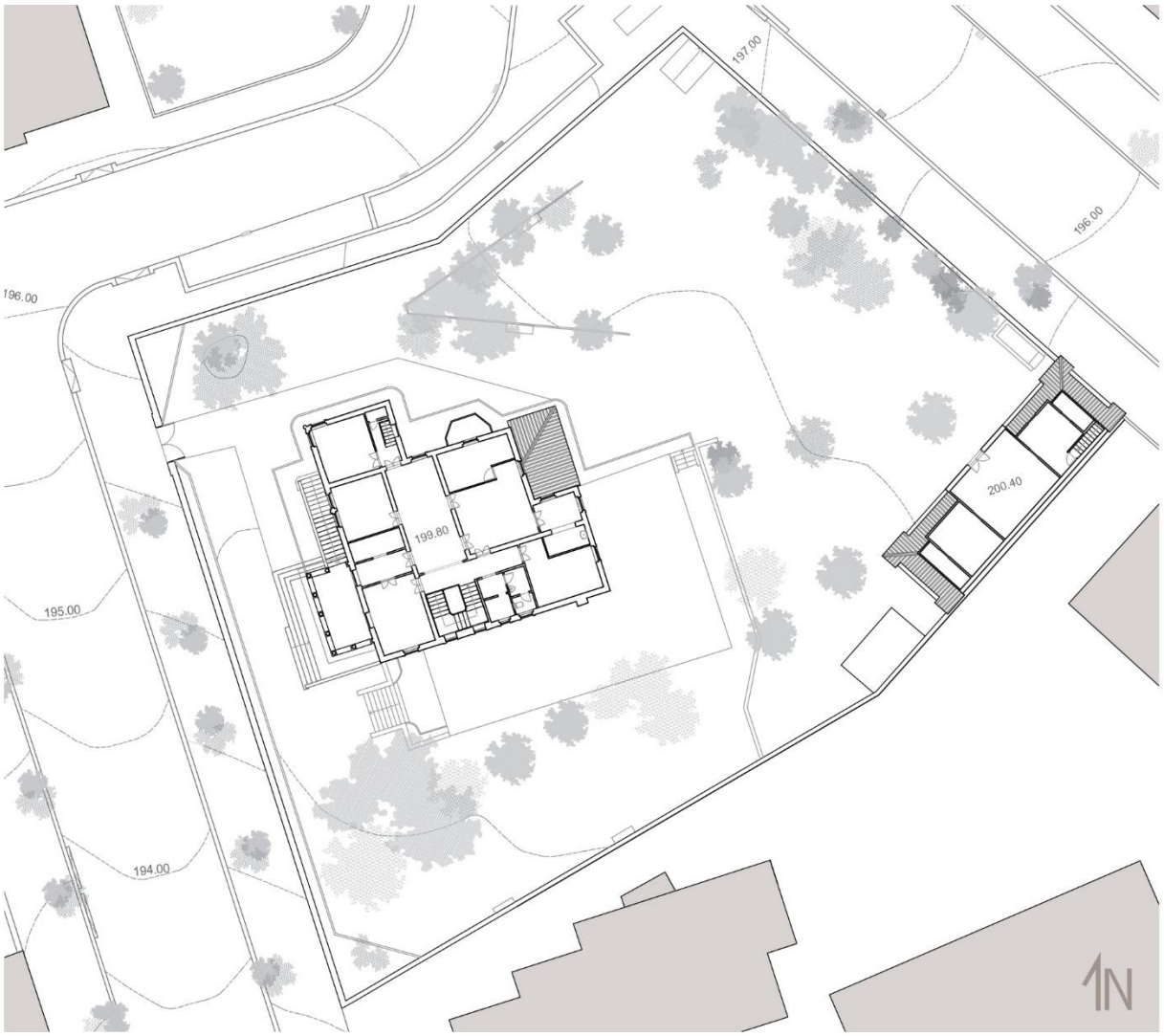


Fig. 134 | Planta de piso referente ao piso 1. Escala 1:500

Na planta do 1º piso podemos ver o interior do edifício principal e o segundo nível do anexo existente (edifício 3). No primeiro, observam-se alguns acrescentos, principalmente nos espaços dos quartos, onde se construíram paredes divisórias com o objetivo de proporcionar um maior número de áreas. O piso superior do anexo apresenta espaços de grandes dimensões, dispostos em simetria através em função do seu eixo central. Sobre este piso não foi possível obter mais informação, devido à sua inacessibilidade.

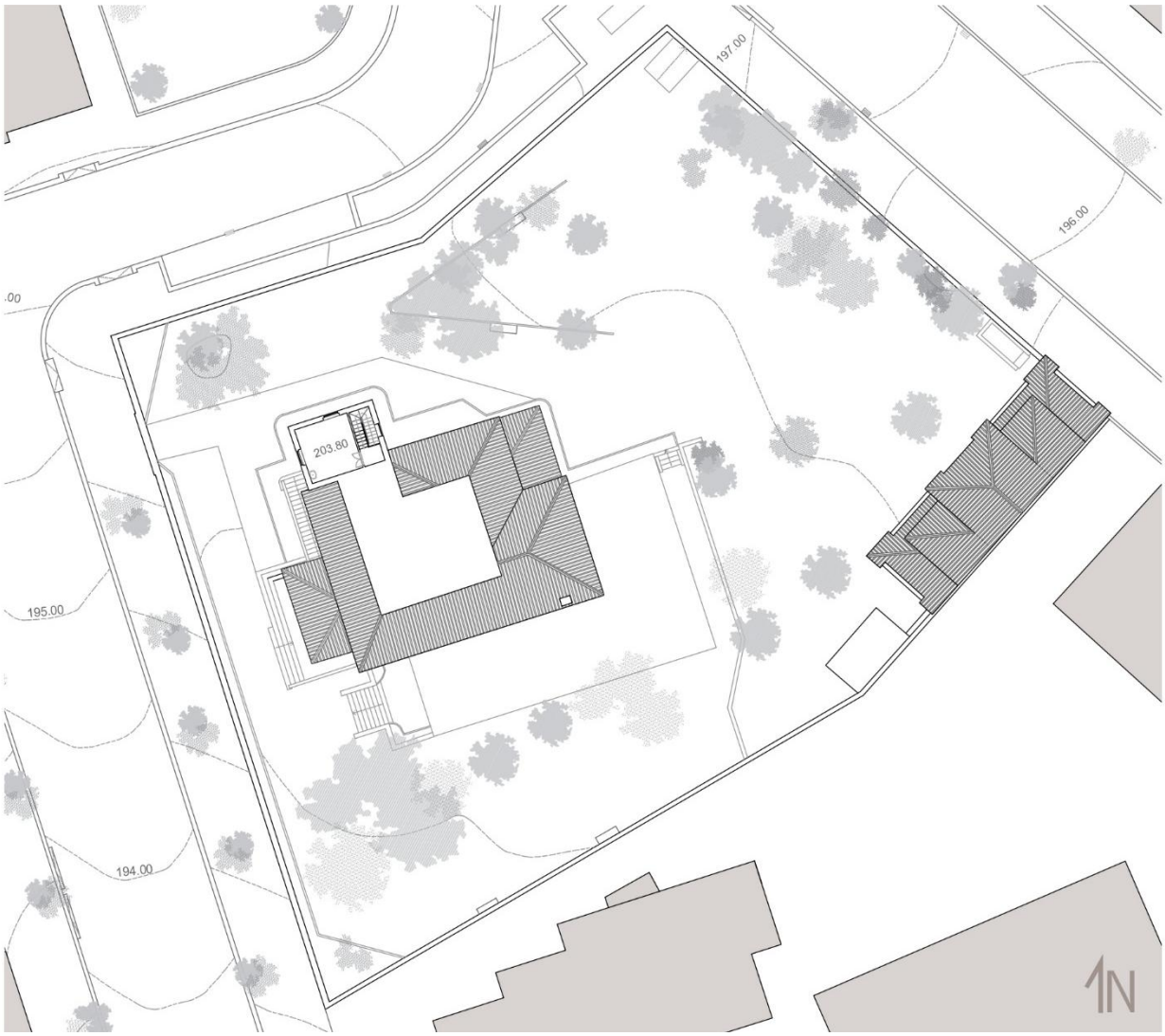


Fig. 135 | Planta de piso referente apo piso 2, torre. Escala 1:500

A planta do segundo piso apresenta apenas informação adicional em relação ao interior da torre. A planta é constituída apenas por um único espaço útil, separado da escada por uma parede, onde se abre um único vão.

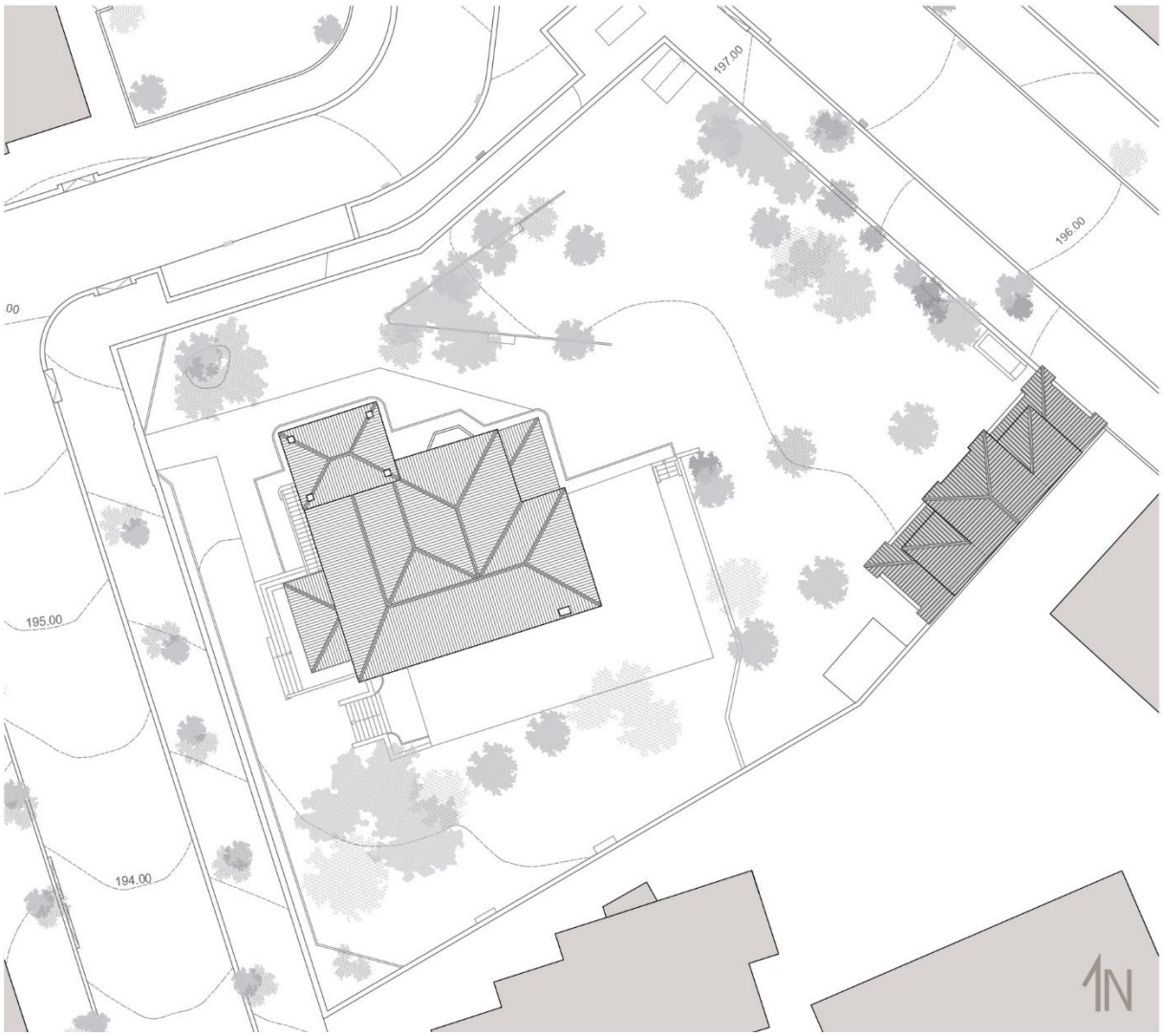


Fig. 136 | Planta de cobertura. Escala 1:500

Na planta de coberturas, é possível perceber que a conformação do telhado do edifício 1 se manteve igual ao anteriormente projetado, comparando com a informação obtida com o recurso a cortes e alçados.

A estrutura adossada à habitação, aqui designada volume 2, apresenta uma cobertura plana.

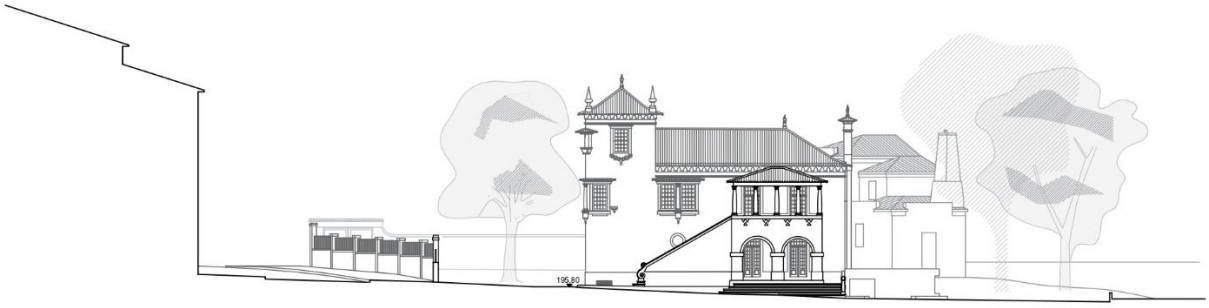


Fig. 137 | Alçado frontal com edifício 1, 2 e 3. Escala 1:500



Fig. 138 | Alçado norte com edifício 1 e 3. Escala 1:500

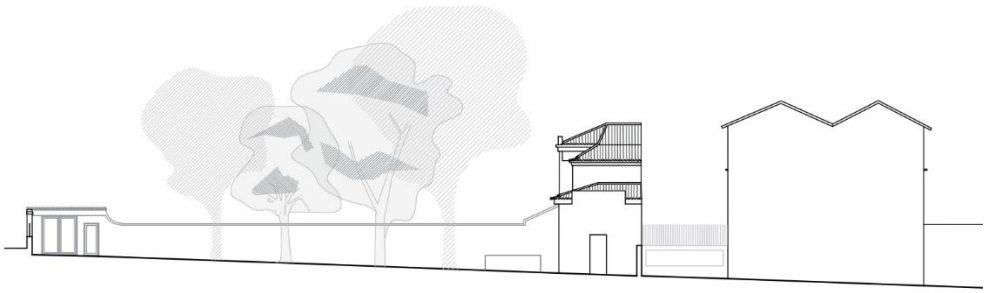


Fig. 139 | Alçado oeste do edifício 3. Escala 1:500

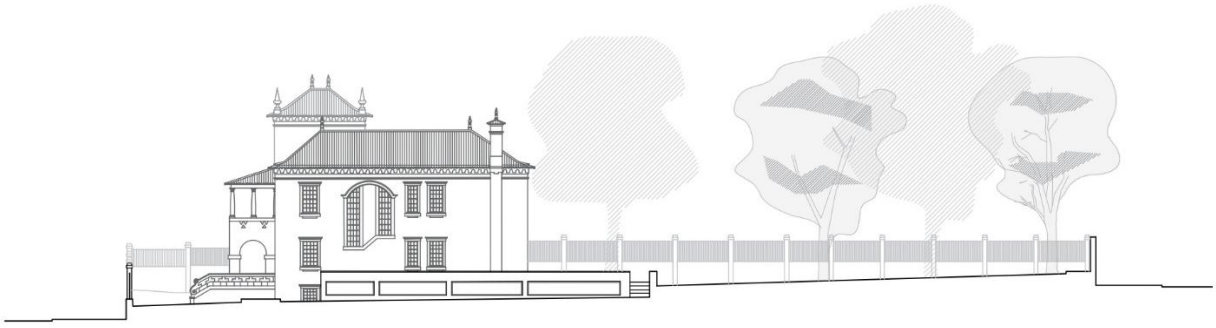


Fig. 140 | Alçado sul do edifício 2. Escala 1:500

As fachadas atuais da habitação principal continuam a apresentar os detalhes projetados pelo arquiteto, embora alguns planos de parede tenham sido alterados pela construção do edifício 2. Nesta ampliação, o alçado sul e este destacam-se pelo vão envidraçado, longo e baixo, que percorre toda a fachada. Já o alçado frontal, oeste, é marcado por um pequeno envidraçado e pelo vão que dá acesso ao exterior. A fachada norte só apresenta um pequeno plano de parede que, devido à diferença de cotas entre a cobertura e o pavimento exterior, proporciona um pequeno muro para quem caminha pelos passeios a norte do terreno.

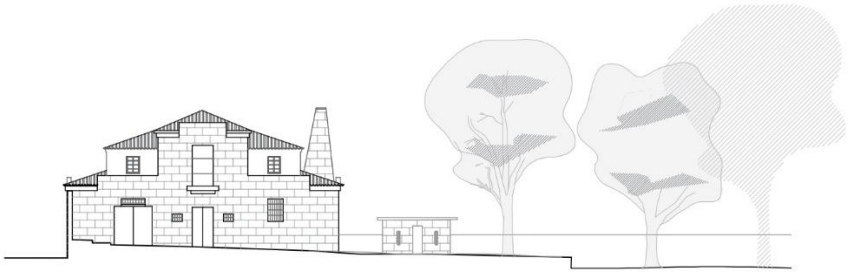


Fig. 141 | Alçado norte dos volumes 3 e 4. Escala 1:500

As fachadas da pequena estrutura, aqui designada como edifício 4, são bastante simples: as duas laterais são cegas e a principal apresenta uma porta e dois vãos estreitos para entrada de luz.

Por fim, as fachadas do volume 3, já apresentam maior complexidade no desenho, apesar de serem mais simples do que as da casa. O alçado principal apresenta uma simetria nos vãos superiores a partir do seu eixo central. A fachada lateral nascente integra o muro que limita o terreno do lado da Avenida de Cónego Gaspar e apresenta dois pequenos vãos. A fachada contrária, a oeste, apenas apresenta um vão de acesso ao exterior.

Relativamente aos muros exteriores, as frentes que delimitam o terreno com a Rua dos Combatentes da Grande Guerra e com a Rua Almirante Sousa Ventura, situada atrás do Tribunal, são constituídas por um muro de pedra (com uma altura média de 1.12 metros) e um gradeamento bastante trabalhado e elevado, perfazendo uma altura total de 2.20 metros. O muro virado à Avenida Gaspar Cónegos é de alvenaria de pedra (na cota mais elevada da rua conta com uma altura de 2.9 metros, aumentando até à fachada do edifício 3, com 4.8 metros de altura), detendo apenas duas aberturas, correspondente ao portão e a uma pequena porta. No final deste muro, na orientação sul, são visíveis os dois pequenos vãos do edifício 3.

Os diferentes volumes também apresentam diferentes materiais. Os dois anexos, 3 e 4, têm uma estrutura de parede portante de pedra deixada à vista. O edifício 2, que se prolonga a partir da habitação, tem estrutura de betão e acabamento em reboco pintado de branco. O edifício principal foi erguido com estrutura de parede contínua de pedra, sendo a fundação em betão e o acabamento da superfície com reboco pintado a cor branca; no contacto com o solo, existe um soco de pequena altura com o mesmo tipo de revestimento, pintado com uma cor mais escura. Apesar de parede e soco conterem o mesmo tipo de acabamento, estão em planos diferentes, apresentando-se a superfície do soco mais saliente em relação ao plano da parede.

Através da observação do exterior na habitação, detetam-se algumas evidências de problemas estruturais, como se pode observar na figura 142. Também se deteta em várias zonas a deterioração no reboco. No interior também se encontram mais algumas patologias.



Fig. 142 | Zona da *loggia.*



Fig. 143 | Alçado sul.



Fig. 144 | Alçado norte.



Fig. 145 | Alçado norte.



Fig. 146 | Alçado norte.



Fig. 147 | Alçado este.



Fig. 148 | Zona do átrio do 1 piso.



Fig. 149 | Sala do piso do rés do chão.



Fig. 150 | Espaço do átrio do piso do rés do chão.



Fig. 151 | Espaço da *bow window* do 1 piso.

O piso da cave é uma das zonas que apresenta mais indícios de humidade, porque metade deste está abaixo da cota do terreno. Em alguns espaços deste nível verifica-se que a madeira está apodrecida,

na laje superior, nos vigamentos, e no lambril que forra grande parte das paredes destes espaços. Estes fatores podem ter sido causados por problemas relacionados com a estanqueidade do edifício, tais como: deficiente drenagem do terreno envolvente; falta de impermeabilização de fundações e parede abaixo do solo; mau funcionamento da caixa de ar; falta de ventilação.



Fig. 152 | Espaço do piso da cave.



Fig. 153 | Sala do piso da cave.



Fig. 154 | Envidraçado do átrio do piso da cave.



Fig. 155 | Parede do átrio do piso da cave.

No piso do rés-do-chão observa-se uma grande abertura no forro do teto, que aparenta ser resultado de um incêndio. Este teto apresenta zonas onde não há revestimento, estando à vista elementos metálicos, que serviram de suporte a um teto falso (que, provavelmente, era já um acrescento ao projeto original), sendo o teto dos restantes espaços revestidos a estuque. Os outros espaços permanecem em bom estado, havendo algumas zonas onde se observam pequenas fissuras na parede e descascamento do revestimento interior.

Alguns caixilhos de vãos exteriores também apresentam partes onde a madeira parece estar danificada.

A estanqueidade de um edifício é um dos fatores mais importantes para a sua boa conservação; assim, é essencial avaliar a cobertura, detetar eventuais fissuras de componentes horizontais na fachada e na ligação entre diferentes componentes, com o objetivo de detetar a fonte dos problemas detetados. Em relação a outras patologias mais ligeiras, apenas se torna necessário reforçar a estrutura, resolvendo abatimentos diferenciados, na cobertura, rever o estado de conservação dos barrotes e asnas, resolvendo deformações no telhado, manutenção dos caixilhos de madeira, reparar algumas fissuras de parede e reparar o revestimento final interior e exterior. A *bow-window* também necessita de uma intervenção profunda uma vez que, atualmente, está emparedada com tijolo.

O edificado adossado a este, aqui designado volume 2, sendo de uma construção mais recente e moderna, não aparenta qualquer tipo de patologia. Já o volume 3, apesar de apresentar uma estrutura bastante robusta, tem o seu interior bastante degradado; o abandono a que esteve sujeito que provocou a falta de manutenção e ventilação, terá sido a causa principal para esta degradação. Apresenta paredes desmoronadas, vãos sem envidraçados e grande parte da estrutura da escada de acesso ao piso superior está destruída, impossibilitando o acesso ao andar superior. O edifício 4 de menor dimensão (um espaço de armazenamento de materiais com apenas 8.38 m^2), não apresenta qualquer tipo de problema.

Após a análise do estado atual da construção, parte-se para o reconhecimento do seu valor arquitetónico. Antes de executar um projeto de intervenção no construído é necessário avaliar o que pode ou não perturbar a leitura do todo, permitindo obter uma relação mais clara entre os volumes, e entre estes e o espaço exterior; é importante avaliar também a qualidade dos espaços, através da consideração de importantes fatores como as entradas de luz, a relação entre os espaços, a localização dos acessos, etc. No entanto, a eliminação ou reposição de elementos deverá ser devidamente justificada, podendo-se correr o risco de eliminar estratos importantes do edifício ou incorrer num falso histórico, opção que

Cesare Brandi condena na sua teoria do restauro. A obra deve preservar o seu potencial como uma unidade, tanto a nível artístico como histórico e o que deve guiar a intervenção é o juízo crítico de valor.

O principal foco deste projeto é a casa projetada por Silva Moreira, que se pretende reutilizar com um novo programa, sem com isso pôr em causa a sua qualidade arquitetónica. Consequentemente, todos os elementos acrescentados posteriormente ao projeto original foram colocados em causa, em muito devido à sua falta de qualidade arquitetónica.

Assim, conclui-se que o edifício 2 compromete a leitura do alçado da habitação, bem como a relação entre espaços internos e externos, e ainda o desenho do jardim. Propõe-se, assim, a sua demolição, de forma a recuperar a imagem da fachada desenhada na década de 30.

Quanto aos volumes 3 e 4, que também não são necessários para o programa proposto, considerou-se que não estabelecem qualquer tipo de relação com o edifício principal, perturbando até a sua leitura. Propõe-se também, por isso, a sua demolição.

Estas propostas de demolição visam proporcionar um desenho claro, eliminando elementos que perturbavam a leitura do edifício que se pretende preservar e prejudicam a sua relação com a envolvente. Com o seu desaparecimento, a atenção centra-se na habitação, que pode regressar à imagem que se encontra nas plantas do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; por outro lado, os espaços vazios que as construções demolidas deixaram permitem mais liberdade para desenvolver o novo edifício necessário para colmatar o programa proposto.

Na planta da figura 156 identifica-se com a sinalização da cor amarela os elementos a demolir.

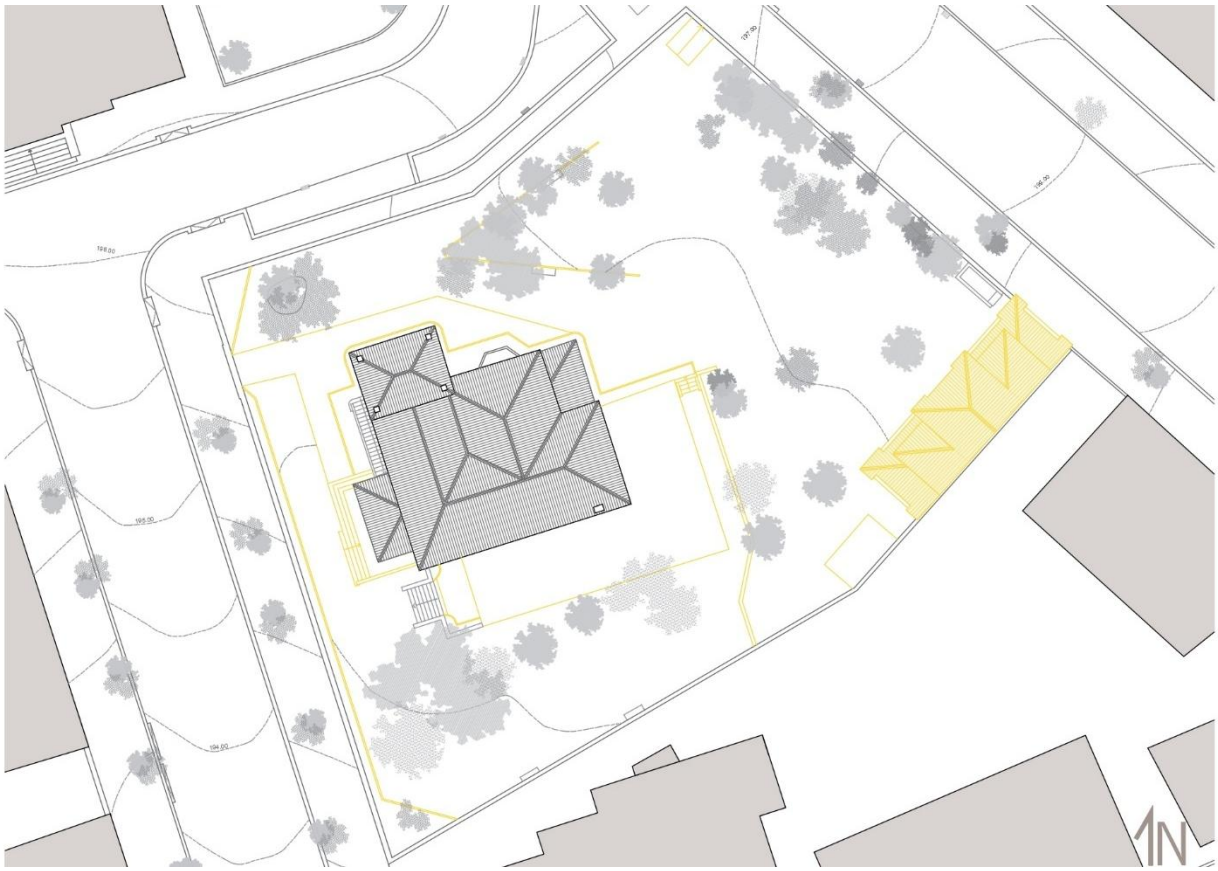


Fig. 156 | Planta de coberturas atual com identificação de elementos a demolir com cor amarela.

Caracterização do novo programa

O edifício em estudo foi projetado como habitação unifamiliar, tendo essa vocação até meio do século XX. Entre as décadas de 80 a 90, tornou-se propriedade da Câmara Municipal e houve necessidade de o adaptar a Centro de Saúde. Esta alteração, como já foi mencionado, implicou a reorganização de espaços no interior, com instalação de divisórias e anexos, bem como a ampliação da casa principal (construção do edifício 2). Estes ajustes evidenciam-se através do uso de materiais e tecnologias de construção distintas que implicam uma grande diferença perante os materiais do resto da casa.

A oportunidade de demolir os elementos que a perturbavam a integridade da casa permite perseguir uma maior coesão do resultado final, assente também numa maior liberdade na distribuição do programa, projeto de novo volume e reconfiguração de espaços exteriores. Na consideração de um novo programa, um Centro de Estudos Judiciários, foi tido em conta a capacidade, o dimensionamento do edifício existente e, depois de constatada a necessidade de uma nova construção, a compatibilização entre o novo volume e o existente. Foram também levadas em conta as caraterísticas dos espaços da casa, na elaboração do novo programa; finalmente, considerou-se o espaço urbano onde a construção está inserida, procurando entender as caraterísticas da envolvente e as suas necessidades.

O primeiro pensamento, no início do trabalho, foi reativar o programa original, uma habitação. No entanto, atualmente, a dimensão da casa e a sua distribuição interna não se adequam nem à dimensão corrente de habitação, nem a modos de vida contemporâneos. Para a adaptação a este programa seria preciso desvirtuar muitos dos elementos relevantes da sua estrutura espacial, reduzindo a casa a um invólucro, modificado para receber outra realidade interna. Por outro lado, pertencendo a propriedade ao Município, não seria lógico atribuir-lhe essa função, que impediria o acesso do público ao seu interior.

Atualmente, o programa discutido para o futuro desta casa é o seu reaproveitamento para a instalação de uma unidade hoteleira. Este tipo de programa não cumpre o objetivo de requalificação do existente uma vez que implicaria um redimensionamento interior e uma reorganização que apagaria muitas das qualidades da preexistência. O exemplo da obra que foi realizada na casa de Ricardo Severo, no Porto que, como vimos, apresenta muitas semelhanças com o caso de estudo, é elucidativo dos perigos que uma intervenção deste género acarreta: foi transformada numa unidade hoteleira, tendo sido modificada e ampliada, restando hoje poucos registos da memória da obra original.

Excluída a hipótese de programa habitacional ou de unidade hoteleira, considerou-se um programa de carácter público e avançou-se para a análise de necessidades e oportunidades a partir da sua envolvente, onde se encontraram vários tipos de serviços.

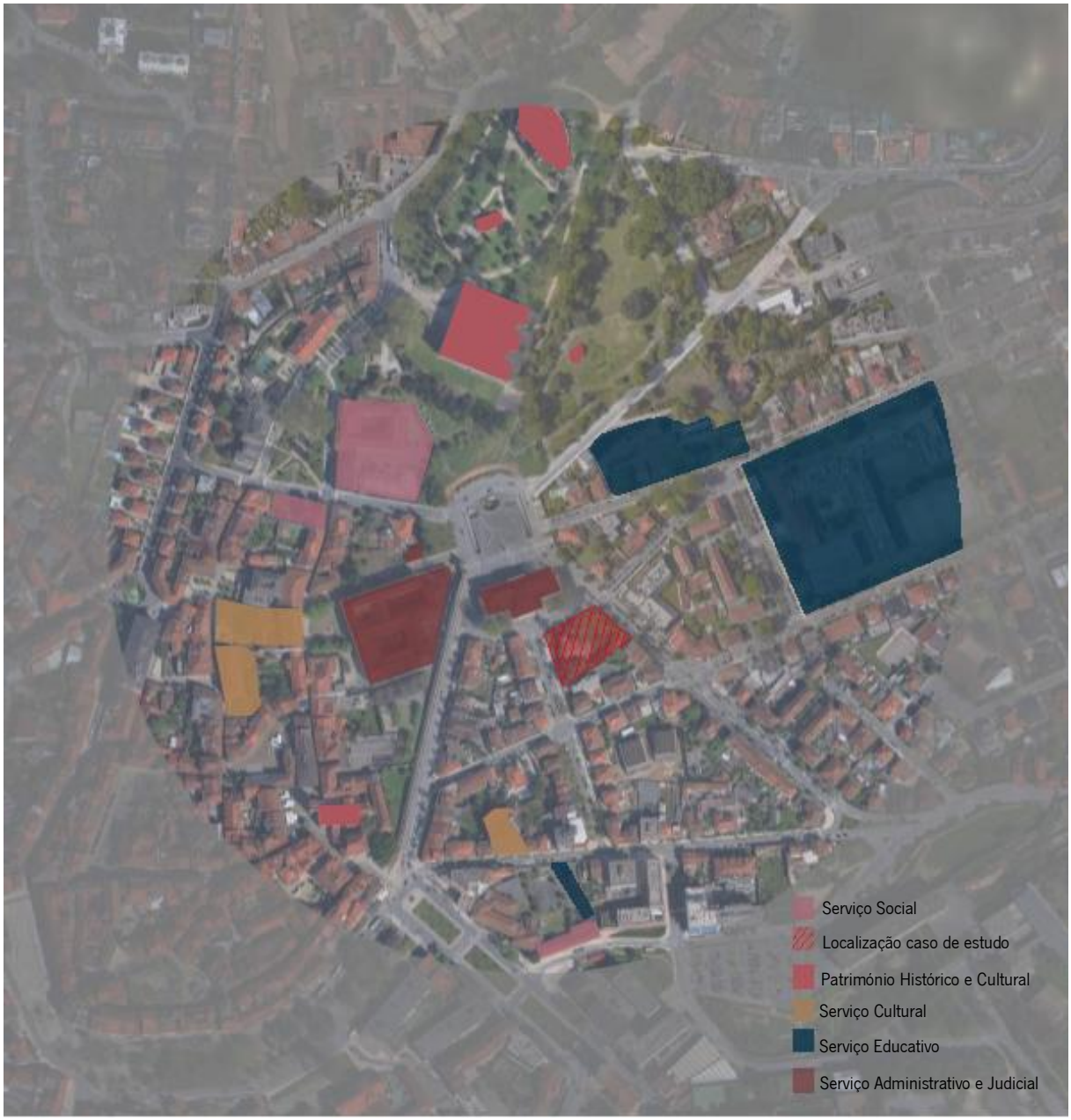


Fig. 157 | Representação dos serviços na envolvente da habitação.

A figura 157 tem como objetivo mapear estes serviços (educativo, social, administrativo e judicial, cultural, histórico e cultural) e identificar possíveis oportunidades para o programa proposto, de forma a completar a oferta ou resolver seus problemas.

Estando este lote localizado nas traseiras do Tribunal Judicial de Guimarães, propõe-se um programa que se relacione com este equipamento, um centro de estudos judiciários, permitindo resolver

problemas de lotação de espaço no edifício existente e potenciar uma resposta espacialmente adequada. Esta proposta irá proporcionar melhores condições de trabalho e segurança dos serviços do tribunal, que poderiam permutar para o novo espaço. Embora algumas componentes dos serviços de apoio ao tribunal tenham, pela sua natureza, de funcionar no edifício projetado por Luís Benavente, outros podem ser relocalizados no edifício proposto.

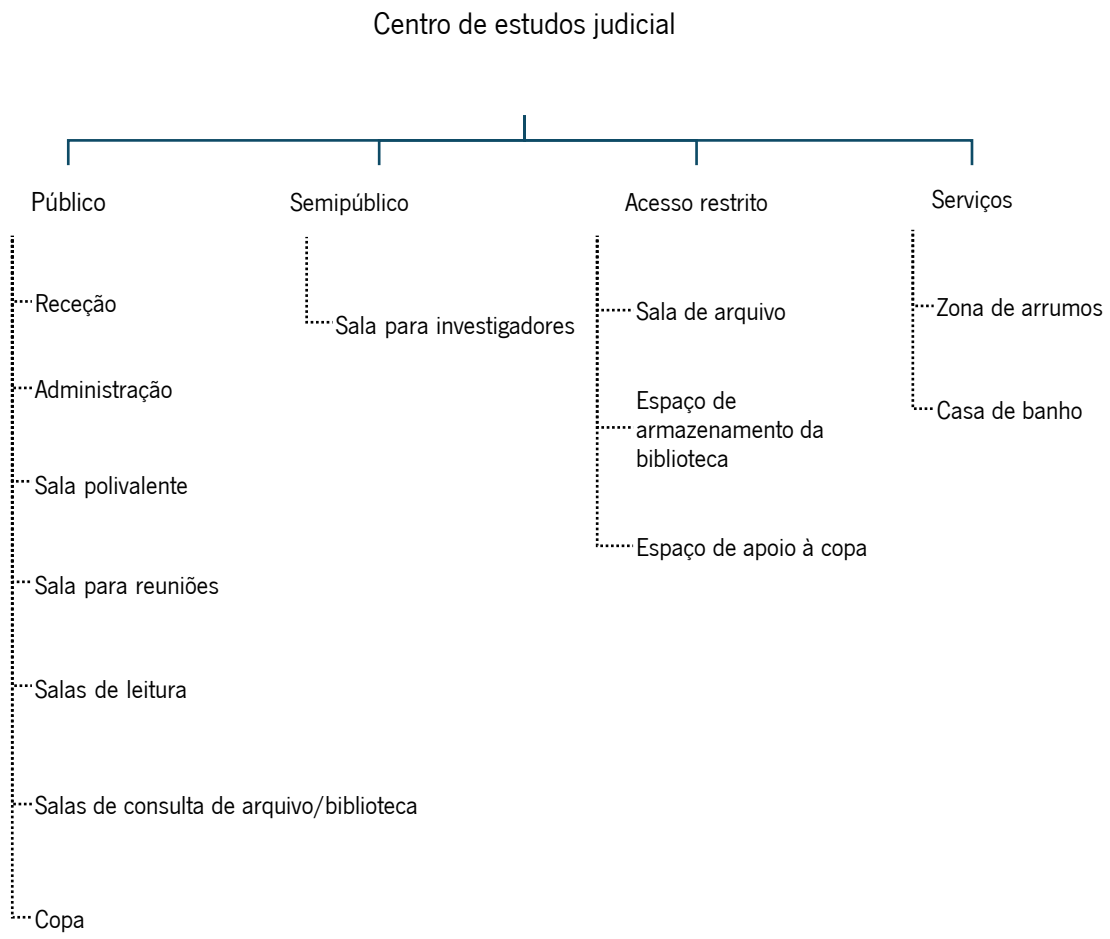


Fig. 158 | Diagrama dos espaços do novo programa.

Com a ajuda do organigrama apresentado acima, tentou-se caraterizar o programa nas suas distintas valências: áreas de convívio, zonas de refeição (copa), sala polivalente, salas de leitura e consulta do arquivo, acolhendo uma pequena biblioteca, e salas de investigação. Sendo este um edifício isolado, é pertinente uma área para receção e administração, zonas de arrumos, casas de banho e espaços para armazenamento. As salas de leitura, consulta e uso polivalente servem todos os visitantes, enquanto que as salas de reuniões e de arquivo se dedicam aos trabalhadores do tribunal e a sala de investigação pode ser usada por investigadores de várias proveniências (académicos, juristas ou magistrados, por exemplo).

Com a finalidade de se obter um programa que sirva um grupo variado de pessoas, propõe-se que este albergue também espaços de alojamento para investigadores e estudantes.

Através de pesquisas sobre este serviço em Guimarães, constatou-se que, apesar do tribunal ser uma zona de trabalho, alguns trabalhadores precisam de se alojar na sua proximidade, sendo este um aspeto que pode completar o programa, servindo os visitantes que se deslocam de longe. Assim sendo, propõe-se, também, uma área que sirva de alojamento, incluindo quartos com casa de banho privada, uma pequena receção com espaço para arrumos, uma zona para refeições e uma sala para convívio.

A inclusão de um centro de estudos judiciários considera-se ideal, devido à sua proximidade tanto com a universidade, como com o serviço judicial. Este programa proporcionaria aos estudantes, investigadores e juristas o acesso a livros e documentos para consulta.

Compatibilização do programa com o existente

Tendo sido definidos os serviços do novo programa, procurou-se compatibilizar o edifício com a nova proposta e analisar a sua compatibilidade. Inicia-se, portanto, a distribuição do programa no edifício que, devido às decisões tomadas anteriormente, se encontra agora desprovido dos elementos que desqualificavam o espaço. Foi também necessário considerar o acesso para pessoas de mobilidade reduzida na proposta, algo que não existia no edifício atual, onde o único acesso é realizado por vários lanços de escadas.

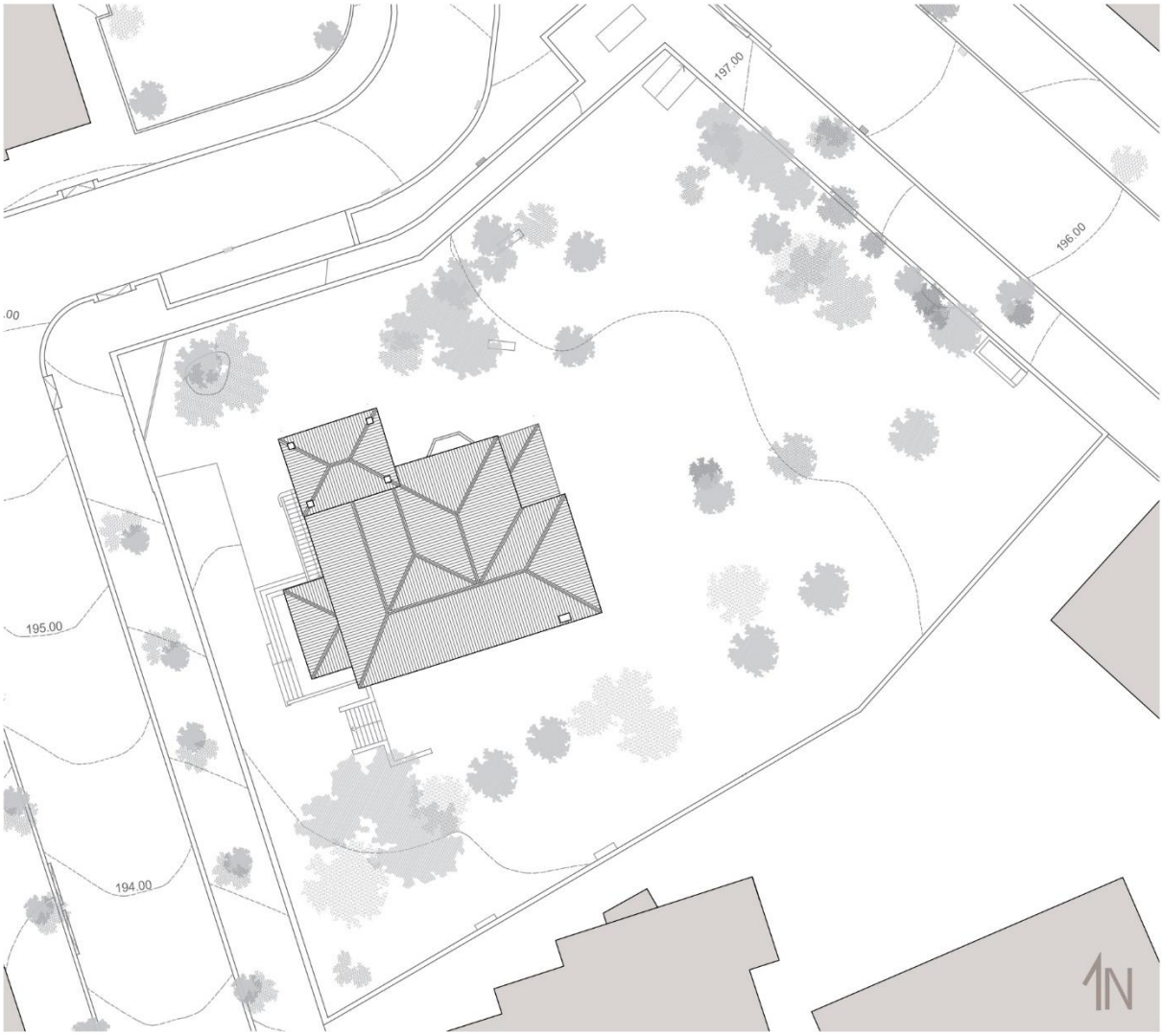


Fig. 159 | Planta de cobertura com o resultado das demolições previstas. Escala 1:500

Com o avançar dos trabalhos a organização do programa foi-se tornando bastante clara, com a área de serviço judicial na casa preexistente e o espaço para alojamento no novo volume.

	Áreas do serviço judicial
Receção	12-20 m^2
Administração	15-30 m^2
Sala Polivalente	40-70 m^2
Sala de reuniões	18-25 m^2
Sala de leitura	40-70 m^2
Sala de consulta de arquivo	20-30 m^2
Arquivo	30-60 m^2
Copa	15-20 m^2
Casas de Banho	15-25 m^2

O espaço dedicado ao alojamento não é de grandes dimensões, destinando-se exclusivamente aos investigadores que frequentem o edifício. Definiu-se que este programa não poderá albergar um grupo com mais do que 30 utentes do arquivo e que, destes, apenas uma minoria precisará de alojamento. Assim sendo, o número de quartos definido para o programa é cinco.

Considerou-se também que embora os dois edifícios - preexistente e ampliação - apresentem diferentes componentes do programa, seria conveniente que estivessem conectados com uma ligação interior.

Uma vez que o projeto considera estas duas vertentes - uma proposta de reabilitação e a conceção de construção nova – o seu projeto tornou-se mais complexo, sendo a relação entre ambos crucial: não só pela relação entre edifício novo e existente, mas também pela implantação, volume e relação com o terreno envolvente do novo edifício.

Tendo presente o caso da Pousada de Santa Marinha, de Fernando Távora, aplicaram-se premissas semelhantes: o acrescento ao edifício existente foi pensado como um crescimento natural; foi decidida a demolição de adições que obstruíam a leitura da volumetria e perturbavam a modelação e encaixe no terreno; a readaptação de espaços para o novo programa levou em conta as caraterísticas do existente; na sua organização exterior, procurou-se que a modelação do terreno se adequasse às novas condicionantes do construído.

Procurou-se trabalhar em função de uma extensão de lógicas do existente, criando uma analogia entre o desenho do terreno existente e novo edifício, numa proposta coerente e coesa, procurando definir

um todo conexo, ainda que gizado a dois tempos. O novo corpo segue uma premissa de crescimento natural, aproveitando o vazio deixado no terreno pelas demolições (nomeadamente, do edifício 2) e seguindo alinhamentos que o relacionam com a envolvente.

Contudo, a solução da nova construção não decorreu de uma resposta imediata ou linear. Resultou de um contínuo processo de desenho e redesenho, revendo criticamente as hipóteses geradas, tendo sempre presente uma ideia de conjunto e de diálogo com a casa existente.

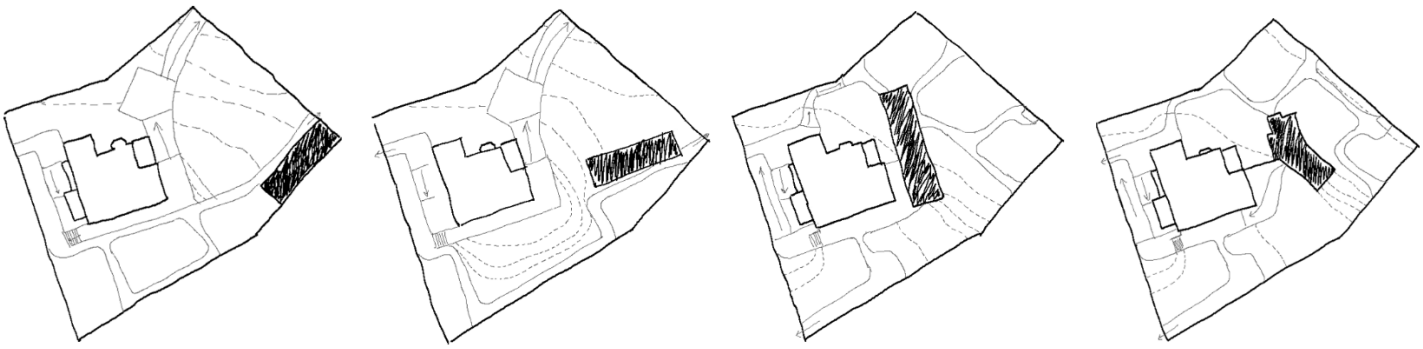


Fig. 160 | Evolução do desenho do projeto.

A implantação do novo corpo seguiu os alinhamentos existentes, considerando o desenho do espaço exterior, a relação entre volumes e percursos e as ligações internas. Definiu-se o seu crescimento a partir da cave do edifício existente, na cota mais baixa, 193.6, condicionando a altura pela manutenção da cota de terreno, na sua cobertura, 196.2. Isso implicou que a cota do novo volume se situasse ligeiramente abaixo da cave preexistente, na cota 193.4. Para que as deslocações possam ser realizadas de uma forma mais fluida, definiu-se uma ligação pelo interior, ligando as duas componentes do programa, onde essa diferença de cota é vencida por uma pequena rampa.

A opção de conectar os dois corpos implicava que o novo edifício ficasse encostado à habitação existente, no piso da cave, um desafio bastante delicado, pois este tipo de ligação entre dois volumes de épocas diferentes tem de ser desenhada com especial cuidado. Para atenuar o impacto deste encosto, decidiu-se que ele só ocorreria à cota inferior, e que o piso superior do novo corpo estaria claramente afastado da casa. Foi também considerado necessário definir cuidadosamente a cota de cobertura do piso inferior da nova obra, para que coincidisse com a cota do jardim, no lado norte e nascente da habitação (196.2). Assim, a leitura dos alçados da casa preexistente não é prejudicada com o encosto do novo corpo, cuja implantação também se adapta ao desenho do lote.

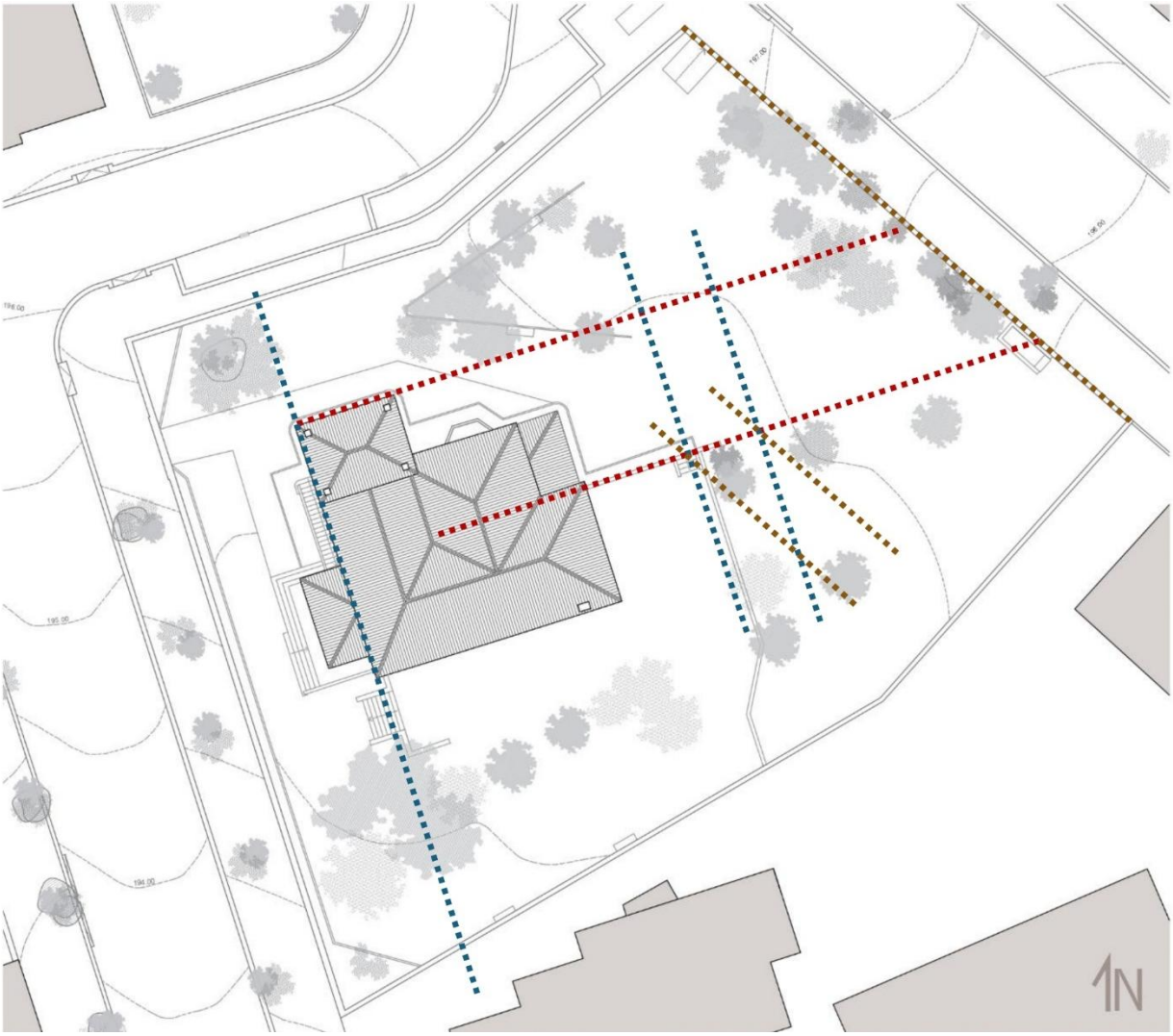


Fig. 161 | Desenho dos alinhamentos para o edifício do alojamento. Escala 1:500

A nova construção desenvolve-se em duas direções, uma seguindo o eixo oeste-este, paralelo às fachadas da casa (no piso inferior) e a outra seguindo a direção norte-sul (no piso superior), infletindo depois na direção perpendicular ao muro que limita o lote, na área onde se localizava o edifício 3, tornando-se também paralelo à Avenida Cónego Gaspar; a charneira desta inflexão é feita no alinhamento da ligação entre a casa e a ampliação. A abertura criada pelo afastamento do novo volume (no piso inferior) permite um alívio na tensão criada no encosto dos dois volumes e um caminho mais natural e direto para o acesso. Este novo volume também respeita os limites anteriormente criados pelo arquiteto. A sua implantação organiza-se a partir de um conjunto de alinhamento que o relacionam com a casa, mas também tira partido da topografia valorizando o existente.

O acesso principal mantém-se, tal como o desenho do jardim, do lado da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, tendo sido proposto um caminho pavimentado que permite o acesso à casa e à residência.

O acesso para o serviço judicial é realizado através de uma rampa, substituindo as antigas escadas, localizadas no alçado oeste, o que permite também a entrada a visitantes de mobilidade reduzida. Junto ao alçado sul, permanece o acesso para a cota inferior, através das escadas existentes permitindo a entrada para ambos os volumes.

Com início no portão principal, também é projetado outro caminho pavimentado com ligação à residência que é, simultaneamente, um percurso que permite o usufruto de todo o jardim, ligando vários dos elementos aí instalados. Este percurso apresenta um desenho mais orgânico, compatibilizando-se com as cotas do terreno. O arvoredo existente é mantido, e utilizado para conseguir um afastamento entre o espaço exterior frequentado e os edifícios. O espaço exterior a este possibilita também reaproveitar os bancos projetados por Silva Moreira, reposicionando-os nestas zonas de lazer. Estes elementos arquitetónicos distanciam-se uns dos outros com o objetivo de proporcionar pequenos espaços diferenciados para os visitantes. O tanque também permanece neste desenho, apoiando os serviços do programa.

O desenho de uma entrada autónoma para o acesso dos automóveis tornou-se fundamental para servir o programa. Devido à necessidade de cargas e descargas, tanto de arquivos como de material de suporte à biblioteca ou copa, pensou-se num novo acesso que permitisse que esta fosse realizada na zona do alçado sul, proporcionado pelo acesso direto à zona de tratamento de documentação e arquivo e aos serviços e instalações. Para tal, este acesso automóvel foi projetado na zona sul do terreno, através de uma abertura no final do muro do alçado frontal, a partir da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra que, no limite do terreno, contém a mesma cota de soleira, 193.6. Consequentemente, não há necessidade da existência de um portão no muro do alçado este, que faz fronteira com a Avenida Cónego Gaspar Estaço. Deste modo, propõe-se que esse alçado seja contínuo, repetindo os elementos (muro e gradeamento) do alçado frontal.

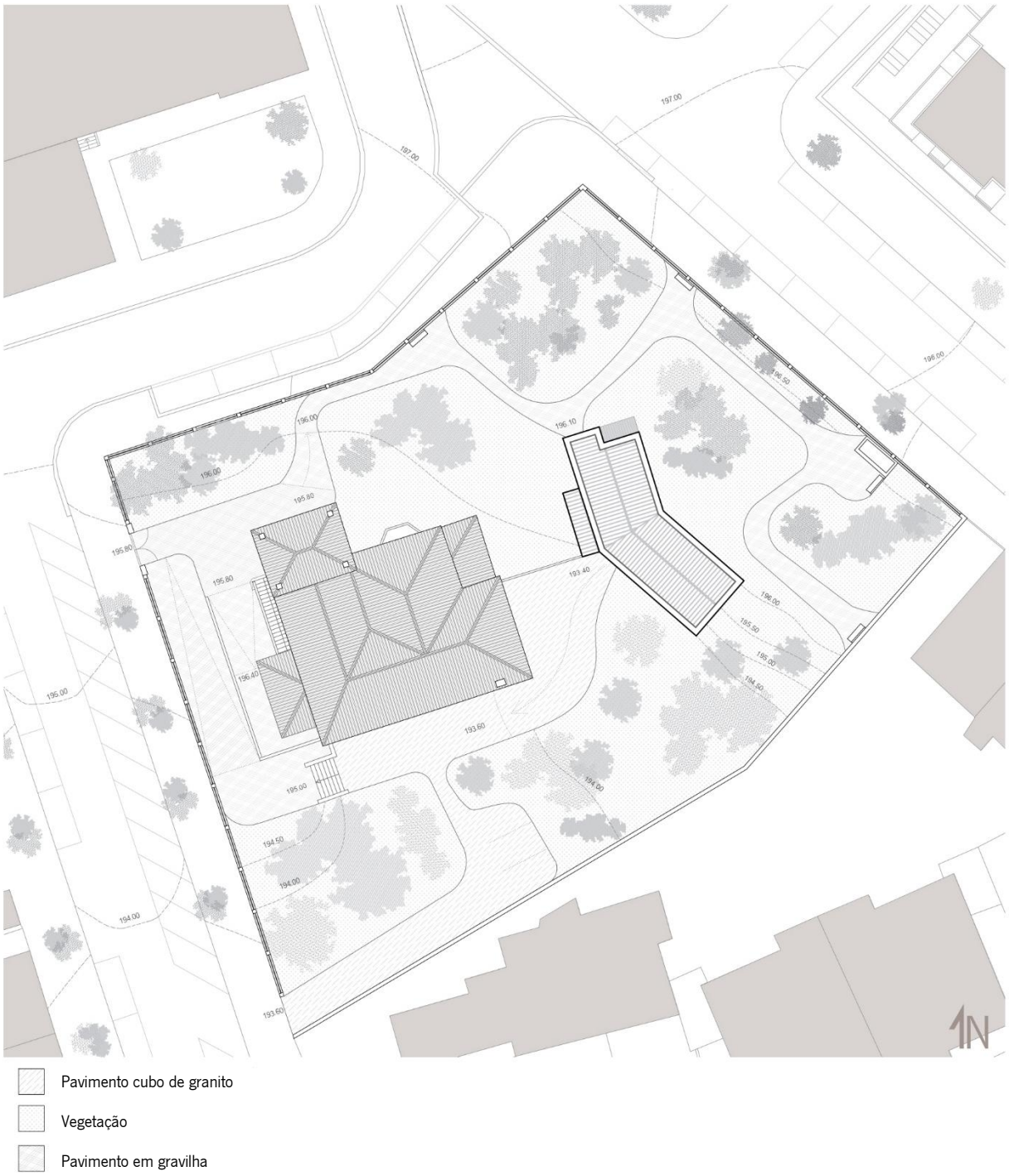


Fig. 162 | Identificação de pavimentos. Escala 1:500

O pavimento que é criado na planta é sempre definido com um pequeno muro de suporte que estabelece a fronteira entre pavimento e vegetação, percurso permeável e impermeável.

O espaço dedicado ao automóvel é limitado com um pavimento diferenciado, cubo de granito, em que também define uma área destinada a alguns lugares de estacionamento, sendo o restante da área pavimentada destinada a caminho pedonal.

A organização do serviço judicial segue uma lógica evidente, ou seja, áreas como administração e receção tem de se localizar no primeiro contacto entre o edifício e o visitante, sendo o piso do rés-do-chão a escolha mais evidente, devido ao acesso existente, a partir do portão principal. Já o arquivo e os espaços de armazenamento de produtos ou documentos situam-se em zonas menos iluminadas e de acesso mais limitado na cave (que têm acesso automóvel).



Fig. 163 | Nova proposta piso do rés do chão. Escala 1:500

O restante programa irá distribuir-se consoante as áreas mais adequadas. Áreas como salas de consulta de arquivo e biblioteca, sala polivalente, copa, salas de reunião e de leitura distribuem-se harmoniosamente pelos pisos correspondentes na habitação, havendo uma lógica na sua organização.

Sendo este um projeto com acesso a pessoas com mobilidade reduzida, as áreas principais devem-se concentrar no piso de fácil acesso, o rés-do-chão.

Deste modo, o visitante inicia o percurso através do vestíbulo de entrada, que dá acesso às áreas de administração; segue-se o átrio principal, um espaço de distribuição que se repete em todos os pisos e marca a organização da planta. A partir daqui, temos acesso a todos os restantes espaços: uma pequena sala de convívio, as escadas de acesso aos restantes dois pisos, a sala de leitura (constituída por mesas para leitura e estantes), a sala polivalente (na divisão onde se situa a *bow-window*, permitindo uma maior iluminação natural), a copa (contendo o equipamento mínimo para o visitante realizar uma refeição), um espaço de transição para o exterior, o terraço (que tem também acesso pela sala polivalente), uma casa de banho de serviço (que atende às necessidades de pessoas de mobilidade reduzida) e um pequeno espaço para arrumos.

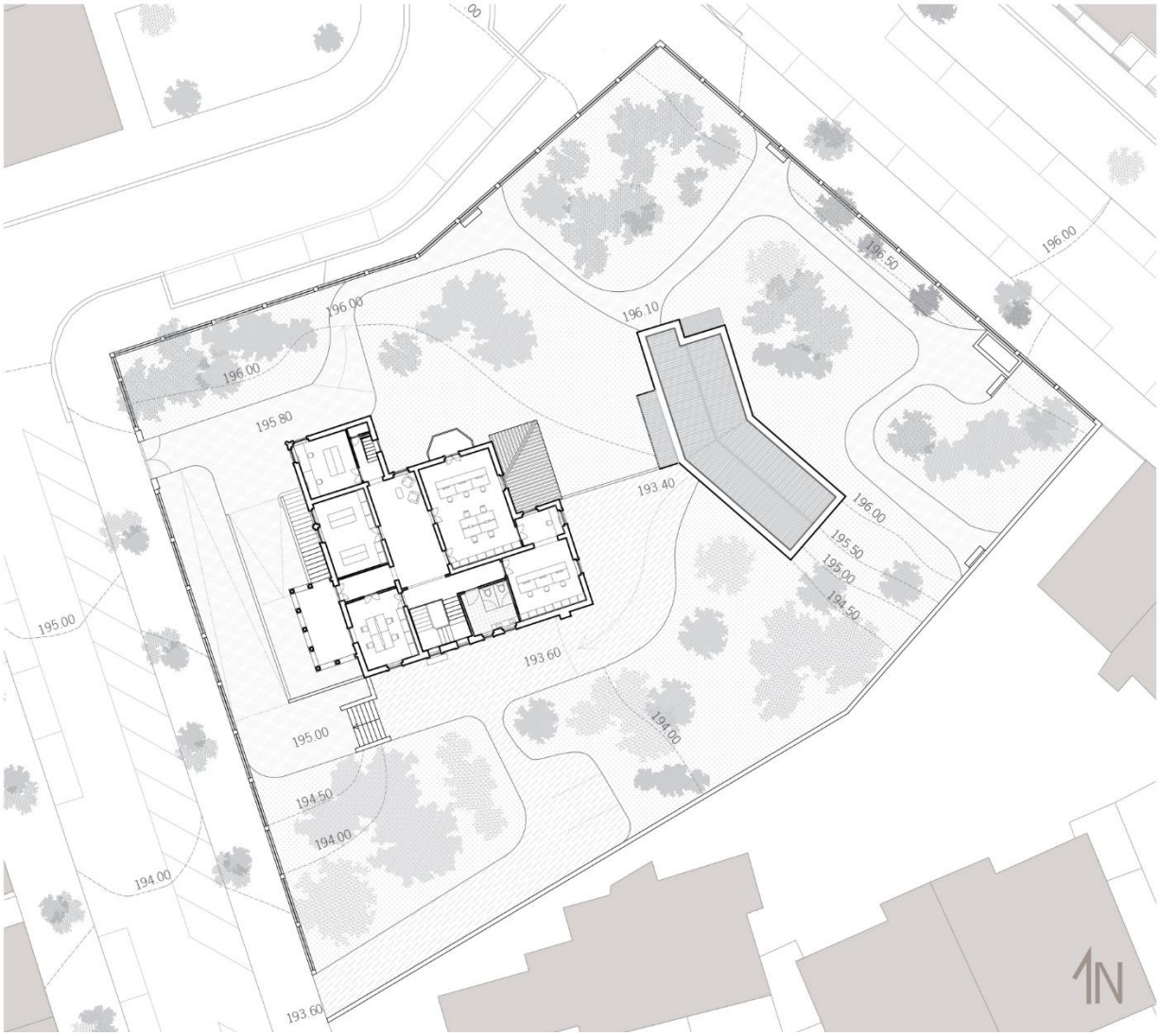


Fig. 164 | Nova proposta piso 1. Escala 1:500

O piso superior é acessível pela escadaria localizada no átrio principal e por um lanço contínuo de escadas pelo exterior que leva até à *loggia*. O acesso realizado através das escadas exteriores é livre, no entanto, a sua relação direta com os espaços funcionais no piso superior faz com que seja apropriado aos trabalhadores. Seguindo este percurso, o espaço da *loggia* permite o acesso ao vestíbulo, que repete a configuração do existente no andar inferior, onde as áreas laterais são ocupadas por uma sala de reuniões e a outra por uma sala de leitura. A partir do átrio, distribuímos os serviços das salas de leitura e consulta pelas divisões maiores, sendo necessário na área da *bow-window*, a demolição das paredes que a encerravam. Junto às escadas, temos a casa de banho de serviço, repetindo a organização definida no piso de baixo, sendo aqui necessária também a demolição de paredes. No espaço dedicado à torre colocou-se o programa destinado às salas de investigação, mantendo o acesso lateral para o último piso, que tem a mesma função. A área pequena por debaixo das escadas serve de arrumos.

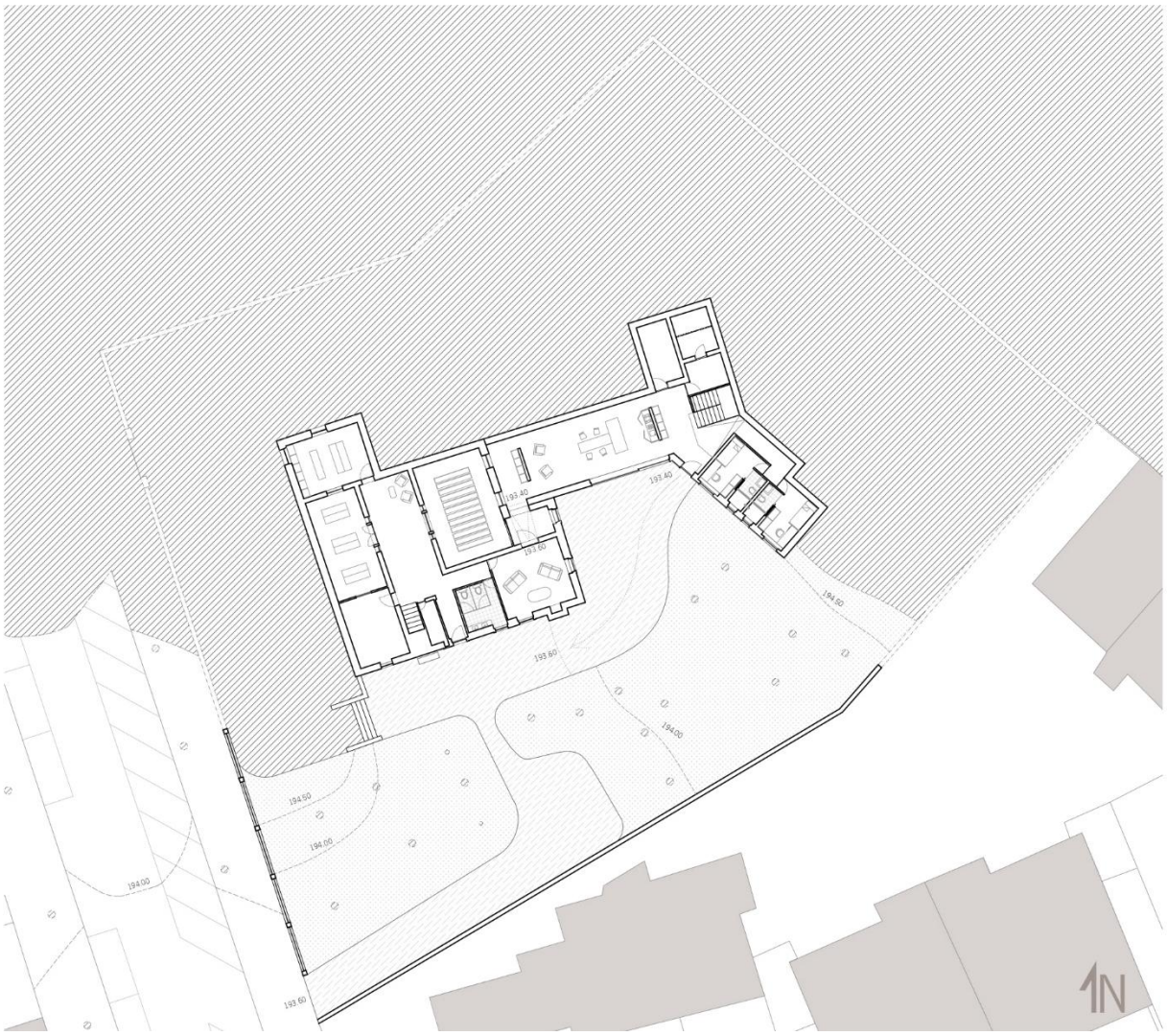


Fig. 165 | Nova proposta piso do rés do chão. Escala 1:500

O acesso para o piso inferior pode ser realizado de várias formas: pela escadaria que existe no átrio central, pelo vão exterior do alçado sul, à mesma cota, ou pelo novo edifício proposto, uma ampliação onde se localiza o alojamento que se conecta diretamente com a cave preexistente. A organização das áreas definiu-se a partir do carácter dos espaços. Sendo o arquivo um serviço que não necessita de luz natural, localiza-se na maior divisão da planta, numa zona enterrada, necessitando da demolição das paredes que comprometem a sua organização. Os restantes espaços distribuem-se do seguinte modo: área de cargas, dividida em duas secções, para apoio à biblioteca e copa, onde também é necessária a demolição de uma parede; zona de consulta do arquivo; casa de banho de serviço, com demolição de paredes para permitir uma melhor organização; pequena área para arrumos; um espaço de convívio, com necessidade de abolição de divisórias que não permitem a fluidez do espaço, dispondo de vão exteriores para permitir a entrada de luz natural e com a lareira existente nesse espaço que se destaca no volume exterior; e, por fim, um pequeno espaço de transição entre edifícios, que também permite ajustar cotas de piso com recurso a uma rampa que relaciona o desnível entre a cave existente e a nova obra, da cota 193.6 para a 193.4. A definição de espaços tem em conta a estrutura já criada para descargas, luz e abastecimento.

A referida rampa relaciona o edifício preexistente com a ampliação proposta; estão também interligados através de duas paredes, uma que prolonga a parede exterior do alçado norte e outra que se estende na zona do recorte feito no alçado este, a partir do canto. O novo volume desenvolve-se com a intersecção de três corpos retangulares, contendo neste primeiro nível uma zona de convívio e refeição, dois quartos (um deles adaptado para uma pessoa de mobilidade reduzida), zona de arrumos, duas áreas para máquinas (de aquecimento de águas e ar condicionado) e as escadas de acesso para o piso superior. O espaço de convívio e de refeição é definido apenas com duas paredes, revestidas com armários, criando assim um espaço fluido e com entrada de luz natural. O acesso a este volume é possível através de duas entradas exteriores, localizadas nos dois pisos. A do piso inferior direciona para a zona da escadaria, não permitindo que haja visibilidade para as outras áreas, e é realizada na "dobra" do edifício. O piso superior contém os restantes três quartos, um acesso a norte e um espaço de distribuição. Aí, localiza-se uma janela cujo desenho remete para a *bow-window* projetada por Silva Moreira na habitação, permitindo ao visitante admirar a vista dada por este vão, com a adição de um banco que remete para as características das típicas "conversadeiras". A organização de cada quarto é bastante simples, com uma pequena casa de banho, uma cama, um armário para arrumação, uma cama de solteiro e uma pequena secretária. Tanto o espaço dos quartos como o das casas de banho tem entrada de luz natural.

1 – Receção

2 – Administração

3 – Sala Polivalente

4 – Salas de consulta de arquivo/biblioteca

5 – Sala de leitura

6 – Sala de reunião

7 – Copa

8 – Sala de investigadores

9 – Sala de arquivo

10 – Espaço de armazenamento

11 – Espaço de apoio à copa

12 – Zona de arrumos

13 – Casa de banho

14 – Espaço de convívio (funcionário)

15 – Quarto

16 – Espaço de convívio (hóspedes)

17 – Espaço de máquina de aquecimento

18 – Espaço de máquina de ar condicionado

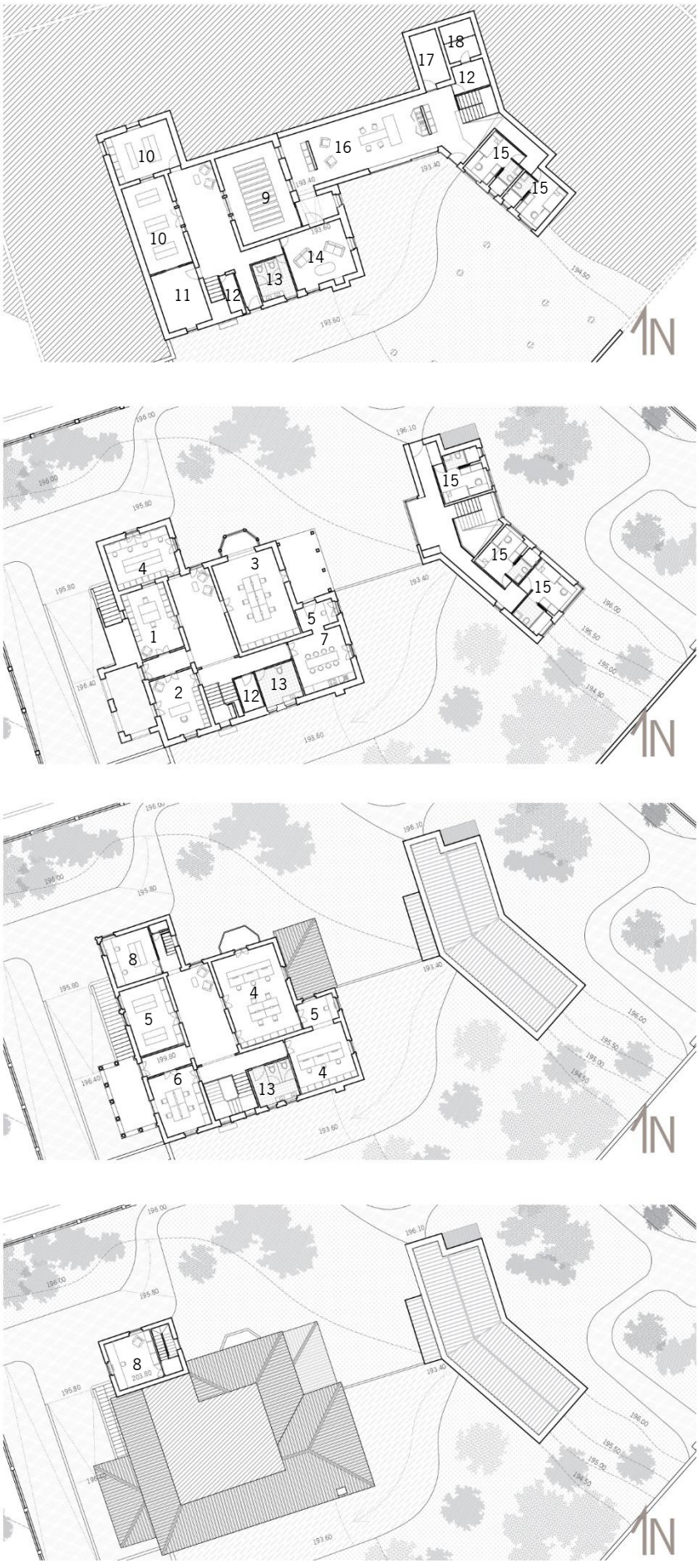


Fig. 166 | Identificação do programa. Escala 1:500

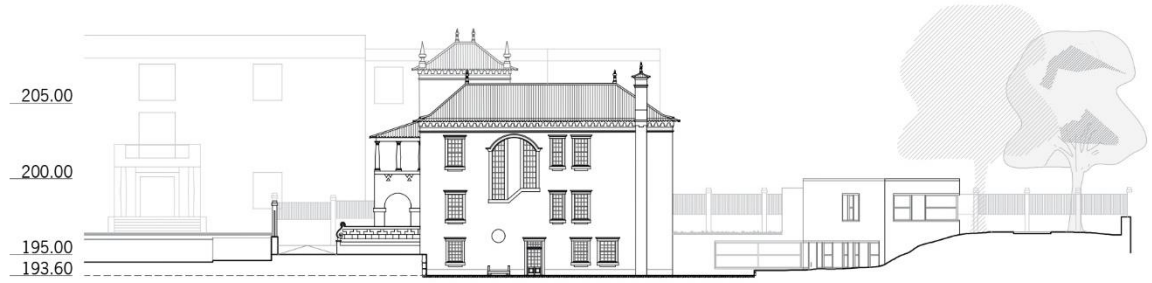


Fig. 167 | Alçado sul. Escala 1:500



Fig. 168 | Alçado este. Escala 1:500

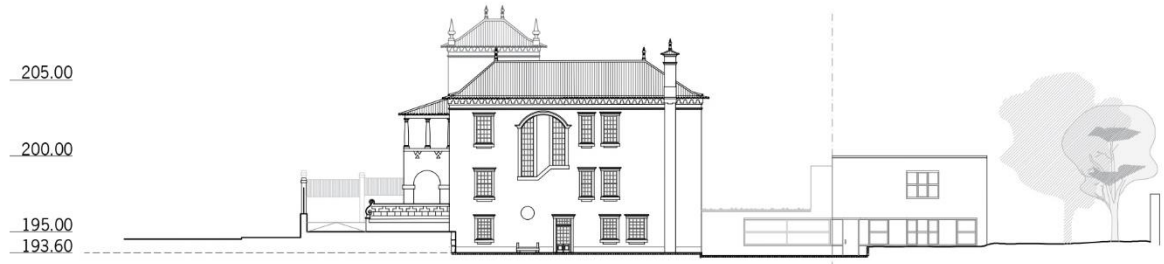


Fig. 169 | Alçado sul. Escala 1:500



Fig. 170 | Alçado norte. Escala 1:500

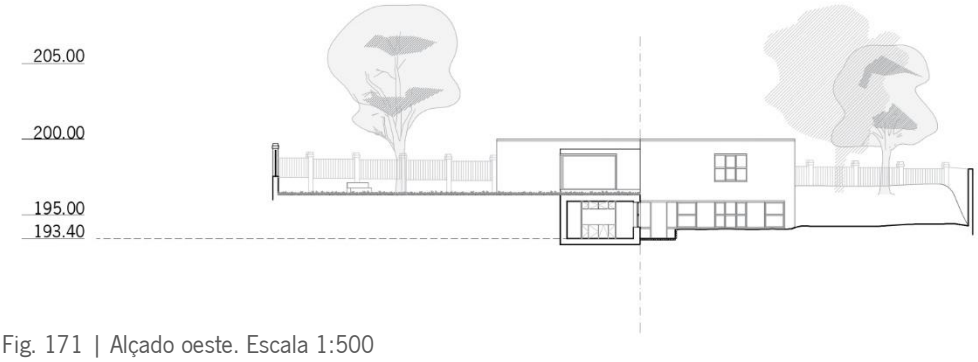


Fig. 171 | Alçado oeste. Escala 1:500

Os alçados referentes a este volume são simples, em contraste com os da habitação. No primeiro piso temos um grande vão exterior na fachada sul, percorrendo-a, permitindo uma abundante entrada de luz. Os restantes são marcados pelos vãos correspondentes a cada zona do quarto e casa de banho, à exceção do alçado oeste, que contém um vão que marca o mesmo alinhamento, permitindo dar ao edifício uma transparência no espaço da escadaria e continuidade visual entre edifícios. Os vãos localizados na escada de acesso encontram alinhamentos através do vão exterior, do espaço do terraço do edifício existente, no alçado este.

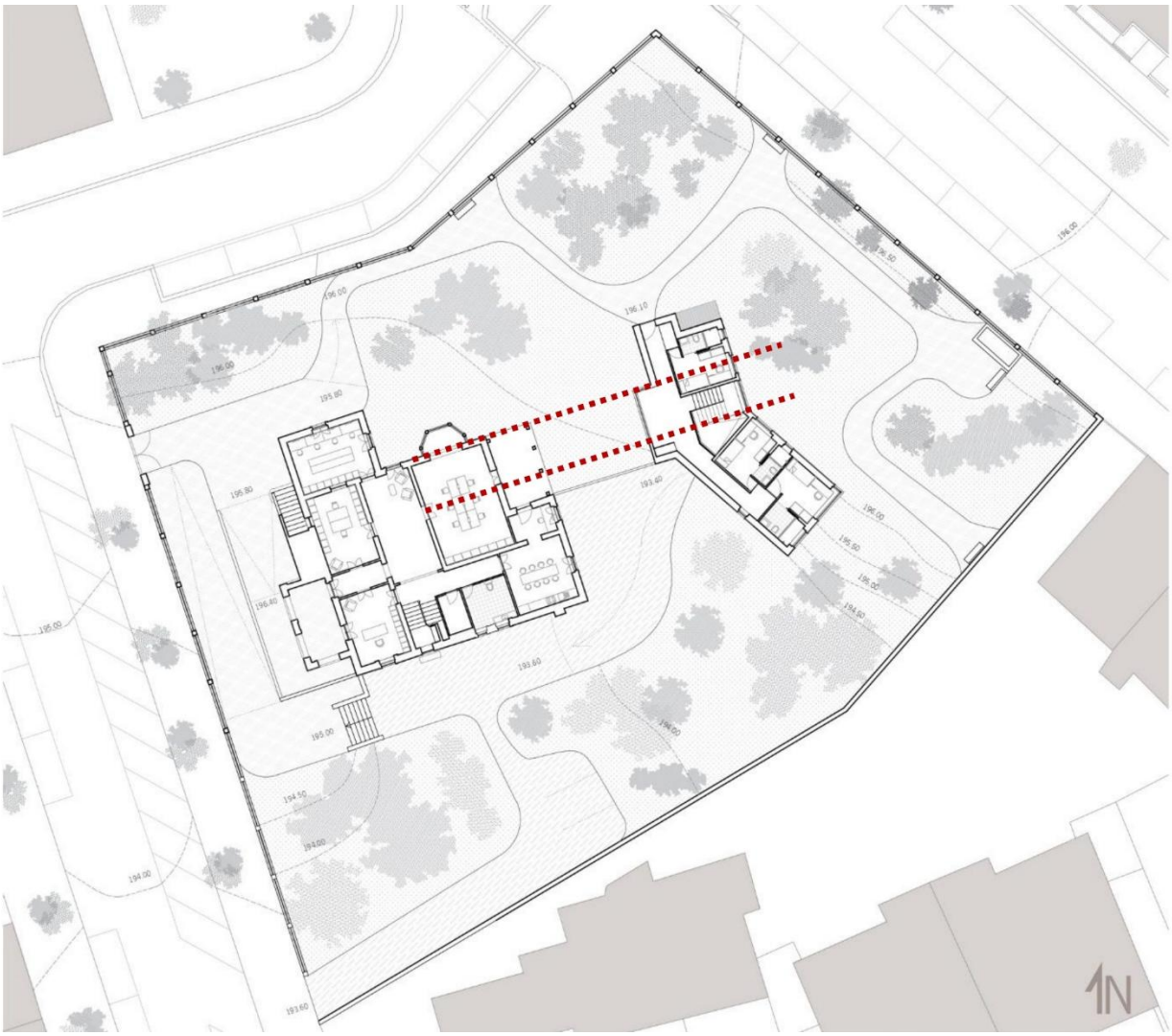


Fig. 172 | Desenho do alinhamento entre vãos. Escala 1:500

Os remates das ombreiras de cada vão assemelham-se com os da preexistência, com um contorno mais subtil. No volume do alojamento também se faz alusão ao remate inferior do alçado da casa, com um revestimento de pedra. O material dos caixilhos novos também é madeira, como na preexistência.

A cobertura define-se como plana, em chapa de zinco, com o objetivo de não entrar em conflito com o volume existente; tendo em consideração que esta será visível a partir do piso superior da casa, o desenho das juntas foi especialmente cuidado.

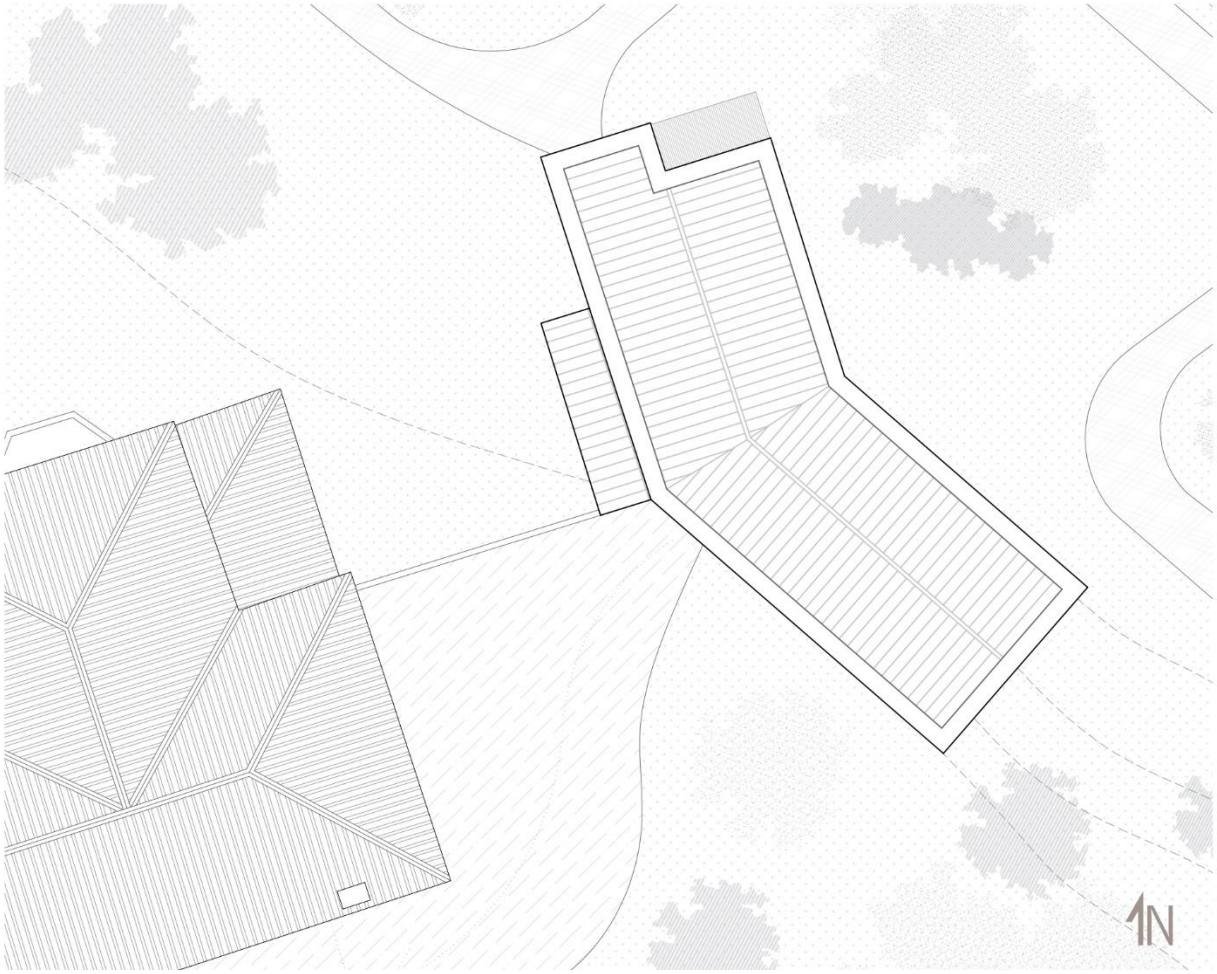


Fig. 173 | Desenho da cobertura em zinco. Escala 1:200

Na zona referente à nova *bow-window*, existe uma diferença de pé direito de forma a dar destaque à saliência, criando uma pequena cobertura autónoma, no mesmo material.

A materialidade do novo volume vai buscar algumas referências à habitação. Determinou-se que a sua estrutura principal é o betão (paredes e lajes), uma vez que, para apoiar uma cobertura vegetal, é necessária uma laje de betão, sendo parte da construção abaixo do solo, a envolvente exterior funciona também como muro de contenção. O seu revestimento exterior seria o sistema ETICs e para o interior o revestimento é de gesso cartonado pintado de branco com lambril de madeira, revestido com lâmina de madeira, adquirindo a cor natural (também representado na habitação). O acabamento do piso inferior é em soalho, exceto na zona da casa de banho onde o revestimento é cerâmico. Para a laje superior, manteve-se em todos os espaços a aplicação do sistema de gesso cartonado.

Para conhecer a estrutura do edifício existente, foi realizado uma análise comparativa com os sistemas incluídos na Enciclopédia da Construção Civil, onde foi possível conhecer o tipo de pormenores que se projetavam nas construções tradicionais da primeira metade do século XX. O padrão construtivo que seguiam na época era caracterizado por paredes portantes de alvenaria de pedra, estrutura das lajes com vigas de madeira, pavimentos de madeira, interiores com revestimento de estuque, caixilhos de madeira, coberturas com estrutura de vigas de madeira, e revestimento em telha cerâmica. Este sistema construtivo corresponde efetivamente ao que se encontra na habitação; no projeto, foram acertados alguns pormenores em função da especificidade do novo programa.

Dentro da casa, os planos interiores dos espaços são caracterizados do seguinte modo: lambril de madeira com 70 cm de altura; composição dos tetos com estuque e uma estrutura adicional de madeira que permite fazer os acabamentos e recortes na área entre parede e teto (sobretudo nos espaços como o átrio e as salas da *bow-window*); portas com estrutura de madeira, com utilização do vidro nas bandeiras; casas de banho revestidas com azulejo, tanto nas paredes como no pavimento.

Os vãos exteriores destacam-se pelo uso da madeira, não só nos caixilhos (com sistema de guilhotina) como nas portadas, exteriores e interiores; as interiores são completamente cerradas, com o objetivo de ocultar a luz do exterior, e as exteriores apresentam pequenas aberturas, controlando a entrada de luz.

No piso da cave é observada uma diferença no revestimento do piso e possivelmente na estrutura. Pensa-se que este é o único piso que apresenta uma estrutura em betão, já usado em algumas habitações no início do século XX. Este material também é utilizado para a estrutura das escadas desde este nível até ao primeiro patamar, as restantes são de madeira.

A cobertura é composta, uma vez que este edifício é composto por vários volumes. Assume-se que é estruturada com asnas e travamentos de madeira; o seu revestimento exterior é em telha cerâmica de canudo.

No espaço exterior foram definidos diferentes tipos de pavimento. Na cota inferior, onde há presença de automóvel, propõe-se um revestimento de cubo de granito. Já no caminho criado para o acesso ao alojamento foi projetado um revestimento em seixo, mais orgânico. Propõe-se que a rampa que substitui as escadas de acesso ao rés-do-chão seja do mesmo material que o revestimento existente na laje, lajetas de betão.

Quanto às patologias existentes no edifício, são propostas várias soluções para a sua resolução.

O exterior na habitação necessita de reparação do reboco em todo o edifício, melhorando a sua impermeabilização. A cobertura deveria ser reforçada com uma membrana de impermeabilização, por baixo da telha, impedindo entradas de água, devendo também ser realizada a substituição das telhas danificadas, bem como a reparação do sistema de drenagem. No interior, o edifício necessita de várias reparações, principalmente nos revestimentos; no piso da cave, onde o revestimento do teto aluiu, a intervenção terá de ser mais profunda. Também se considera necessário o tratamento de portadas e caixilhos de madeira. Na *bow-window*, é necessário recuperar o desenho original, com a reposição dos envidraçados que a compunham.



Fig. 174 | Registo fotográfico da sala do piso do rés-do-chão, onde se localiza o elemento *bow-window*.



Fig. 175 | Registo fotográfico da sala do piso da cave, localizada no alçado na aresta do alçado norte e este.

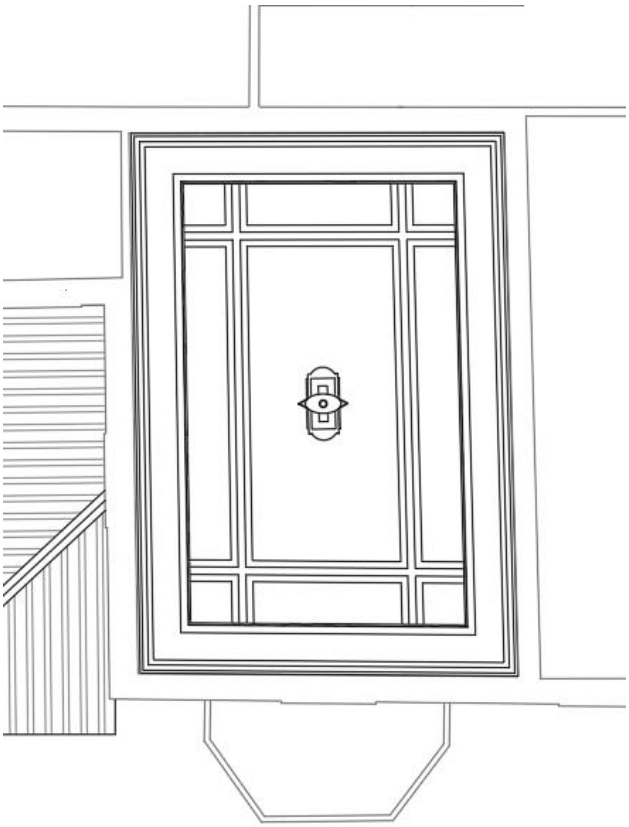


Fig. 176 | Representação do desenho criado pelo estuque no teto.

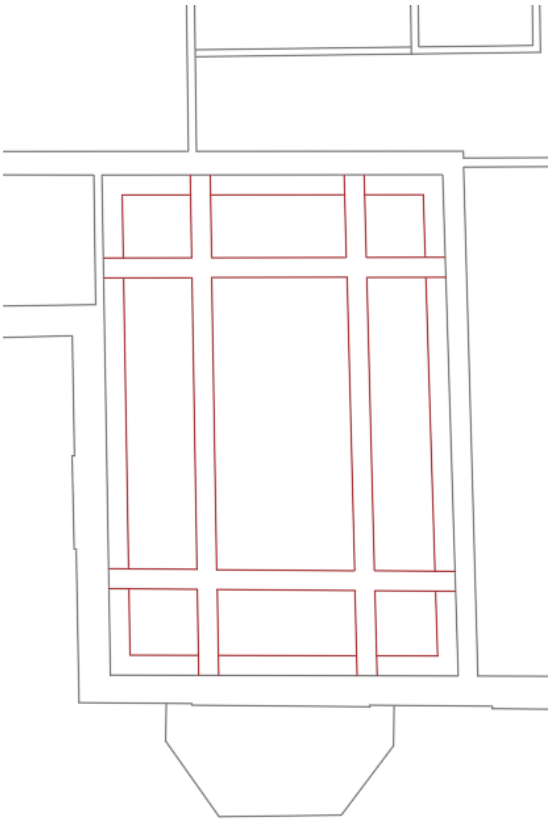


Fig. 177 | Solução proposta para a sala do piso do rés do chão.

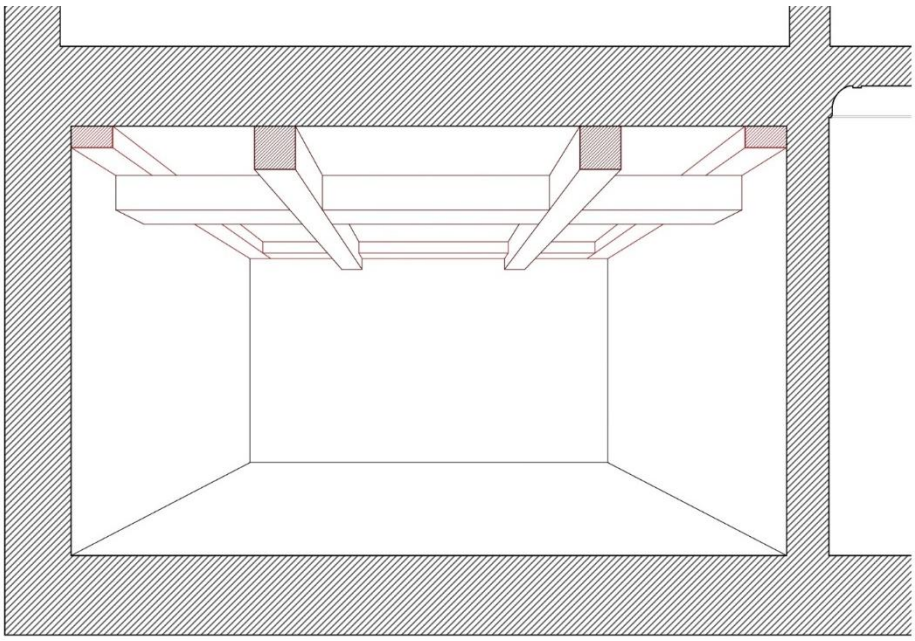


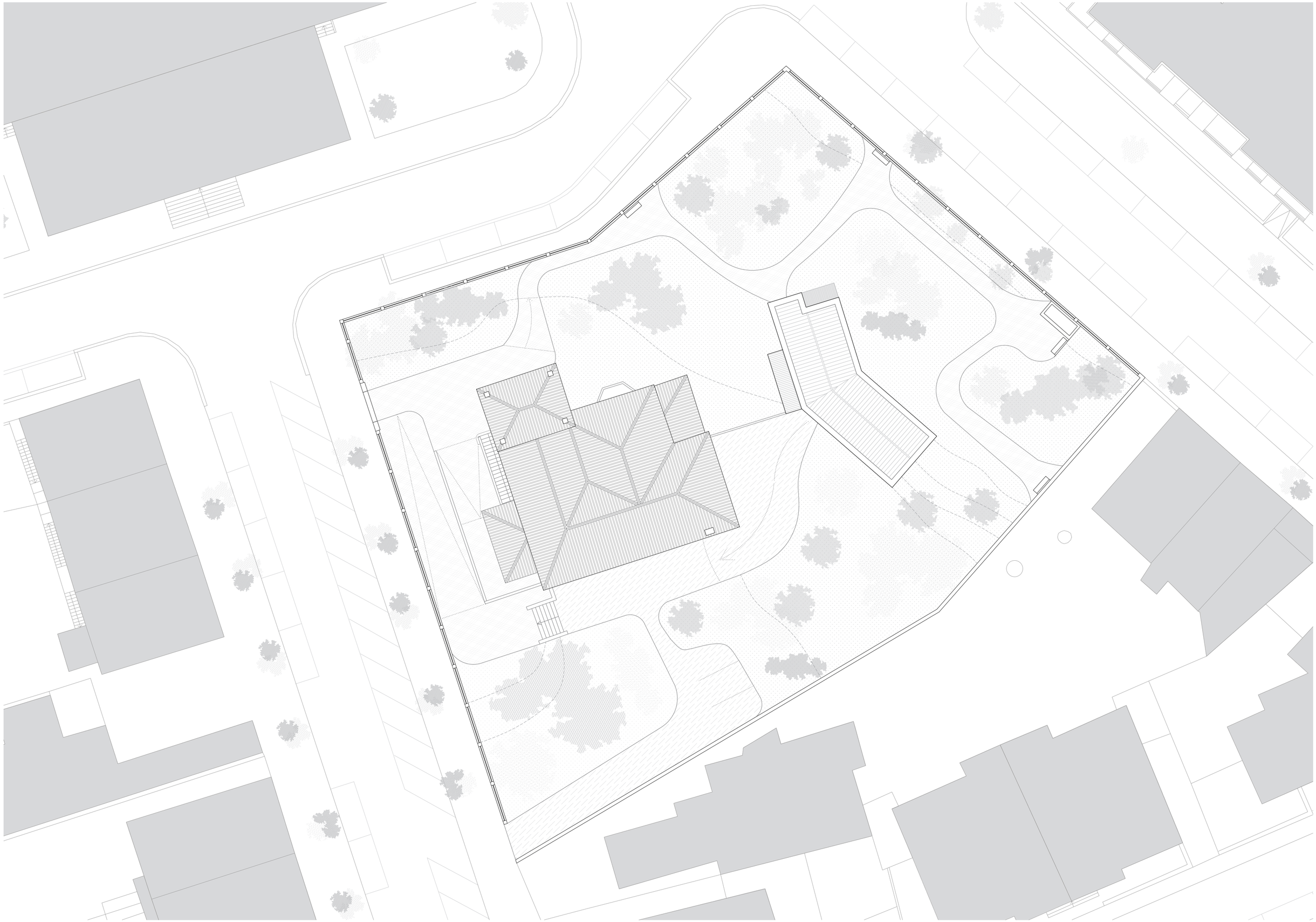
Fig. 178 – Representação em corte perspético da estrutura de madeira no teto.

Será ainda necessária a recuperação do revestimento da laje intermédia da divisão que contém a *bow-window*, que atualmente apresenta um grande buraco. Uma vez que reconstruir o desenho perdido seria uma tarefa bastante difícil, mesmo sendo realizada por equipas especializadas, e pouco económica, procurou-se uma solução mais simples. No entanto, considerou-se que a simples aplicação de um revestimento liso não se adaptava ao tipo de arquitetura da casa preexistente. Dessa forma, propõe-se uma alusão ao desenho anteriormente projetado, através do uso de vigas de madeira. A combinação entre os dois representa a materialidade do edifício, onde predomina a madeira e o estuque.

Desenhos

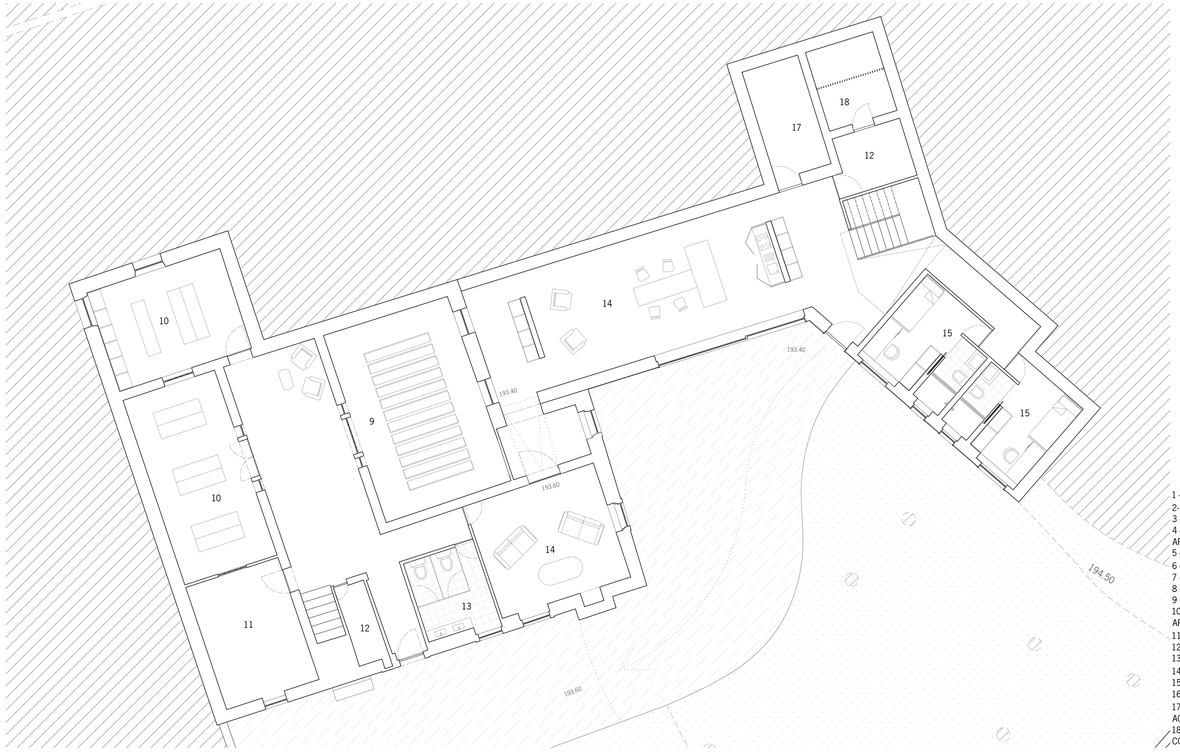


PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	
ESCALA 1:1000	01



PLANTA DE COBERTURA

ESCALA 1:200 02



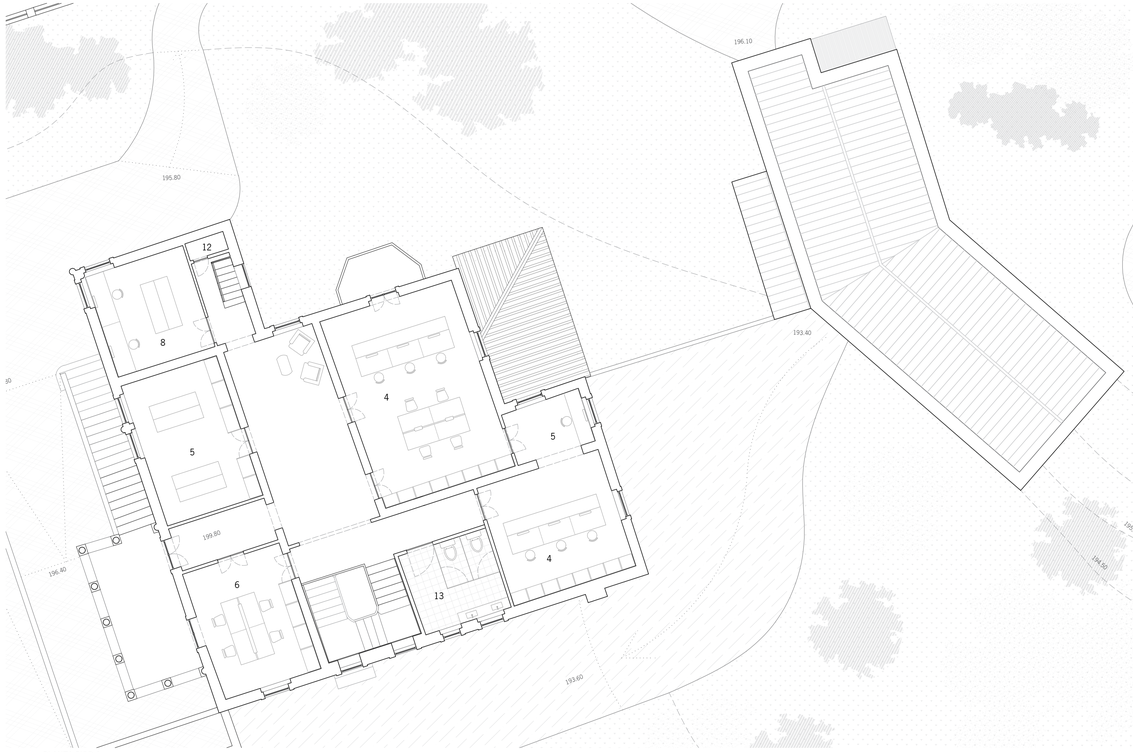
PLANTA DA CAVE

1 - RECEÇÃO
2- ADMINISTRAÇÃO
3 - SALA POLIVALENTE
4 - SALA DE CONSULTA DE ARQUIVO/BIBLIOTECA
5 - SALA DE LEITURA
6 - SALA DE REUNIÃO
7 - COPA
8 - SALA DE INVESTIGADORES
9 - SALA DE ARQUIVO
10 - ESPAÇO DE ARMAZENAMENTO
11 - ESPAÇO DE APOIO À COPA
12 - ZONA DE ARRUMOS
13 - CASA DE BANHO
14 - ESPAÇO DE CONVÍVIO
15 - QUARTO
16 - ESPAÇO PARA COMER
17 - ESPAÇO DE MÁQUINA DE AQUECIMENTO
18- ESPAÇO DE AR CONDICIONADO



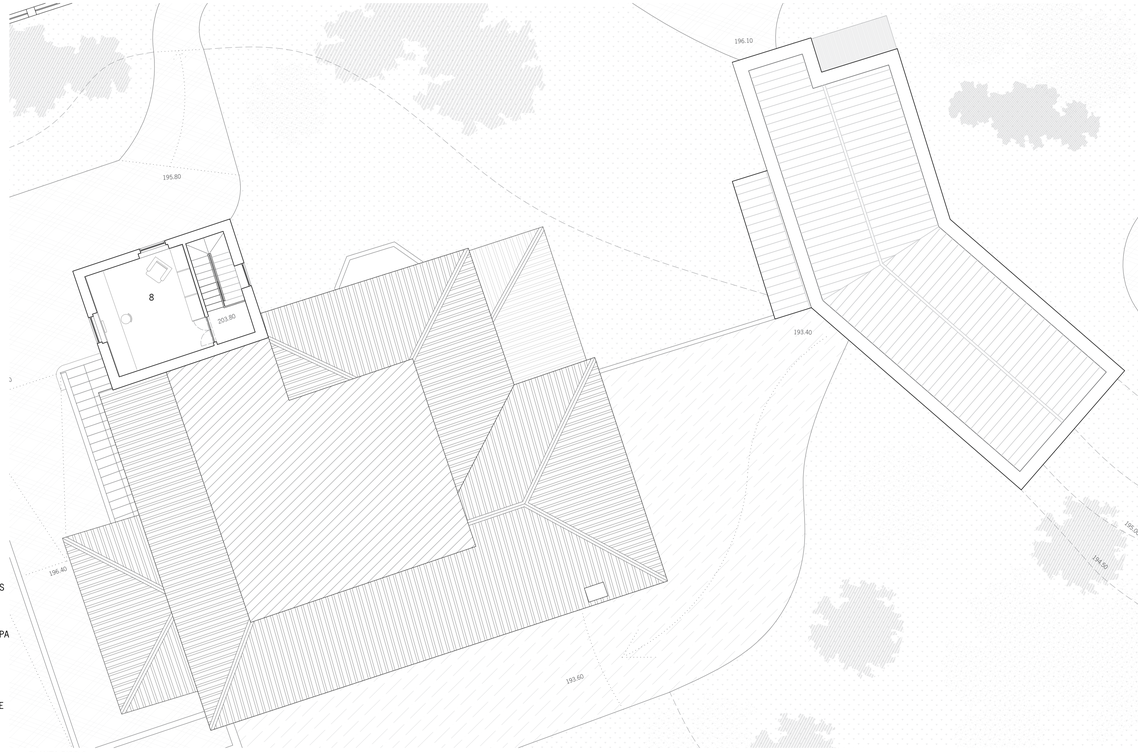
PLANTA RÉS DO CHÃO

PLANTAS
ESCALA 1:100 03



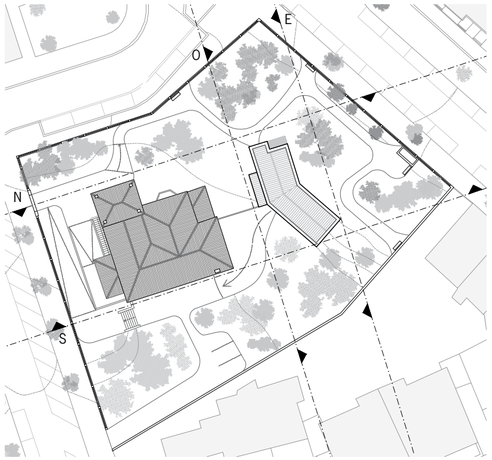
PLANTA PISO 1
ESCALA 1:100

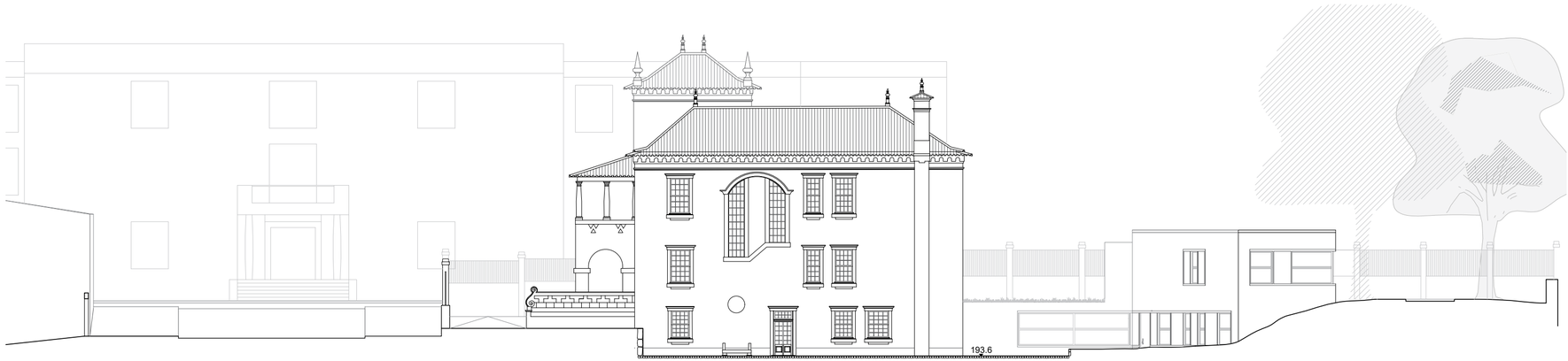
1 - RECEÇÃO
2- ADMINISTRAÇÃO
3 - SALA POLIVALENTE
4 - SALA DE CONSULTA DE ARQUIVO/BIBLIOTECA
5 - SALA DE LEITURA
6 - SALA DE REUNIÃO
7 - COPA
8 - SALA DE INVESTIGADORES
9 - SALA DE ARQUIVO
10 - ESPAÇO DE ARMAZENAMENTO
11 - ESPAÇO DE APOIO À COPA
12 - ZONA DE ARRUMOS
13 - CASA DE BANHO
14 - ESPAÇO DE CONVÍVIO
15 - QUARTO
16 - ESPAÇO PARA COMER
17 - ESPAÇO DE MÁQUINA DE AQUECIMENTO
18- ESPAÇO DE AR CONDICIONADO



PLANTA PISO 2
ESCALA 1:100

PLANTAS
ESCALA 1:100 04

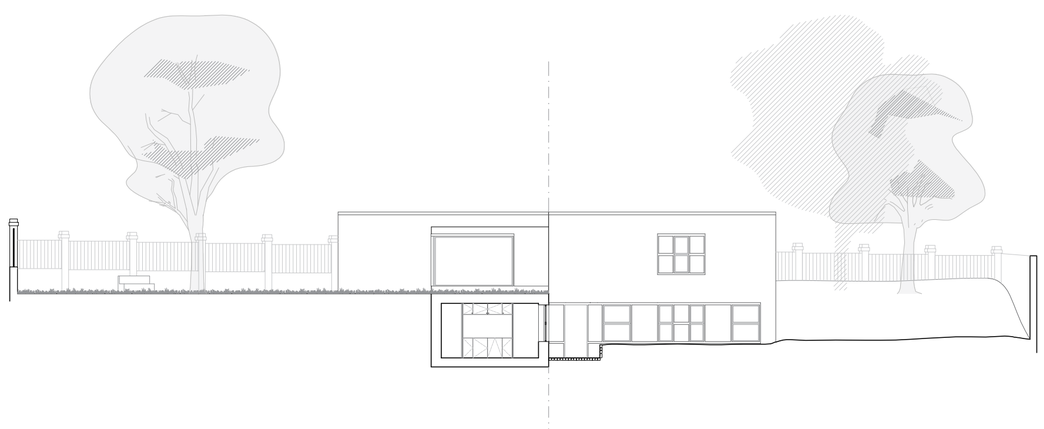




ALÇADO SUL

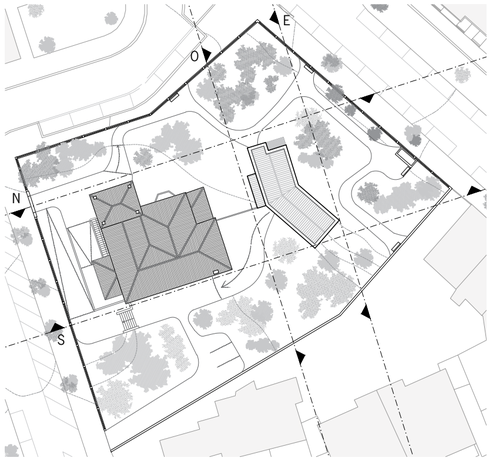


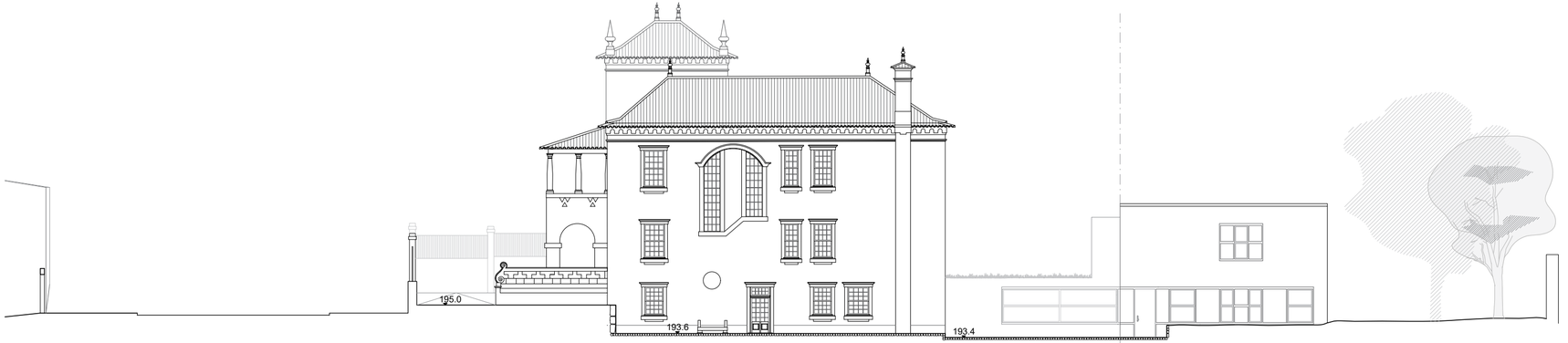
ALÇADO ESTE



ALÇADO OESTE

ALÇADOS	
ESCALA 1:200	05



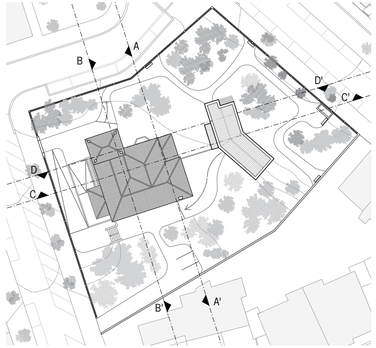


ALÇADO SUL



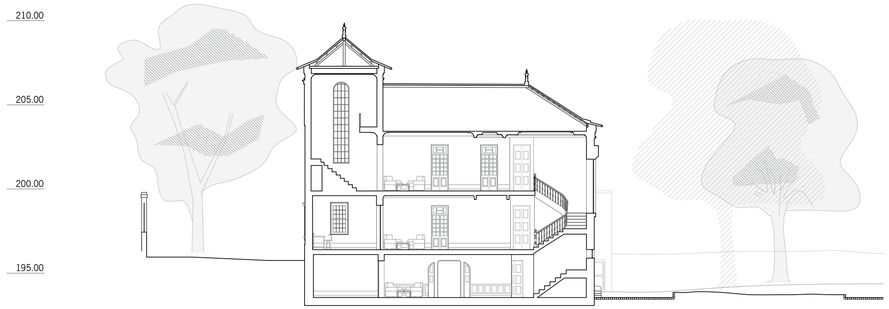
ALÇADO NORTE

ALÇADOS	
ESCALA 1:200	06





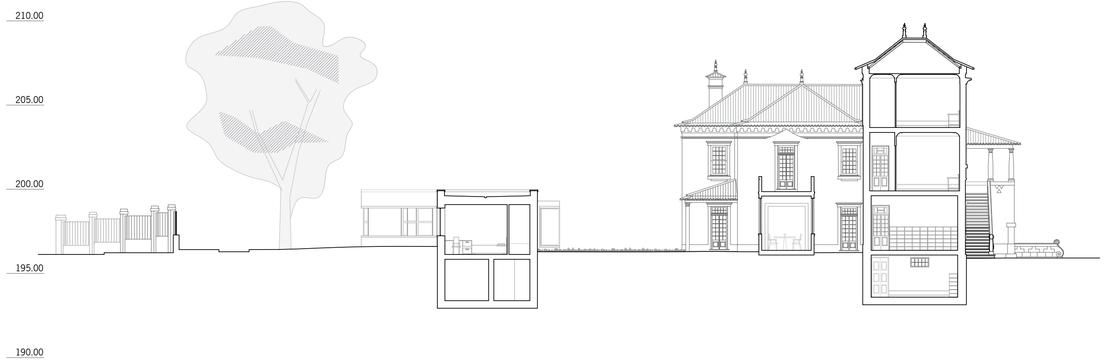
CORTE [AA']



CORTE [BB']

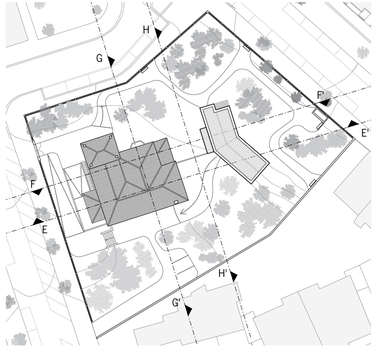


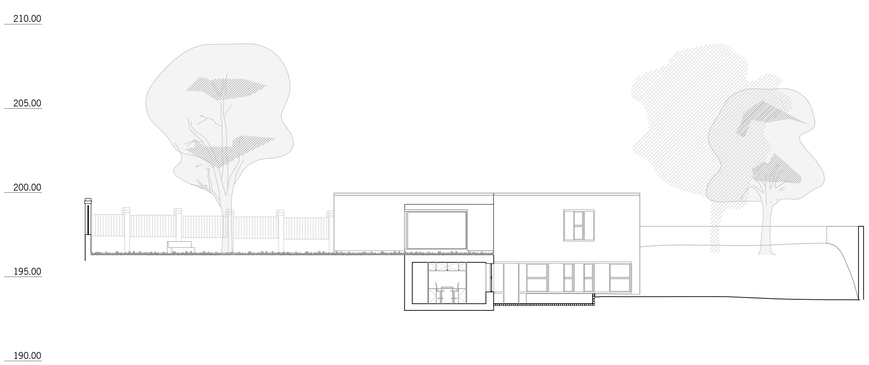
CORTE [CC']



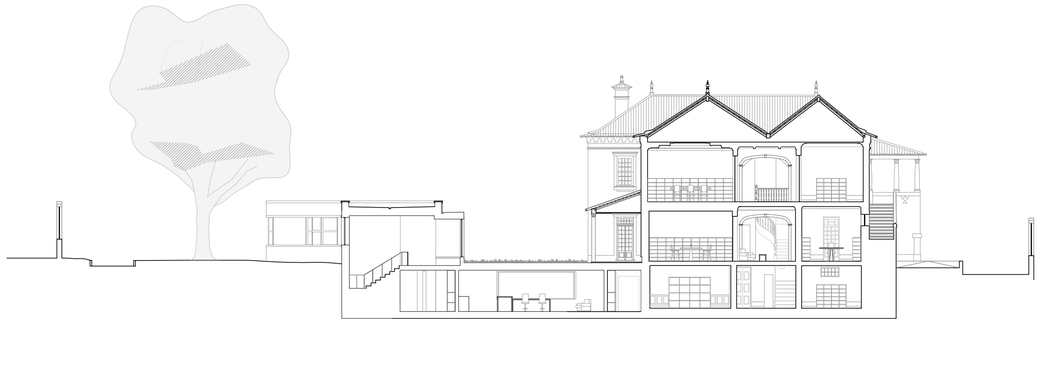
CORTE [DD']

CORTES
ESCALA 1:100 07





CORTE [EE']



CORTE [FF']

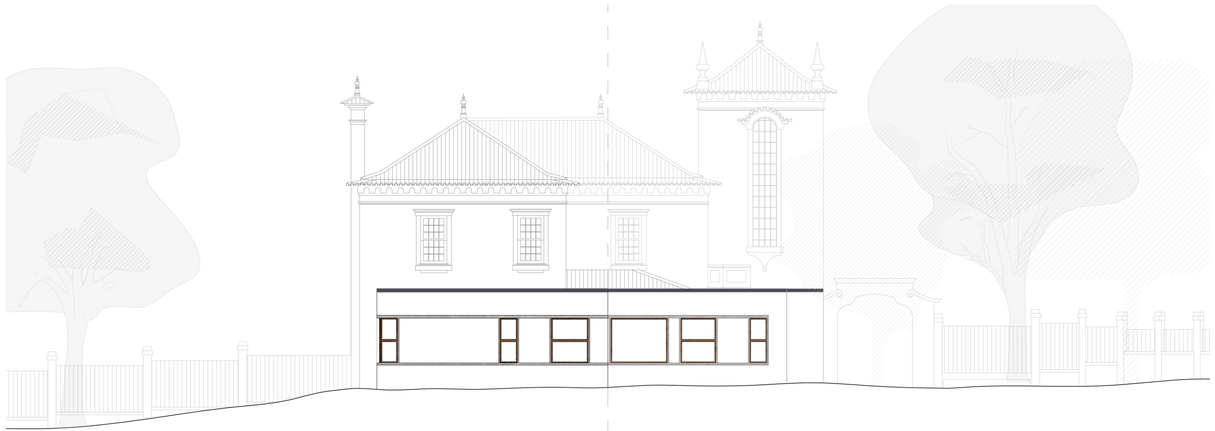


CORTE [GG']



CORTE [HH']

CORTES
ESCALA 1:100 08



ALÇADO ESTE
ESCALA 1:200



ALÇADO SUL
ESCALA 1:200



ALÇADO NORTE
ESCALA 1:200



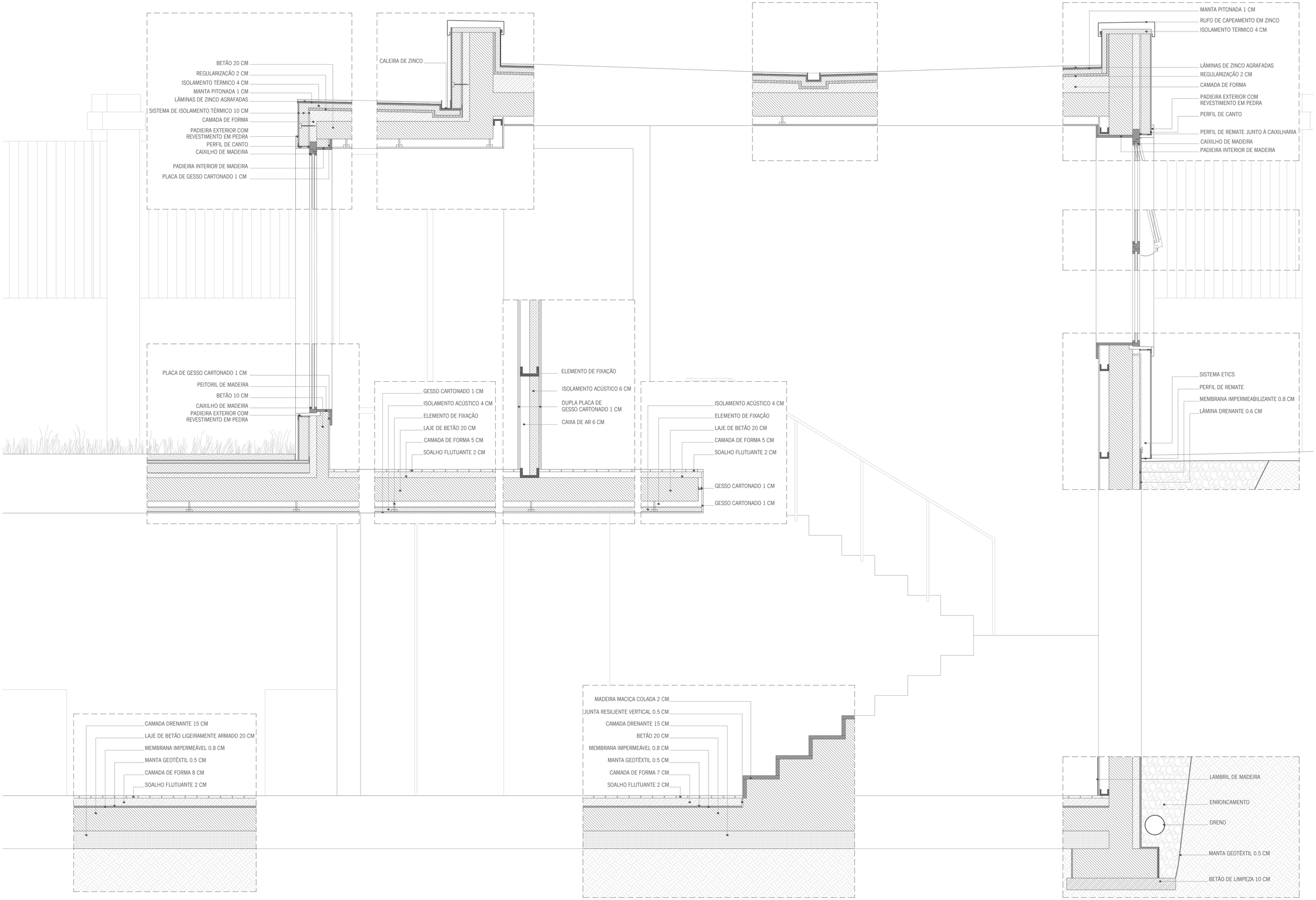
ALÇADO OESTE
ESCALA 1:200

COBERTURA EM ZINCO

MADEIRA

PEDRA - MÁRMORE

ALÇADOS
ESCALA 1:100



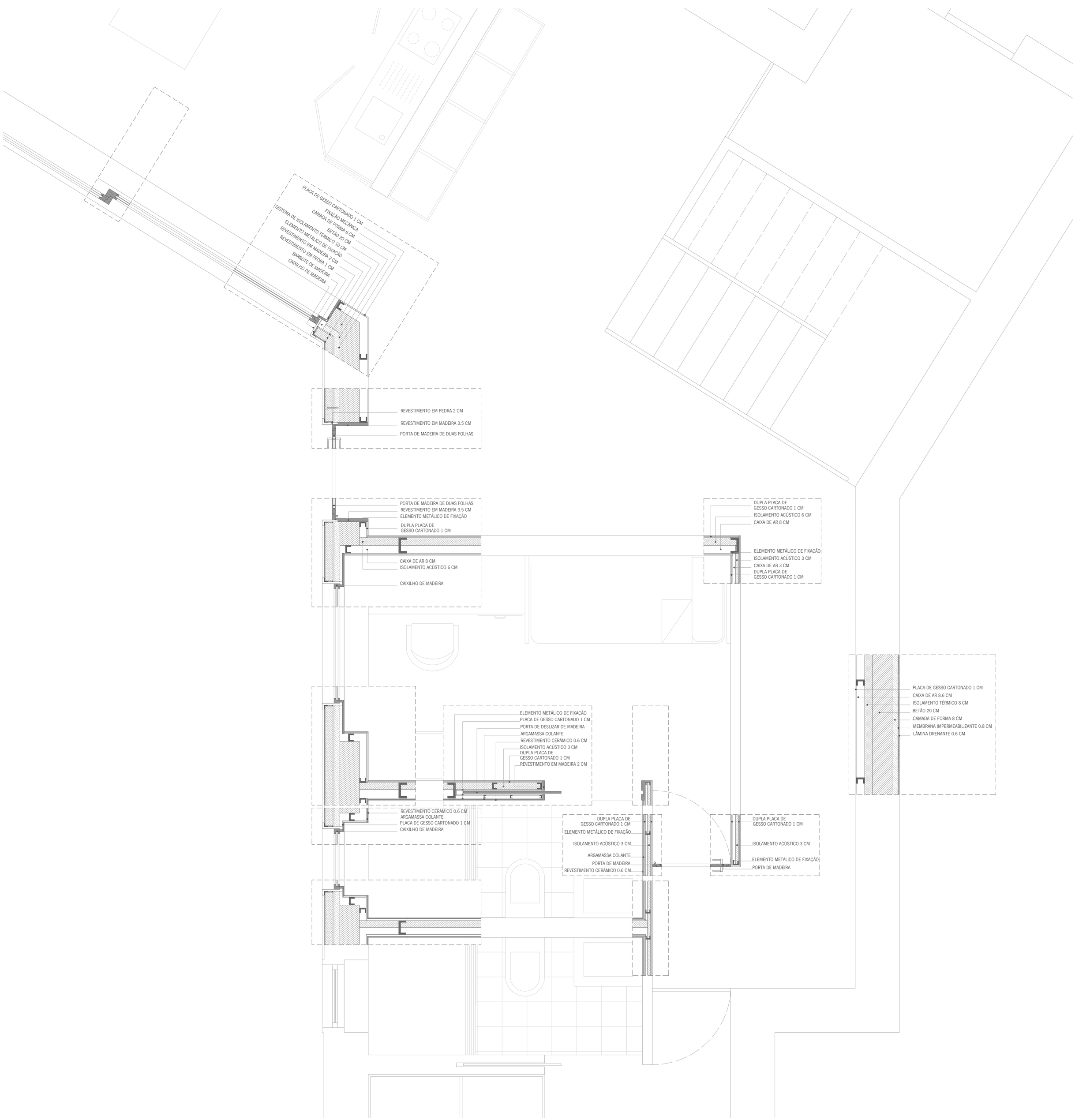
CORTE ALOJAMENTO

PORMENORES CONSTRUTIVOS	
ESCALA 1:20	10



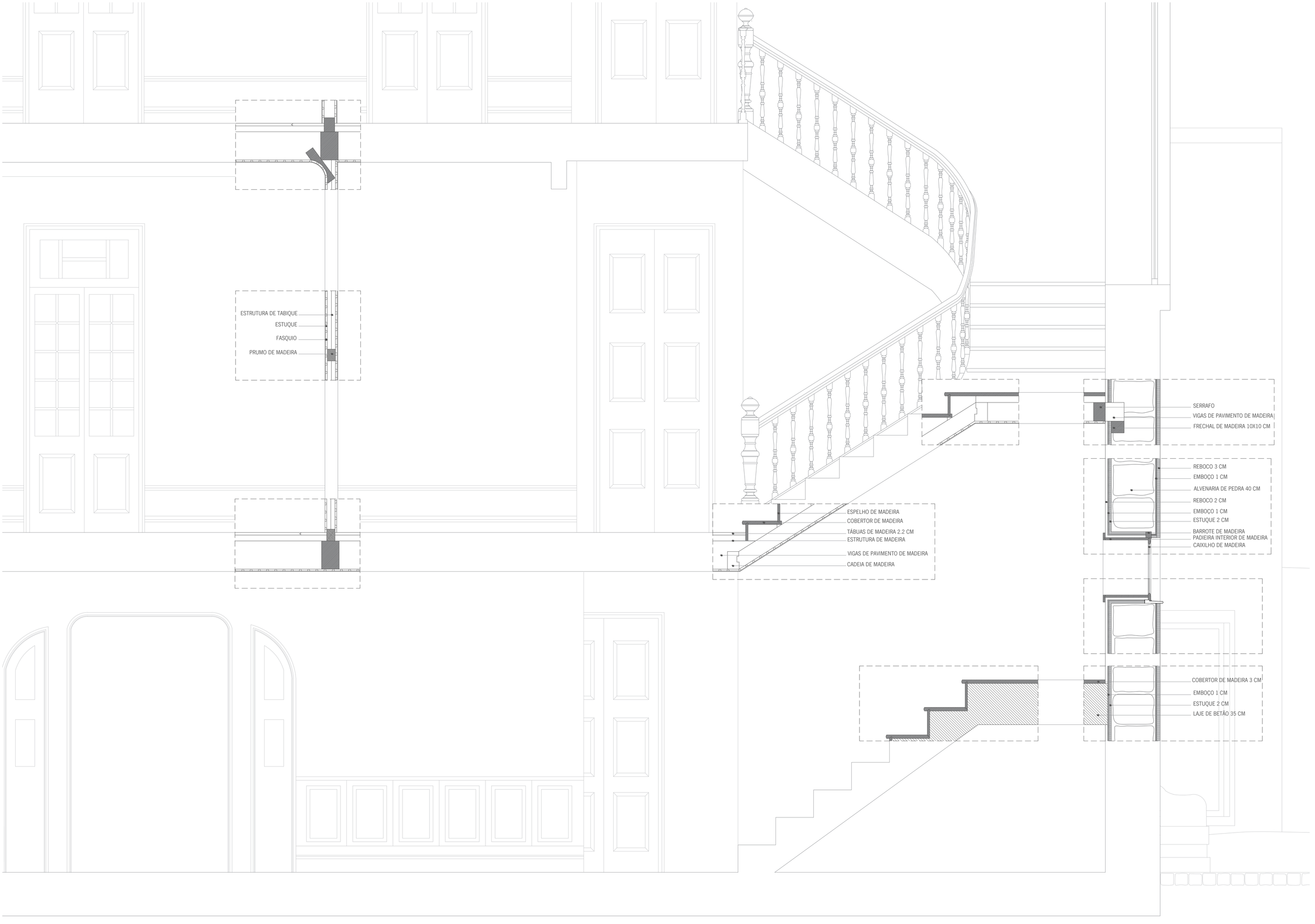
CORTE ALOJAMENTO

PORMENORES CONSTRUTIVOS	
ESCALA 1:20	11



PLANTA ALOJAMENTO

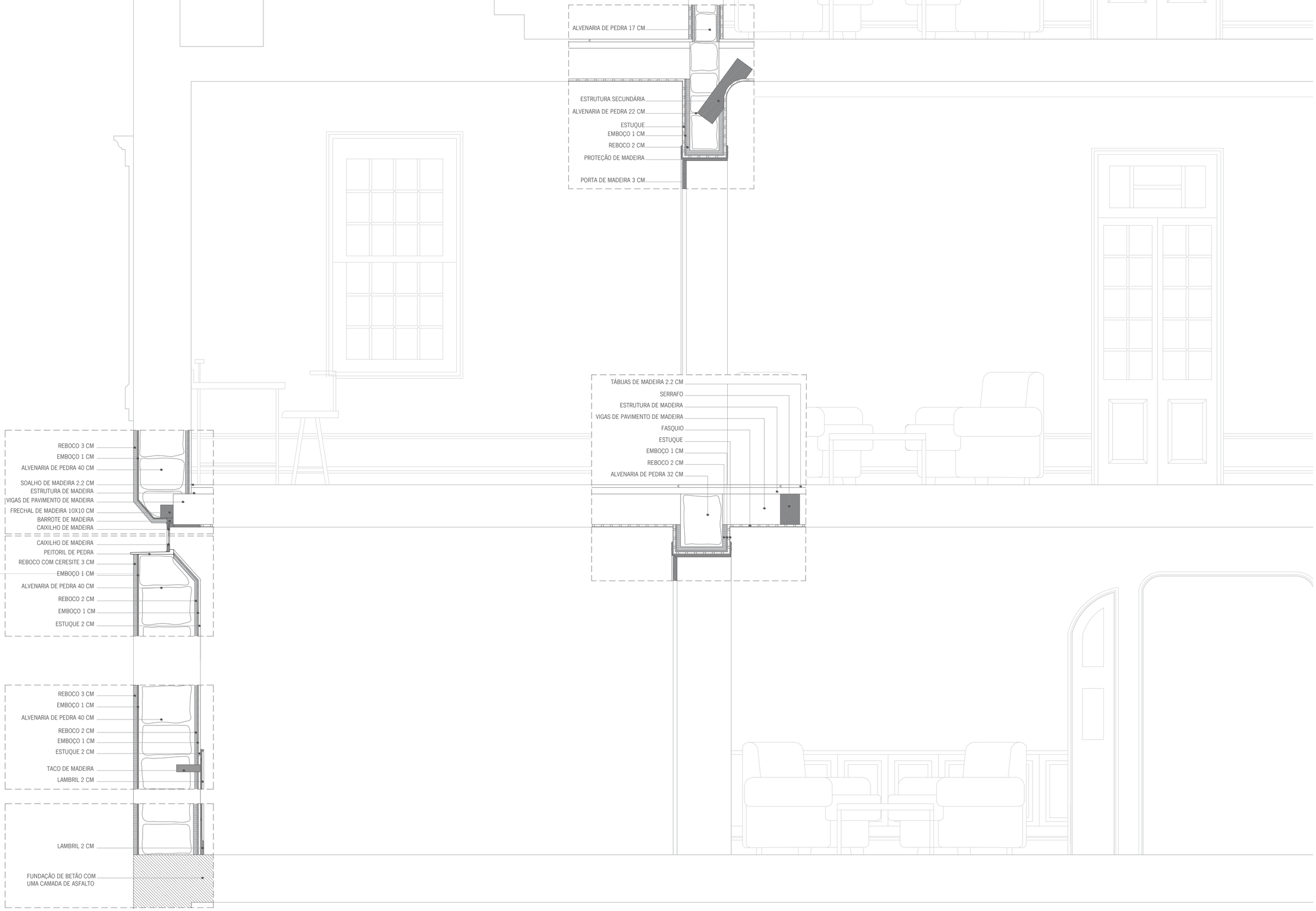
PORMENORES CONSTRUTIVOS	
ESCALA 1:20	12



CORTE EXISTENTE

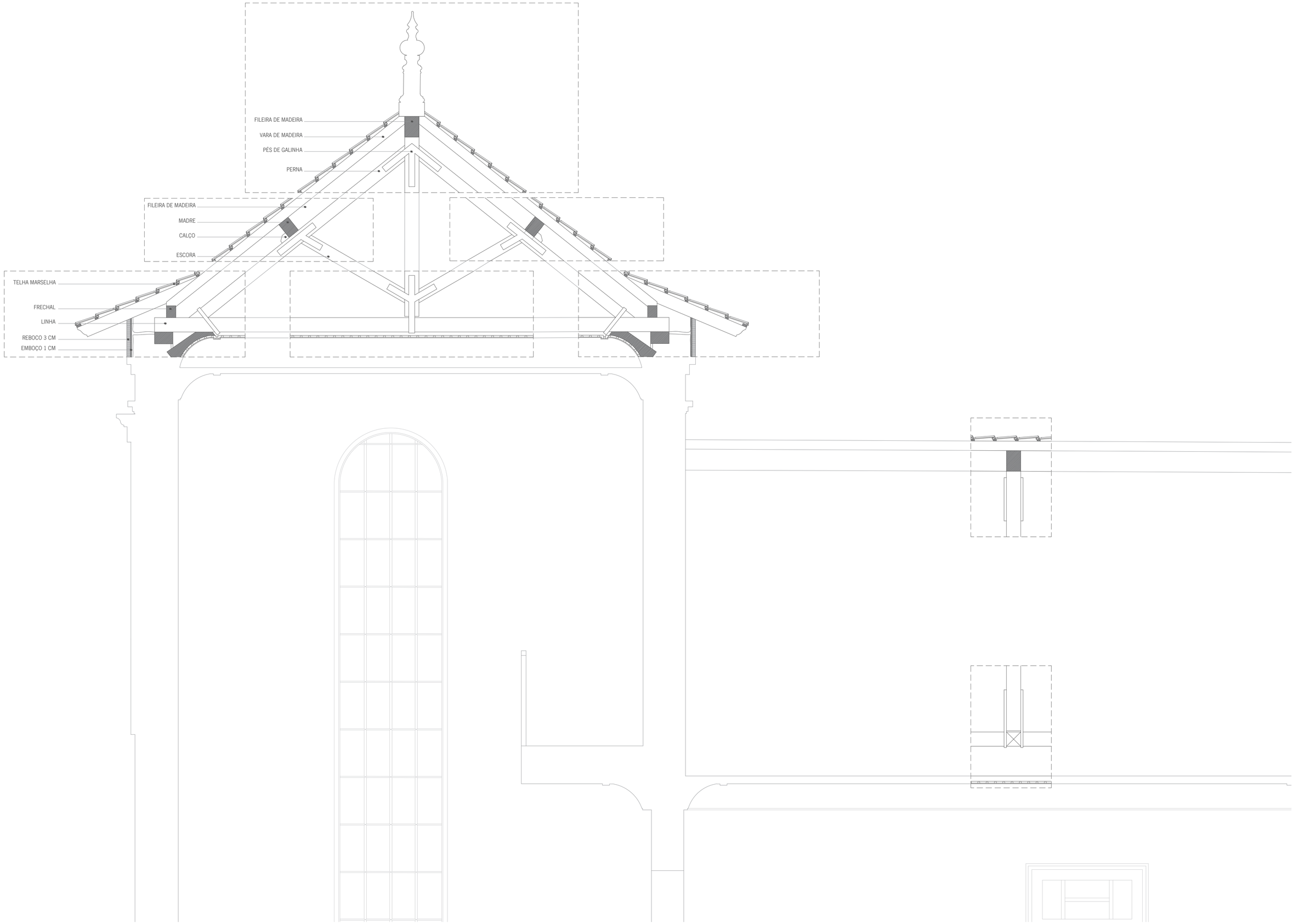
PORMENORES CONSTRUTIVOS

ESCALA 1:20 13



CORTE EXISTENTE

PORMENORES CONSTRUTIVOS	
ESCALA 1:20	14



CORTE EXISTENTE

PORMENORES CONSTRUTIVOS	
ESCALA 1:20	15

Conclusão

O presente trabalho teve como principal objetivo a valorização, reabilitação e reutilização de uma habitação unifamiliar projetada em 1927 pelo arquiteto José Emílio da Silva Moreira, localizada na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, em Guimarães. A partir de um edifício em avançado estado de degradação, procurou-se desenvolver uma proposta de intervenção que respeitasse os valores arquitetónicos, históricos e urbanos da sua pré-existência, propondo a sua adaptação a um novo programa, um Centro de Estudos Judiciários, que parece ser adequado ao contexto onde se insere e às características do edifício.

O estudo histórico realizado revelou-se fundamental para o desenvolvimento do trabalho e para a compreensão do objeto de estudo. A construção desta habitação enquadra-se durante o período de evolução da estrutura urbana de Guimarães, marcado pela expansão extramuros, prevista no plano de 1925 de Luís de Pina. A Rua dos Combatentes da Grande Guerra surgia, neste contexto, como a via principal que convergia na nova praça, onde se previa localizar os novos Paços do Concelho, refletindo o seu prestígio na época. A tipologia "casa burguesa" justifica a sua localização no centro do terreno, isolada, e a sua linguagem arquitetónica é testemunho da ascensão da burguesia durante as primeiras décadas do século XX.

O estudo realizado permitiu concluir que o objeto de estudo não pode ser considerado como um elemento isolado; pelo contrário, deve ser considerado como pertencente a um contexto mais amplo, com uma relação intrínseca com o Tribunal Judicial (localizado no atual largo da Mumadona, contrariando as intenções do plano de 1925). Esta proximidade reforça a pertinência do programa proposto, estabelecendo uma continuidade funcional e simbólica com o contexto envolvente.

O estudo das influências arquitetónicas enquadrou a obra no panorama arquitetónico do século XX. Constatou-se a presença de elementos caracterizantes do estilo da "casa portuguesa" de Raul Lino, mas também da linguagem *Beaux-Arts,* associada ao arquiteto Marques da Silva.

A comparação realizada com obras de estilos semelhantes, como a casa de Ricardo Severo, permitiu reforçar a importância da leitura do edifício como exemplo representativo do ecletismo que caracterizava a sua época. Esta análise foi essencial para definir critérios de intervenção.

No capítulo que efetua a análise do caso de estudo, apoiada em documentação de arquivo e no levantamento do estado atual, foi possível a identificação de 3 fases distintas: o projeto original, elaborado por Silva Moreira, a construção realizada em 1927 e as alterações que esta foi sofrendo, motivadas pelos

diferentes usos ao longo do tempo. Esta leitura, reconhecimento e comparação foi determinante para compreender as incoerências identificadas entre o projeto e o edificado, comprometendo, em algumas zonas, a integridade do conjunto.

A análise da primeira fase evidenciou os principais objetivos do arquiteto para a construção, como a hierarquia funcional dos espaços, a relação entre interior e exterior, realizada através de elementos como a *bow-window*, *loggia*, a escadaria e o alpendre. Estes elementos conferiam ao edifício um carácter simbólico, associado ao estatuto do proprietário, membro da burguesia. A presença da torre contribui para esse caráter.

A segunda fase permitiu concluir que as intenções do arquiteto não foram todas executadas, verificando-se alterações nomeadamente na materialidade, implantação e construção de alguns elementos. Contudo, o edifício não perdeu a sua leitura volumétrica, nem a linguagem pretendida pelo arquiteto Silva Moreira.

A terceira fase revela os elementos que foram adicionados e que, consequentemente, interferiram na leitura da habitação, introduzindo dissonâncias no seu conjunto. Estas transformações foram motivadas pela adaptação da habitação a um novo programa, um equipamento de saúde.

O capítulo que se dedica ao projeto concentra todas as conclusões analisadas nos capítulos anteriores, que serviram de apoio para definir um plano de intervenção. Centra-se primeiramente na valorização do existente e no reconhecimento das alterações, definindo a ação em função de diferentes princípios. A introdução do novo programa foi pensada como oportunidade de tornar público o seu uso, integrando-o no contexto urbano atual, sem, no entanto, desvirtuar as suas qualidades espaciais.

A proposta de ampliação e reorganização espacial procurou relacionar o preexistente com o corpo novo, necessário para apoiar as exigências do programa proposto. A obra de Fernando Távora no Convento de Santa Marinha da Costa serviu como referência ao projeto, como um exemplo de uma proposta que compatibiliza o programa definido com a identidade do conjunto, ampliando-o sem comprometer a sua autenticidade.

Do ponto de vista programático, procurou-se encontrar uma função que respeitasse a escala, a organização espacial e o contexto urbano da preexistência. Assim sendo, a adaptação do programa da casa em um um Centro de Estudos Judiciários parece ser uma opção adequada, permitindo conservar a imagem do conjunto e melhorar a relação com o edifício do Tribunal existente na praça vizinha.

Em suma, este projeto evidencia que a reabilitação não é um exercício neutro, mas um processo crítico. Pretende-se que o trabalho contribua para uma reflexão mais ampla sobre a prática na conservação arquitetónica e que possa incentivar à fomentação de uma abordagem crítica em edifícios que apresentem valor patrimonial.

Bibliografia

AFONSO, José Ferrão (2024), Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros II, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães

ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel (1986), "A arquitectura moderna", Lisboa, Alfa, cp. 1986

ARCE, Ignacio [et. al.] (1999). Tratado de Rehabilitación: Metodología de la restauración y de la rehabilitación. Madrid, Ed. Munilla-Lería.

ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA – Fotografias do processo da habitação de José Emílio. 1927

BARROS, Vera Patrícia e Silva da Rocha (2010), A Acção do GTL no Centro Histórico de Guimarães, [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura do Porto] Porto. Consultado em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/149274

BRANDI, Cesare (2006), Teoria do restauro**.** Amadora: Ed. Orion.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES (Arquivo Municipal Alfredo Pimenta), Requerimento pedindo licença para construir um prédio de habitação na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra. MENDES, João Pereira. Portugal. 20 julho 1927.

CARDOSO, António (1997), O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do país na primeira metade do século XX, Porto, FAUP publicações

CHOAY, Françoise, (1982) A alegoria do património. Lisboa: Edições 70, editada em (1999)

FERNANDES, Eduardo (2016), Encontrar o futuro na história. O plano de Urbanização de Guimarães (Fernando Távora, 1982). [Artigo, Universidade do Minho], 2016. Guimarães. Consultado em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/44243

FERNANDES, Eduardo (2017), O largo da Mumadona: história, desenho e evolução da sua importância na estrutura urbana de Guimarães, [Artigo, Universidade do Minho]. Guimarães. Consultado em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/61002

FERNANDES, Mário Gonçalves (2002), Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança: 1852/1926. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Porto. Consultado em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18027

FERNANDES, Raquel Maria da Silva (2007), A casa de Santa Maria em Cascais: especificidades de um património arquitectónico e artístico, [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa] Lisboa. Consultado em: https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/500

FERNANDES, Eduardo; CABELEIRA, João (2025), Fernando Távora em Guimarães, Edições Afrontamento

FERRÃO, Bernardo; AFONSO, José Ferrão (2002), A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação do seu Património edificado, Artigo. Consultado em: https://repositorio.amap.pt/article/gmr-patrimonio-cultural-vol1-1

FERREIRA, Mariana de Vasconcelos Xavier Ribeiro (2019), No princípio era a proporção: casa de Raul Lino, [Dissertação do Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Artes] Lisboa. Consultado em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/110782

FLORES, Matilde Bento do Rosário das Neves (2021), Casa de Arquiteto, de habitação própria a programa público. Casa-Atelier Marques da Silva e Casa das Marinhas de Viana de Lima, [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico de Arquitetura] Lisboa. Consultado em 01 de maio, 2025, em: https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/cursos/ma/dissertacao/283828618790713

LINO, Raul (1933), Casas portuguesas – Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples, Ed. Valentim de Carvalho

LUSO, Eduarda Cristina Pires. LOURENÇO, Paulo B. ALMEIDA, Manuela (2004), Breve história da teoria da conservação do restauro, [Artigo, Universidade do Minho], Guimarães. Consultado em 12 de outubro, 2024, em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2554

MATOS, Ana Rita Loureiro de (2013), Cidade Património Cultural da Humanidade, Guimarães. Da construção à reabilitação do centro histórico, [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura do Porto] Porto. Consultado em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/77224

MATTOSO, José [et. al.] (2000). Guimarães, Património Cultural da Humanidade Cultural Heritage of Manking. Volume I. Câmara Municipal de Guimarães – GTL

MEIRELES, Maria (2021), O Património Urbano de Guimarães nos séculos XIX-XX, 1ª ed. Casa da Memória

MELLO, Joana (2007), Ricardo Severo – da Lusitânia ao Piratininga: da Arqueologia portuguesa à arquitectura portuguesa Porto, Colecção Equações de Arquitectura. Dafne ed.

MOREIRA, Marta Rocha (2015), O valor do tempo. O programa intelectual e arquitetónico de Raul Lino. [Tese de Doutoramento em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura do Porto] Porto. Consultado em: http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/4560

PEREIRA, Paulo Alexandre Alves Barroso Manta (2012), Raul Lino – Arquitetura e Paisagem (1900-1948), [Tese de Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo, Instituto Universitário de Lisboa] Lisboa. Consultado em: https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/5917

FERREIRA, Teresa Cunha [et. al.] (2023), Novo/Antigo – Fernando Távora Obras, Edições Afrontamento 2023, Fundação Instituto Marques da Silva

RAMOS, Rui Jorge Garcia (2013), A construção da modernidade: Marques da Silva e o Porto do século XX, [Artigo, Universidade do Porto], Porto. Artigo em Livro de Atas de Conferência Internacional. consultado 18 de outubro, 2024, em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/69443

SANTOS, José [et. al.] (2007), José Marques da Silva em Guimarães, Sociedade Martins Sarmento

SERINO, Filipa da Silva (2022), O Projeto da Cobertura da Casa Martins Sarmento, [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho] Guimarães. Consultado em: https://hdl.handle.net/1822/79015

SILVA, Vânia Isabel Ferreira da (2018), Um discípulo de Marques da Silva: Estudo monográfico de José Emílio da Silva Moreira, [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho] Guimarães. Consultado em 10 de outubro, 2024, em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/58359

SOEIRO, Jaqueline Monique Fantini (2012), Espírito na Arquitetura: O pensamento arquitetónico em Raul Lino e Lúcio Costa, [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade de Coimbra] Coimbra. Consultado em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/133233

TAVARES, André (2010), Em granito. FIMS

VAZ, Pedro (2019), Edificar no património: pessoas e paradigmas na conservação & restauro. 1ª ed. Lisboa: Edições 70

Referências webgráficas:

https://arquivodigital.cascais.pt/xarqweb/Result.aspx?id=161819&type=PCD

https://arquivoatom.up.pt/index.php/casa-atelier-2

https://portoantigo.wordpress.com/2013/01/01/a-casa-de-ricardo-severo/

https://books.openedition.org/etnograficapress/4291

https://arsartisticadventureofmankind.wordpress.com/tag/piazza-del-popolo/

https://pt.wikipedia.org/wiki/Piazza_del_Popolo

Anexos

Memória Descritiva, documento do Arquivo Alfredo Pimenta

"O presente projeto refere-se à construção de uma casa de habitação que o Ex.mo João pereira Mendes pretende mandar construir. Este projeto está elaborado de forma a satisfazer todos os regulamentos de salubridades dos prédios urbanos em vigor. Fica o edifício com disposição essencial e indispensável para a boa higiene e iluminação direta do sol nos principais aposentos. Compõe-se este edifício de cave, rés-do-chão, primeiro andar e águas-furtadas.

Todos os compartimentos serão soalhados exceto a cozinha, quartos de banho e WC que serão em mosaico. As retretes serão de autoclismo e a fossa será tipo "Moura com as medidas indicadas no projeto. Os cachorros serão abertos de modo a não prejudicar a estabilidade da obra. As fundações serão construídas com alvenaria irregular argamassas e receberão uma camada de asfalto na altura do solo. Tanto nas fundações como nas paredes em elevação quer exteriores quer interiores respetivamente de 0,40 e 0,30 de espessura terão o necessário travamento nos seus cruzamentos, para que a consolidação do conjunto se estabeleça.

As portas exteriores, bem como caixilhos serão de castanho e as esquadrias interiores e soalhos serão em pinho nacional. Os vidros serão bem limpos e sem falhas. Todas as paredes interiores e exteriores e tapamentos serão rebocados com todo o esmero. As paredes sul e poente serão seresitadas. O telhado será construído em telha tipo "Marselha" de 1ª qualidade. Todos os materiais a empregar serão dos melhores do mercado."

“Repartição de obras”, documento do Arquivo Alfredo Pimenta

“À informação já prestada por esta repartição em 2 de maio ultimo, relativa ao requerimento de João pereira Mendes, a cujas considerações veio dar orientação e autorizar parecer do arquiteto senhor Marques da silva, julgo poder acrescentar que a venda de grandes tratos de terreno, em volta da praça municipal, especialmente, e nas avenidas ou ruas a certa proximidade dela, não devia efetuar-se, para que todas as construções em torno de cada quarteirão possuíssem o seu quintal, evitando desperdícios de terreno e inconvenientes à harmonia do conjunto das edificações dos mais importantes melhoramentos citadinos.

O caso presente enferma esse mal, relativamente ao terreno em que o requerente pretende construir o seu prédio, com muros de vedação para as duas avenidas nº 2 e 3 (central e oriental) na extensão de 46 metros cada um, e ambos apenas a 21 metros dos ângulos da face voltada à praça municipal, dando origem a um maciço de construções, neste local, relativamente pequeno e desastradamente destacado das construções para sul pela clareira de 2500m2, com os inconvenientes apontados na primeira informação.

O prédio a contruir, sendo, como é, apropriado a ficar recuado da via publica, poderá levantar-se, para obviar a esses inconvenientes com a sua escada dependurada da fachada principal a 7 metros do alinhamento da rua (1 terço da largura desta), desde que imediatamente às futuras construções a norte e sul, à face da rua, se construam outros prédios ou anexos, ligados entre si por uma vedação e portal condignos, que não excedam o duplo da largura da fachada do prédio requerido (24 metros), atendendo à problemática possibilidade de vir a ser esta rua uma artéria comercial.

Analogamente, deve aplicar-se ao lado posterior do terreno do requerente (rua nº4) o parecer das alíneas b) e d) do arquiteto Marques da Silva, em virtude do qual se devem construir daquele lado prédios que tenham muro de vedação que não exceda a dupla largura das respetivas fachadas, ou que estas não fiquem recuadas da via publica mais do que um terço da sua largura, caso se não construam esses prédios à face da rua.”

“Pedido de licença”, documento do Arquivo Alfredo Pimenta

“Pedido de licença para construir um prédio de habitação na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, desta cidade.

A planta do edifício está elaborada em condições de merecer aprovação. Julgo, porém, conveniente que a sua fachada principal voltada à avenida nº3 (Combatentes da Grande Guerra) fique apenas a 10 metros de alinhamento deste para subtrair tanto quanto possível, por este lado, a vista das traseiras dos prédios laterais do quarteirão em que vai ser construído, e até dos lados Norte e Sul, propondo a extensão de 46 de muro gradeado de cada lado do terreno da casa a construir formará uma espécie de clareira de 2500m2, que só a futura arborização interior e exterior poderá mais ou menos disfarçar tornando-a interessante. Há, porém, a propósito, a conveniência de submeter-se a construção dos futuros prédios da Praça Municipal e suas imediações, a formas principalmente harmónicas, com fachadas pouco elevadas, à face dos alinhamentos, para não ser prejudicada a estética em face da imponência dos Paços do Concelho e a forma topográfica da Praça Municipal e suas imediações.”

"Carta para o Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Guimarães", documento do Arquivo Alfredo Pimenta

"Excelentíssimo Sr. Duarte Ferreira Fraga,
Digno Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães.

Acuso a recepção do ofício de V. Exa. nº 271 do mês findo, pelo qual V. Exa. pede o meu parecer acerca do pedido de licença de um prédio que se pretende construir na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra.

Deseja, V.Exa. que o informe sobre a situação d'esse prédio, relativamente ao grupo de vias públicas que compõem o centro citadino municipal a formar em torno do edifício dos Paços do Concelho, que tenho a honra de erigir.

No momento presente, em que o terreno constitui a parte mais económica das edificações, vel-o-hemos, sem dúvida, desperdiçar com prejuízo do valor que, de futuro, venha a ter pela intensidade de acção e movimento que a proximidade do Edifício Municipal deve trazer. E esse desperdício é feito consoante se pretenda levantar edifícios impróprios e de mesquinha importância, ou deixando grandes tratos de terreno livre cercando os edifícios a construir.

Qualquer d'estas duas hipotheses informam pelas considerações atrás formuladas. Mas o pedido de V.Exa. envolve um outro aspeto do problema. Qual será o destino que terão os prédios a construir?

Habitações urbanas isoladas para serem habitadas pelos próprios donos; habitações urbanas para aluguer, destinando-se somente a habitação ou habitação e comércio? No primeiro caso, pode pretender-se recuar o prédio do alinhamento da rua, no seguido é convenientemente aproveitar-se a frente da rua.

Infelizmente que este último caso, que é o mais preponderante, estará afastado enquanto não esteja concluído o edifício municipal.

Resulta d'estas considerações, que a situação do prédio varia com a natureza do seu destino.

Mas qualquer que ele seja, entendo que à Câmara da digna presidência de V. Exa. compete regular a situação dos prédios para um effeito de conjunto que, de futuro, seja o mais próprio ao mais importante melhoramento citadino da cidade de Guimarães, nos últimos tempos.

Em vista do exposto e em conclusão, é meu parecer:

a) Que os edifícios destinados a habitação e comércio devem ser os que facejem a Praça Municipal e Avenida dos Combatentes da Grande Guerra;

b) Que os radiais d'aquella Praça numa certa proximidade, não devem ter muros ou vedações, que excedam o duplo da largura do prédio, em fachada principal;

c) Que quando o prédio tenha terreno, que exceda aquella dimensão, deverá o proprietário comprometer-se a construir no terreno livre, quando a Câmara o exija, ou vender-lh'o pelo preço que o tenha adquirido;

d) Que os prédios constantes da alínea a), que pretenda fazer-se recuados da via pública, não possam ficar a sua distância d'ela que exceda o 1/3 da largura da rua;

e) Que os projetos sejam apresentados com a configuração exata que teem, quando vistos da via pública, devendo incluir a vedação, caso a tenha, como elemento importante a considerar para o effeito da estética geral do prédio no conjunto das edificações;

f) Finalmente, que consideradas estas proporções como princípio geral, cada caso especial será regulado tendo em vista as determinantes que as sugerem.

Cumprimentando V. Exa., que tanto interesse tem pela defesa e progresso d'esta nobre terra, desejo-lhe e faço votos de

Saúde e Fraternidade
Guimarães, 20 de Setembro de 1927

[Assinatura]
J. Marques da Silva"

“Informação”, documento do Arquivo Alfredo Pimenta

“Sobre o projecto junto prevalece o parecer da informação prestada para a construção do prédio, isto é, que a vedação no alinhamento da avenida dos Combatentes da Grande Guerra não deve exceder o duplo da fachada do prédio requerido (24m).

Pelo projecto agora apresentado, essa vedação atinge ainda todo o comprimento do terreno adquirido pelo proprietário (47m), com o portal deslocado para o Norte e com 35 metros ininterruptos de muro gradeado para o Sul, dando como resultado ficar aquele lado da avenida, entre a praça municipal e a rua transversal da avenida, ao Sul, ocupada por mais de um terço por essa vedação.

Ficando, assim, 23 metros de espaço para o lado da mesma praça e 31 metros para o lado da mesma rua transversal, remediar-se-ia esse inconveniente com a construção, como já disse, de dois anexos (garage, etc) nos extremos da vedação, do que resultaria ficar esta reduzida a 31 metros (aproximadamente o duplo da fachada do prédio) com o portal colocado ao centro.

Deste modo ficaria ao Norte um espaço igual à vedação e a Sul um espaço superior a ela em 9 metros aproximadamente, com a vantagem de ocultar-se melhor as traseiras dos prédios deste quarteirão.

Podia ainda, com outro portal alinhado pela fachada sul do prédio, ou com uns mirantes a interceptar a vedação, tornando esta mais dividida; mas o claro prevalecia, o que julgo inconveniente ao conjunto geral e harmónico daquele lado da avenida principal.

Guimarães, 20 de Novembro de 1927

Luís Augusto Nunes Guimarães

Vida e obra de Marques da Silva

O arquiteto Marques da Silva nasceu em 1869 no Porto, tendo sido filho de um marmorista e industrial de obras em mármore que trabalhou numa oficina, sítio onde o arquiteto passou muito do seu tempo na infância, preparando-o para a sua entrada na Academia Portuense. José Marques da Silva matriculou-se nesta academia de Belas Artes em 1882, em arquitetura civil, e tem como professores/mestres o arquiteto Silva Sardinha, o escultor Soares dos Reis e o pintor Marques de Oliveira. São estes 3 mestres que o vão influenciar a seguir um percurso com influência nas Beaux-Arts[49].

Terminou o curso de Arquitetura em 1889 e partiu para Paris no mesmo ano, local onde frequentou a École Nationale et Spécial de Beaux-Arts[50] e obteve o título de arquiteto em 1896. Durante a sua formação, Marques da Silva também frequentou as aulas no atelier de Victor Laloux (arquiteto da Gare d'Orsay). Em 1897 foi titulado como membro da Sociéte des Architectes Diplômés par le Gouvernement Française devido à apresentação do seu projeto de uma Gare Central para uma prova final. A cultura francesa influenciou bastante o estilo do arquiteto que iria, mais tarde, aplicar em terras portuguesas.

Marques da Silva regressou a Portugal em 1900, e iniciou a sua prática profissional como professor de Desenho do Instituto Industrial e Comercial do Porto. Em 1906 regeu a cadeira de Arquitetura da Academia Portuense de Belas Artes, onde também exerceu, mais tarde, o cargo de diretor até 1939, influenciando várias gerações de arquitetos.

[49] Estilo arquitetónico que surgiu na França no seculo XIX dominado pela arquitetura clássica e renascentista. O termo "Beaux-Arts" significa belas-artes, traduzindo a valorização da estética, harmonia e proporção.

[50] Cardoso, Sofia. "Marques da Silva". p. 14

Recolha de obras de Marques da Silva

- Casa Correia de Matos, 1902

Estado da obra: construída

Localização: Guimarães

Requerente: José Correia de Matos

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Primeira obra na cidade de Guimarães de Marques da Silva, encomendada por José Correia de Matos. Destaca-se pela simetria da fachada principal, arco de volta perfeita que assinala a entrada, detalhes dos vãos e pormenor do gradeamento exterior, elemento que o arquiteto nunca ignora nos seus projetos.

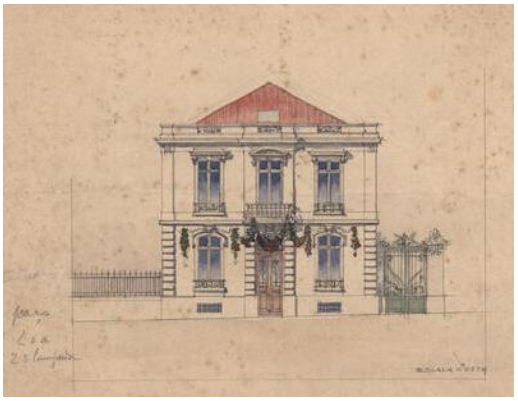


Fig. 1 | Alçado principal.

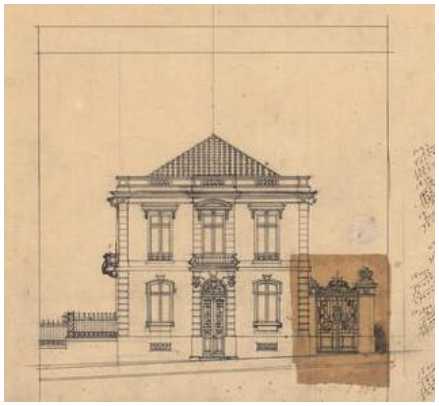


Fig. 2 | Alçado principal com detalhe do portão.

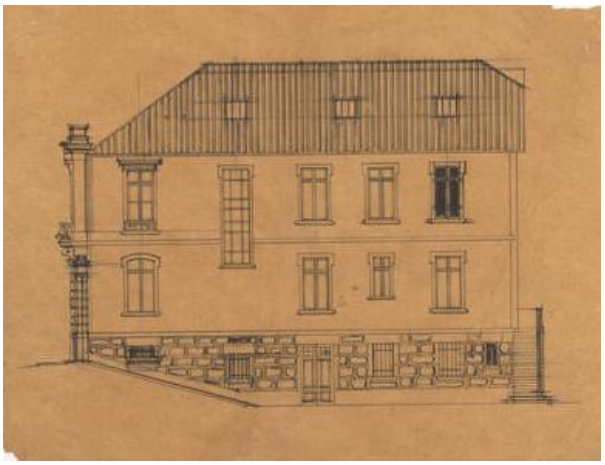


Fig. 3 | Alçado lateral.

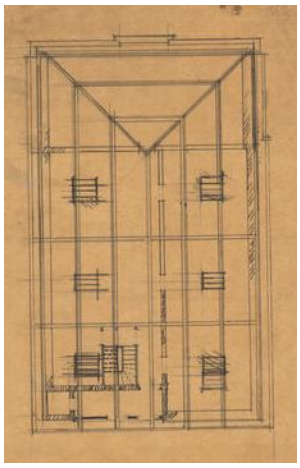


Fig. 4 | Estudo do alçado.

- Moradia Ramos Pinto, 1902

Estado da obra: construída

Localização: Vila Nova de Gaia, Granja

Requerente: António Ramos Pinto

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Habitação balnear com uso na época de calor, encomendada por António Ramos Pinto. Através da análise do corte transversal é possível observar um projeto de quatro pisos e a partir do alçado principal uma *bow-window* na planta de acesso.



Fig. 5 | Fotografia da moradia Ramos Pinto.



Fig. 6 | Corte transversal.

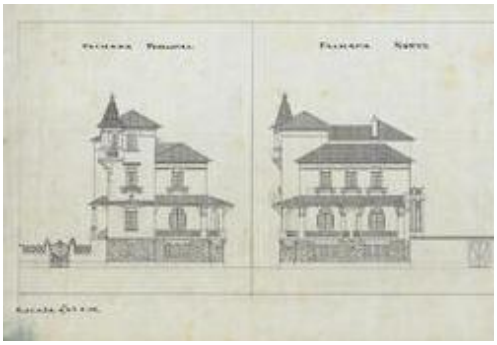


Fig. 7 | Fachada principal e norte.

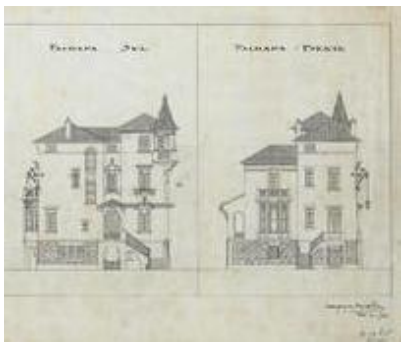


Fig. 8 | Fachada sul e poente.

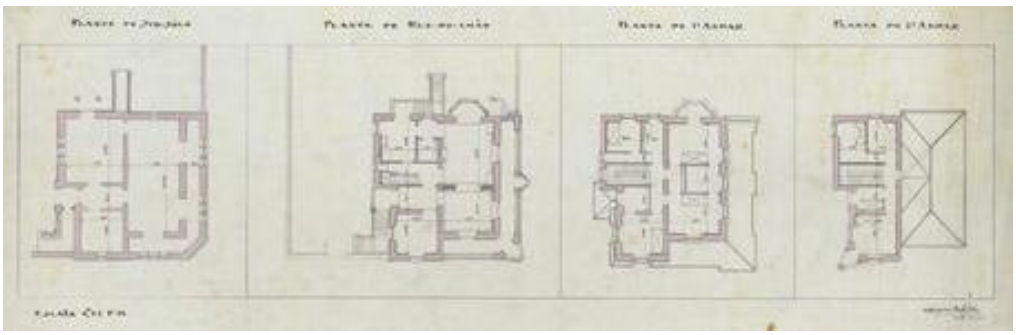


Fig. 9 | Planta do subsolo, rés do chão, 1° andar e 2° andar.



Fig. 10 | Alçado principal.

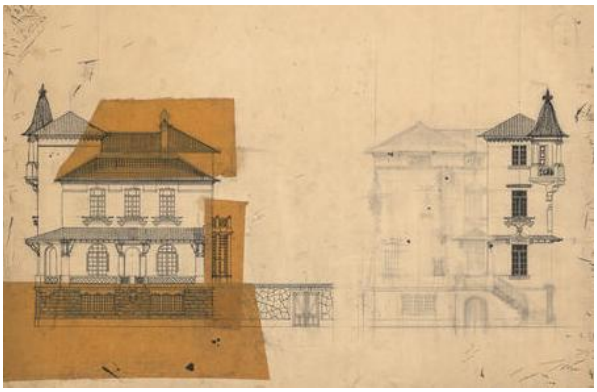


Fig. 11 | Alçado Norte e estudo do alçado sul.

- Moradias Joaquim Soares da Silva Moreira, 1904

Estado da obra: construída

Localização: Porto, Rua D. João IV e Fernandes Tomás

Requerente: Joaquim Soares da Silva Moreira

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Joaquim Soares da Silva Moreira, elemento da classe da burguesia, encomendou ao arquiteto Maques da Silva a construção de duas moradias em duas ruas, para a sua numerosa família. Estes projetos demonstravam a influência da burguesia no início do século XX, que começavam a ter bastante poder na sociedade. Esta habitação é mais um exemplo da arquitetura do arquiteto portuense de construção unifamiliar, com características semelhantes às anteriores, alçados trabalhados, rés-do-chão sobrelevado, etc.



Fig. 12 | Moradia Joaquim Soares da Silva Moreira.

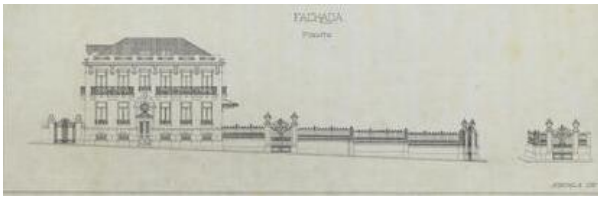


Fig. 13 | Fachada poente.

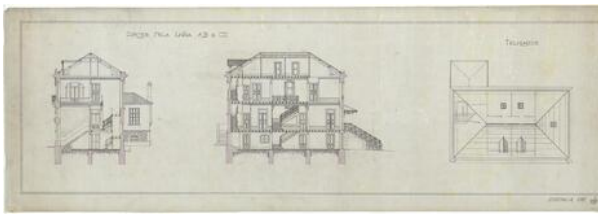


Fig. 14 | Cortes pela linda AB e CD e planta de cobertura.

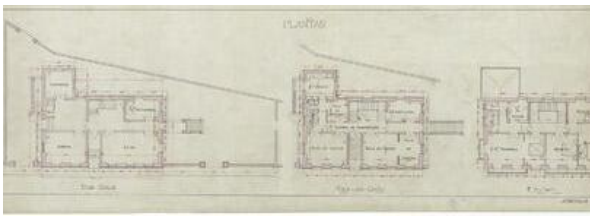


Fig. 15 | Plantas de subsolo, rés-do-chão e 1º andar.

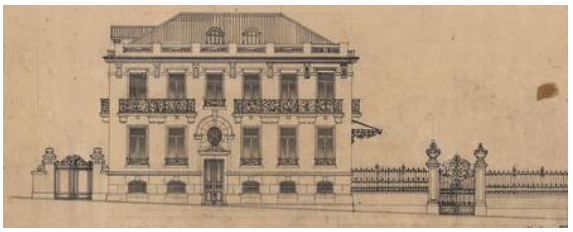


Fig. 16 | Alçado principal.

- Moradia Artur Pinto Nunes, 1906 (1904)

Estado da obra: construída

Localização: Porto, Rua de Fernandes Tomás

Requerente: Joaquim Soares da Silva Moreira

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Marques da Silva projeta uma moradia unifamiliar onde adota o mesmo tipo de arquitetura de elevação da planta do rés do chão. Contém também alçados que se destacam pelos vãos exteriores bem como a sua ornamentação.

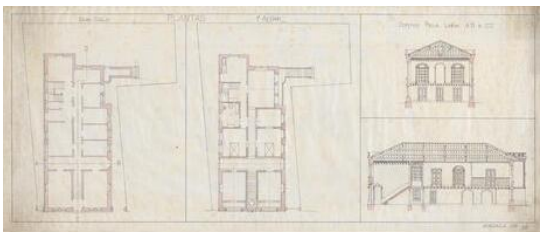


Fig. 17 | Plantas e alçados.



Fig. 18 | Fachadas.

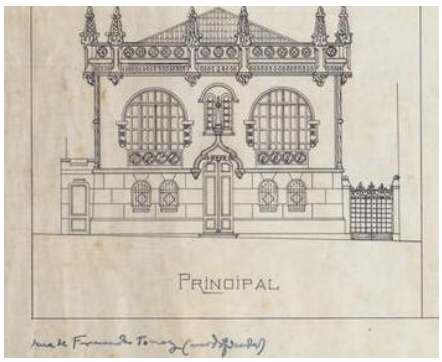


Fig. 19 | Alçado principal.

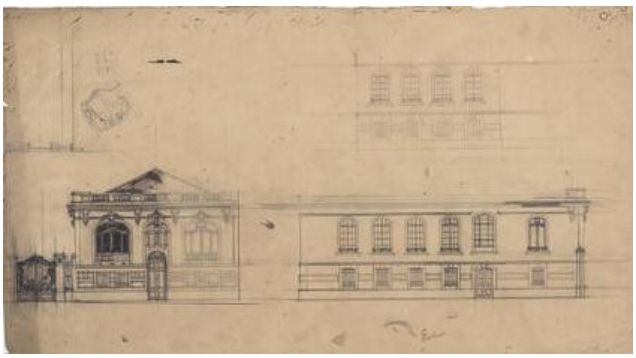


Fig. 20 | Estudo de alçados.

- Casa-Atelier de José Marques da Silva, 1909-1914

Estado da obra: construída

Localização: Porto, Praça Marquês de Pombal

Requerente: José Lopes Martins

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Habitação desenhada pelo arquiteto para seu popio proveito. Reúne uma vez mais os elementos arquitetónicos que Marques da Silva adota nas suas obras.



Fig. 21 | Fachada principal, lateral e posterior

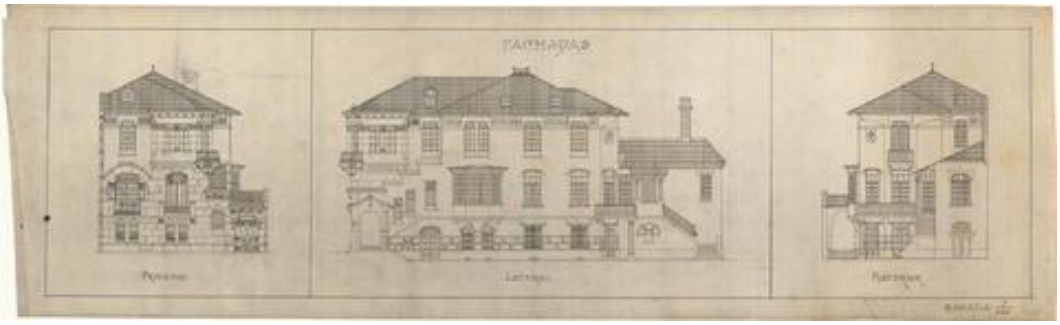


Fig. 22 | Fotografia da moradia

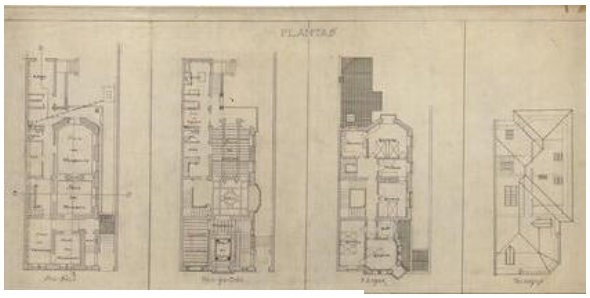


Fig. 23 | Plantas

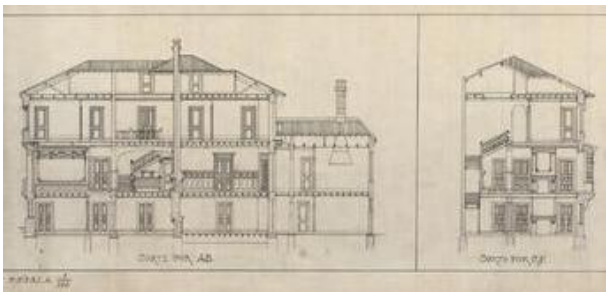


Fig. 24 | Cortes

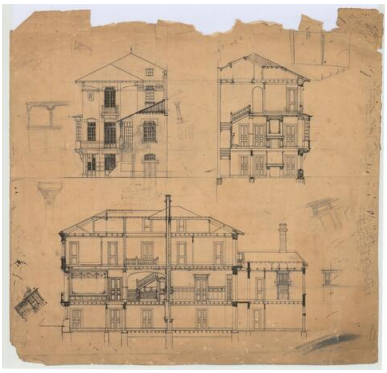


Fig. 25 | Alçado e cortes



Fig. 26 | Alçado.

- Casa João Baptista de Barros, 1920-1921

Estado da obra: construída, demolida

Localização: Porto, Rua da Constituição

Requerente: João Baptista de Barros

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Moradia projetada para João Baptista de Barros que retrata mais uma vez os elementos que Marques da Silva aplica. É construída uma habitação de três plantas onde o acesso principal é feito pelo segundo

nível através de escadas que unem o exterior e interior. O alçado principal demonstrar a simetria bem como a *bow-window* desenhada.

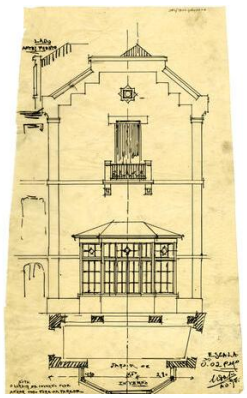


Fig. 27 | Pormenor do alçado e respetiva planta.

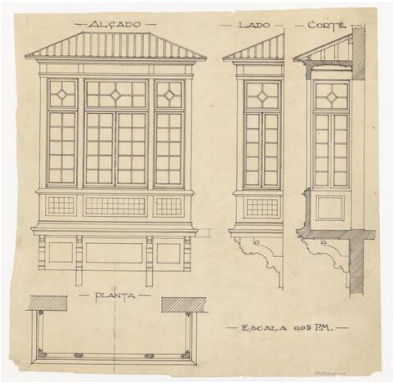


Fig. 28 | Alçado frontal, lateral, corte e respetiva planta de uma bow-window.



Fig. 29 | Fachada principal, lateral e posterior.

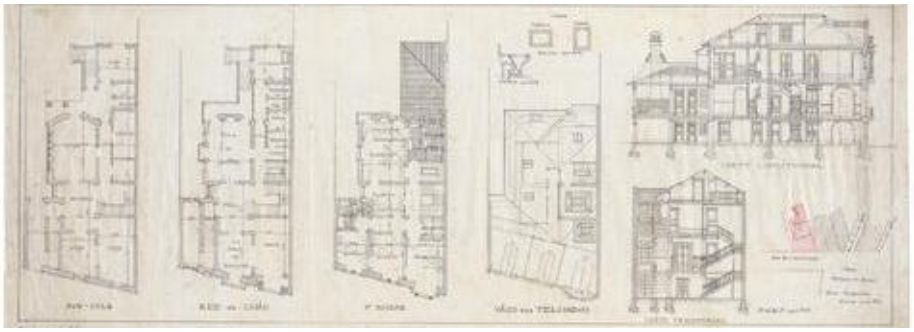


Fig. 30 | Plantas e cortes.

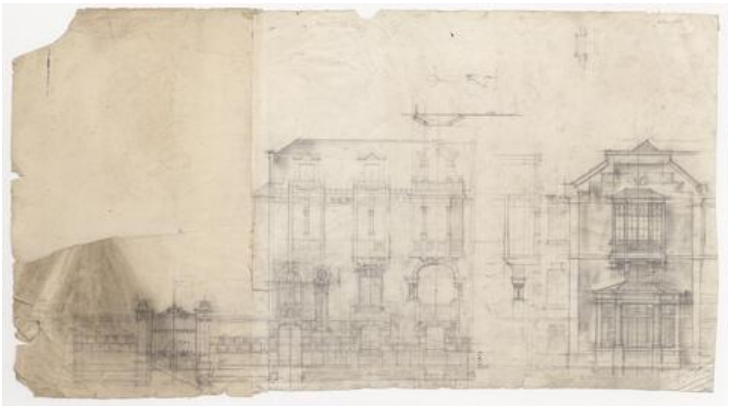


Fig. 31 | Alçado da rua da Constituição.



Fig. 32 | Fotografia da casa de João Baptista de Barros.

- Moradia Francisco Costa, 1921-1923

Estado da obra: construída

Localização: Guimarães

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Requerente: Francisco Assis Costa Guimarães

Habitação, da burguesia, construída no interior de uma quinta para Francisco Assis Costa Guimarães. O arquiteto articula vários corpos dando origem a um volume irregular.

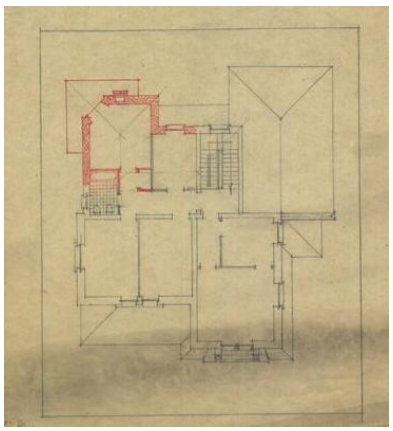


Fig. 34 | Planta.

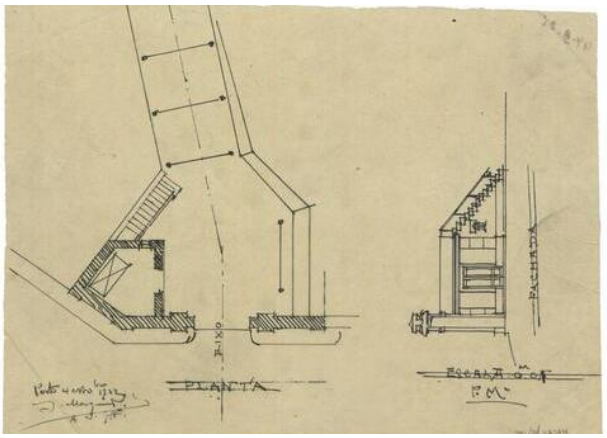


Fig. 35 | Planta e fachada.



Fig. 36 | Alçados.

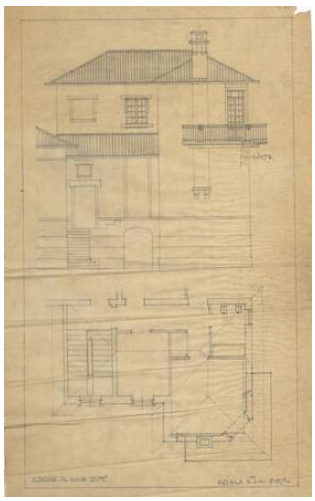


Fig. 37 | Planta e alçado.

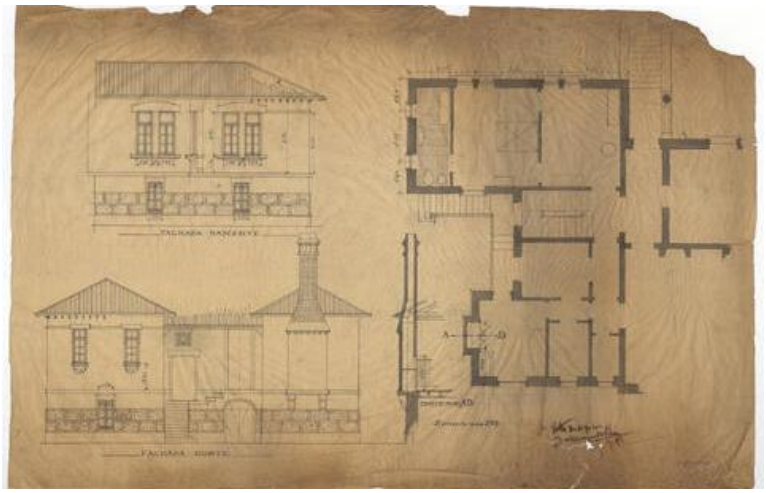


Fig. 38 | Fachada nascente, fachada norte e planta.

- Moradia Mariano Felgueiras, 1926

Estado da obra: não construída

Localização: Guimarães

Requerente: Mariano da Rocha Felgueiras

Tipo de construção: habitação unifamiliar

O arquiteto projetou uma habitação para Mariano Rocha, presidente da Câmara de Guimarães, no mesmo período da construção do novo Paços do Concelho. Após várias tentativas de adaptar o projeto ao limite de orçamento, este nunca chegou a ser construído.

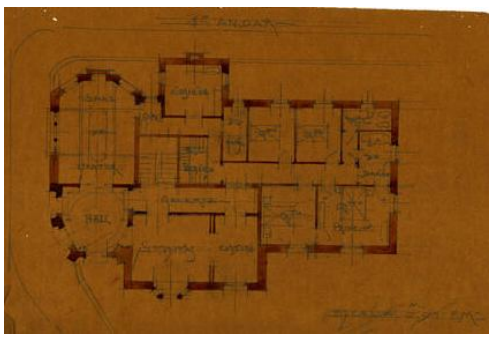


Fig. 39 | Planta do 1º andar.



Fig. 40 | Alçado principal.



Fig. 41 | Fachada posterior, lateral norte e corte transversal.



Fig. 42 | Fachada principal, fachada lateral sul e cote longitudinal.

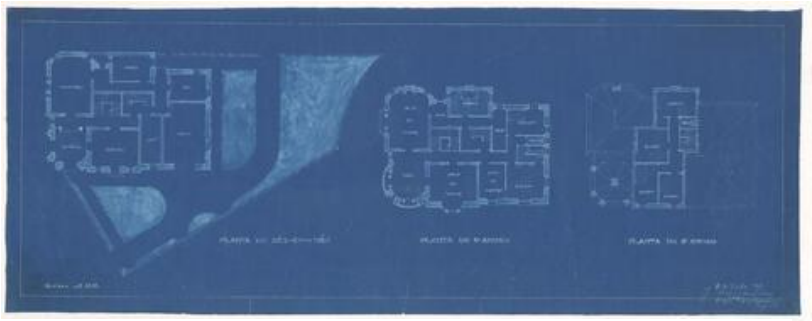


Fig. 43 | Planta do rés-do-chão, planta do 1º andar e planta do 2º andar.

Raul Lino

O arquiteto Raul Lino nasceu em Lisboa em 1879. Sendo filho de um abastado negociante de materiais de construção, proporcionou-lhe que realizasse os seus estudos no estrangeiro. Estudou em Inglaterra, em Windsor, durante 3 anos, e mudou-se para a Alemanha com o objetivo de estudar a língua e frequentar o curso de arquitetura. Estas curtas estadias permitiram que o arquiteto fosse influenciado pelos princípios de democratização e pela arquitetura doméstica do movimento Arts and Crafts (relacionado com os nomes de Jonh Ruskin e William Morris).

Durante esta fase, trabalhou também num atelier durante 2 anos, de Albrecht Haupt (realizou a sua tese de doutoramento sobre a arquitetura portuguesa renascentista, onde demonstrava ainda grande interesse), que lhe permitiu adquirir conhecimentos sobre a arquitetura alemã, desenvolvendo assim um lado romântico na sua arquitetura, ligado à sensibilidade musical e à paixão pela natureza. Regressou, de seguida, a Portugal, terminando o curso de Arquitetura (cujo diploma só lhe é entregue a 1926).

Paralelemente, surge a polémica da "Casa portuguesa", nos primeiros anos do século XX, onde o estilo nacional a adotar era indefinido. O estilo de uma arquitetura romântica e clássica já não se adaptava às necessidades de uma nova sociedade industrializada e era imperativo adotar um novo estilo ainda a ser descoberto.

Após regressar ao seu país, Lino ingressou numa grande viagem onde o objetivo era conhecer Portugal, através de esquissos e detalhes, proporcionando assim vários momentos de contacto com a natureza e com os diversos modelos do habitar português. Lino procurava uma arquitetura autêntica.

A 1900 participa no concurso da Exposição Universal em Paris, obtendo o segundo lugar, o que lhe impulsiona para o início de uma procura de uma arquitetura nacional.

O arquiteto traduz esta arquitetura nacionalista enraizada em 3 livros: A nossa Casa, 1918; A Casa Portuguesa, 1929 e Casas Portuguesas, 1933 (apresentam os paradigmas ideais de um habitar nacional[51]), onde o propósito fundamental, sendo esta uma tarefa para a vida inteira, seria ensinar aos leitores o gosto pela arquitetura.

Para além das características tradicionais obrigatórias numa habitação (alpendres, beirais, azulejos, cantarias e caiações), Lino visava também que os verdadeiros valores a incluir na arquitetura

[51] Ribeiro, Irene. "Raul Lino, um Pensador Nacionalista", p. 160

seriam:" hospitalidade, privacidade, intimidade, modéstia e simplicidade", uma vertente funcional e uma vertente de caráter funcional e histórica.

Catálogo de obras Raul Lino

- Habitação unifamiliar, 1902- 1904

  Estado da obra: -

  Localização: Coimbra

  Requerente: -

  Tipo de construção: habitação unifamiliar

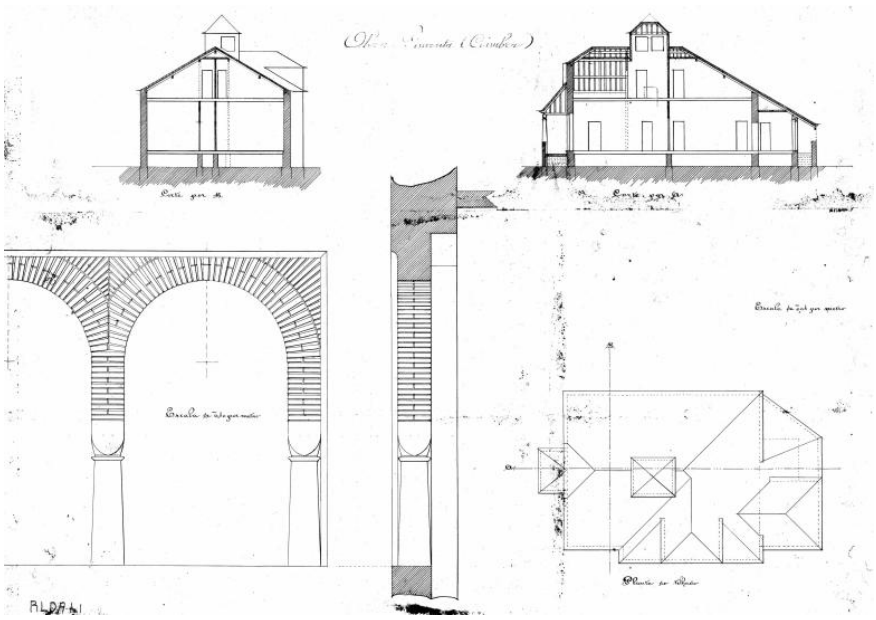


Fig. 44 | Corte transversal da habitação.



Fig. 45 | Alçados da habitação.

- Habitação unifamiliar, 1902-1906

  Estado da obra: demolida

  Localização: Lisboa

  Requerente: Carlos Ferreira

  Tipo de construção: habitação unifamiliar

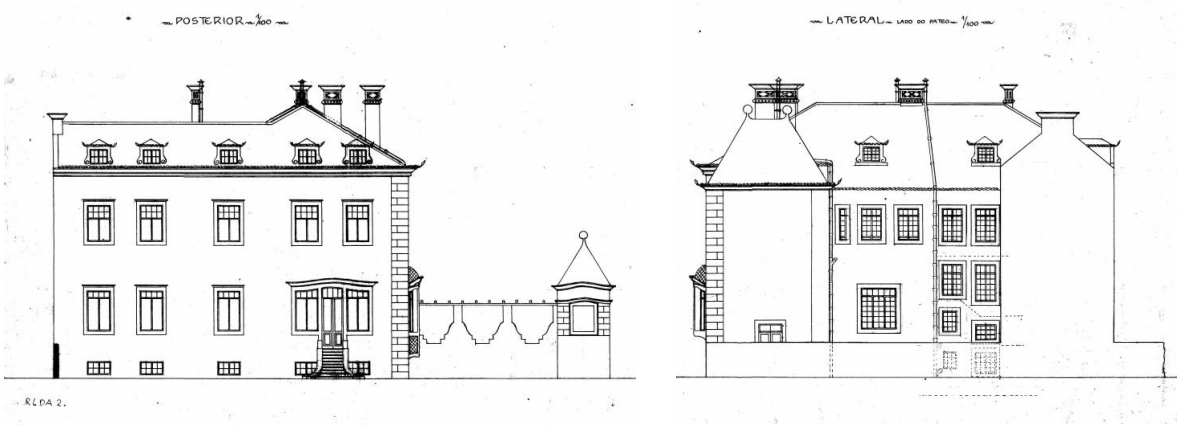


Fig. 46 | Alçados da habitação.

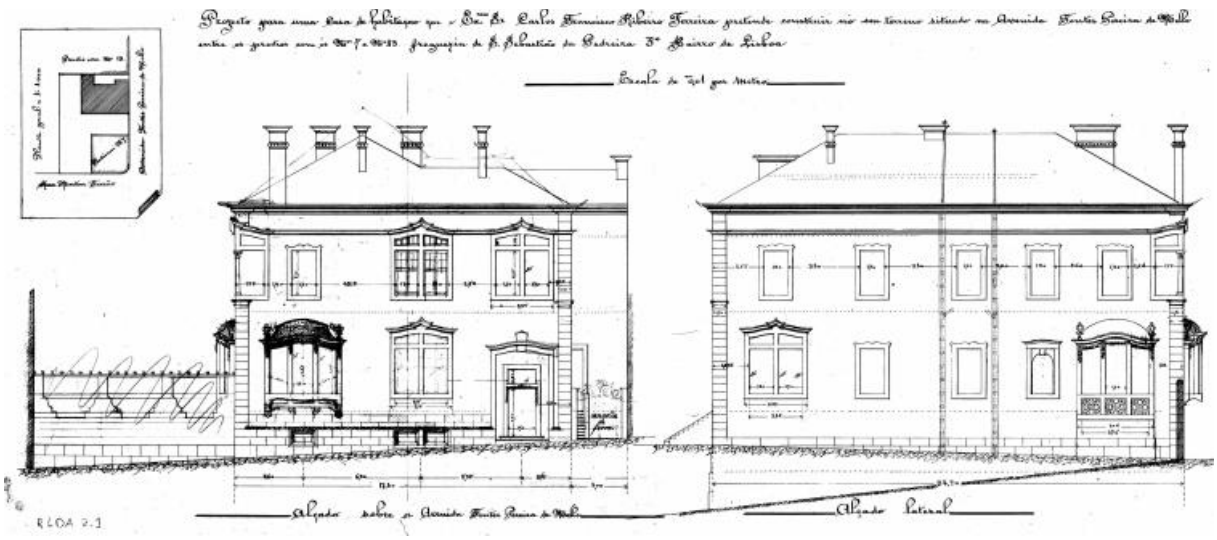


Fig. 47 | Alçados da habitação.

- Casa unifamiliar na Cruz de Pedra, 1903

  Estado da obra: -

  Localização: Cruz de Pedra

  Requerente: Jorge Sousa

  Tipo de construção: habitação unifamiliar

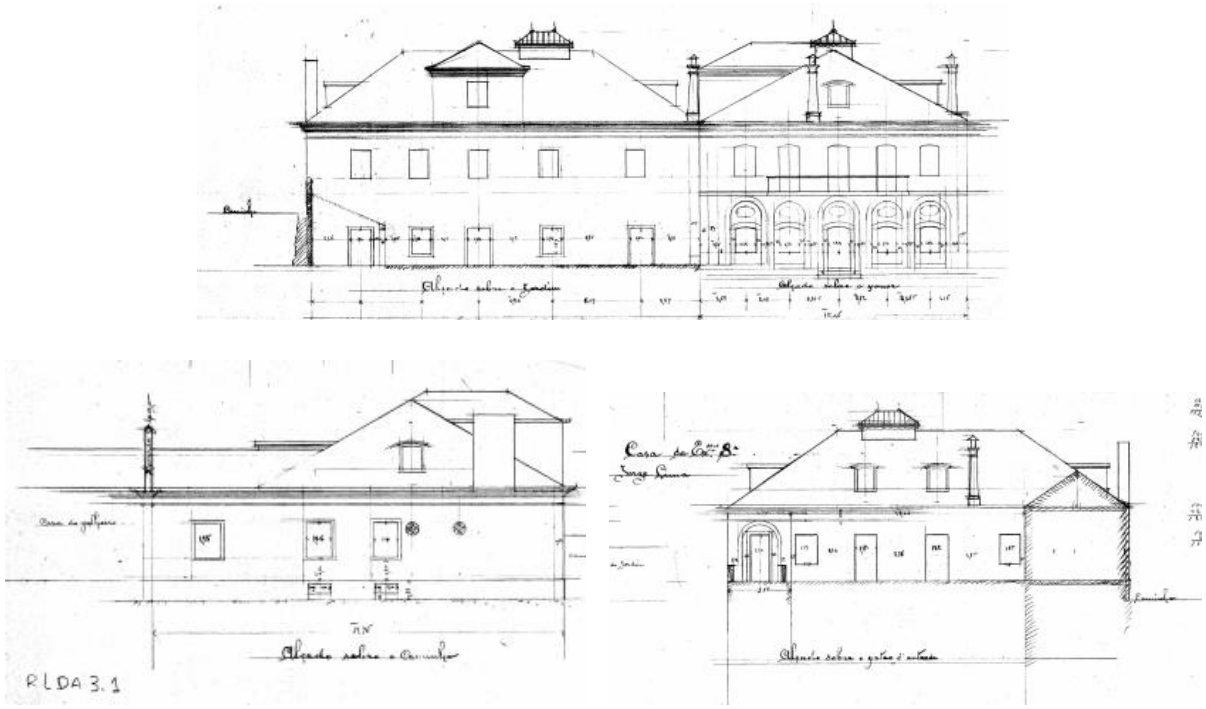


Fig. 48 | Alçados da habitação com marcação de medidas.

- Habitação unifamiliar, 1904 a 1905

  Estado da obra: -

  Localização: Estoril

  Requerente: -

  Tipo de construção: habitação unifamiliar



Fig. 49 | Alçados da habitação.



Fig. 50 | Alçados da habitação.

- Casa unifamiliar, 1909

  Estado da obra: -

  Localização: -

  Requerente: -

  Tipo de construção: habitação unifamiliar



Fig. 51 | Alçado da habitação.

- Habitação unifamiliar 1914, Alentejo

  Estado da obra: demolida

  Localização: -

  Requerente: -

  Tipo de construção: habitação unifamiliar



Fig. 52 | Alçados e corte da habitação e detalhe da coluna.

- Habitação unifamiliar, 1915

  Estado da obra: -

  Localização: Lisboa

  Requerente: -

  Tipo de construção: habitação unifamiliar

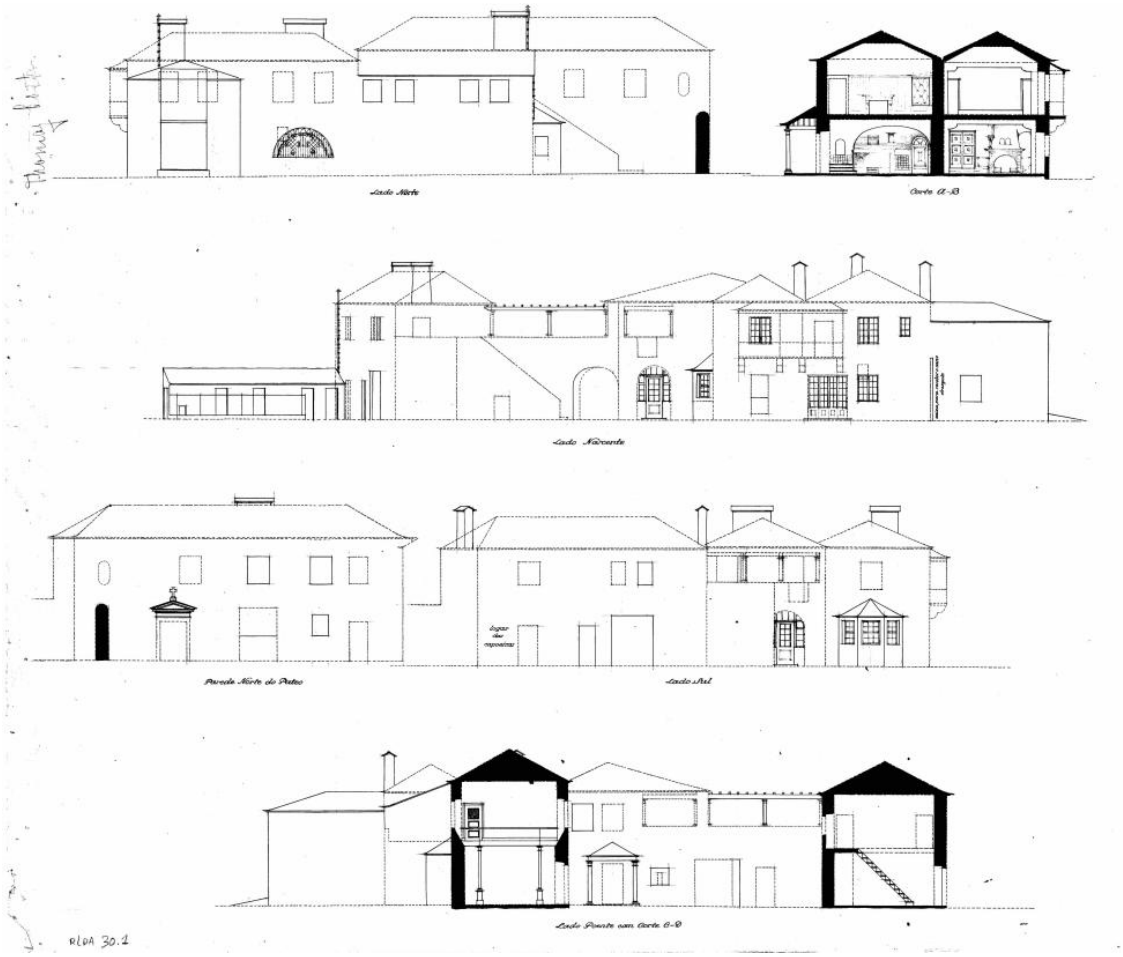


Fig. 53 | Alçados e corte da habitação.

- Habitação unifamiliar, 1917

  Estado da obra: -

  Localização: Lisboa

  Requerente: -

  Tipo de construção: habitação unifamiliar

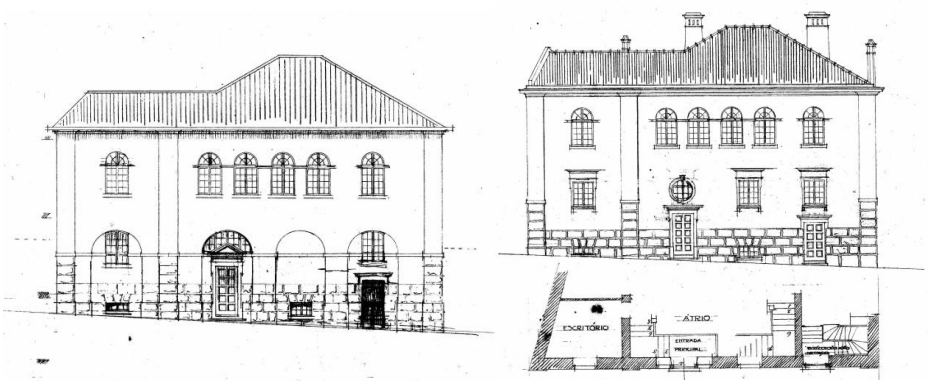


Fig. 54 | Alçados da habitação.

- Habitação unifamiliar, 1917

  Estado da obra: -

  Localização: Cascais

  Requerente: -

  Tipo de construção: habitação unifamiliar



Fig. 55 | Alçados, plantas e corte da habitação.

- Habitação unifamiliar, 1918

  Estado da obra: -

  Localização: Monte Estoril

  Requerente: -

  Tipo de construção: habitação unifamiliar



Fig. 56 | Alçados da habitação.

- Habitação unifamiliar, 1919

  Estado da obra: -

  Localização: Belas, Sintra

  Requerente: -

  Tipo de construção: habitação unifamiliar

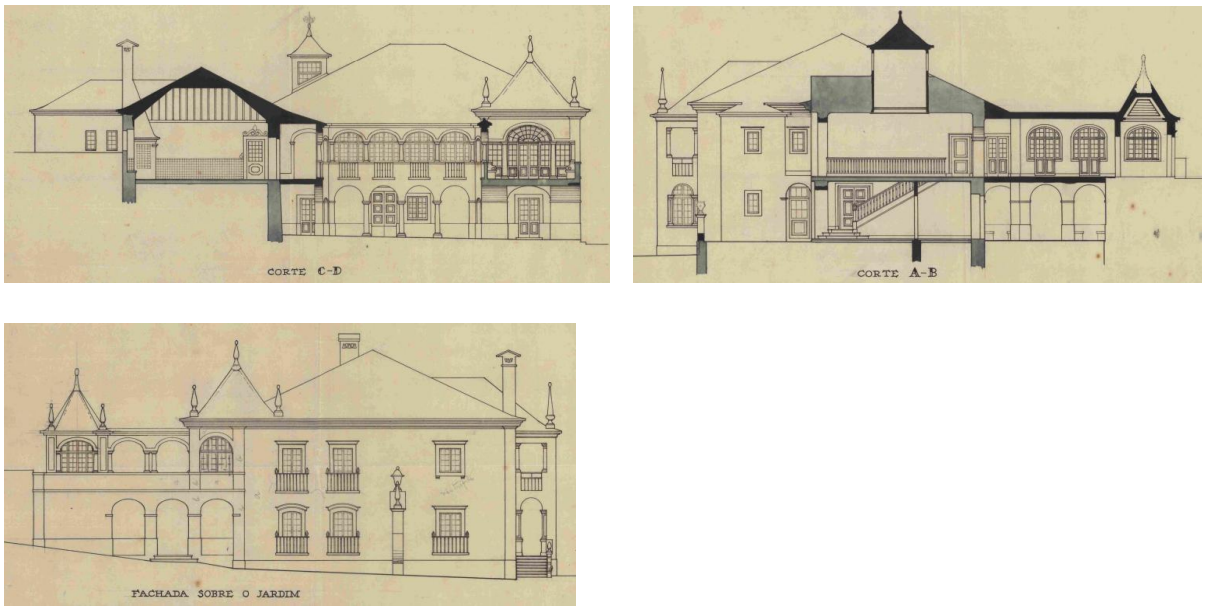


Fig. 57 | Alçado e cortes da habitação.

- Habitação unifamiliar, 1919-1920

  Estado da obra: -

  Localização: Estoril

  Requerente: -

  Tipo de construção: habitação unifamiliar



Fig. 58 | Alçado da habitação.

- Habitação unifamiliar, 1919-1920

  Estado da obra: -

  Localização: Sintra

  Requerente: -

  Tipo de construção: habitação unifamiliar

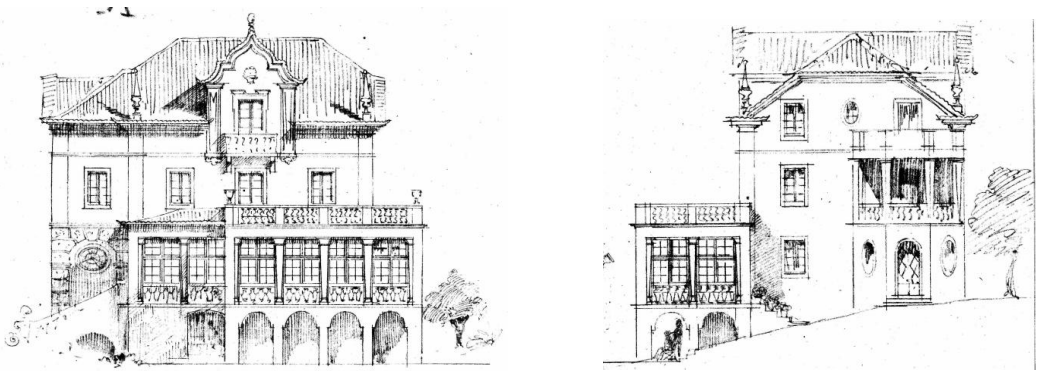


Fig. 59 | Alçados da habitação.

- Habitação unifamiliar, 1921

  Estado da obra: -

  Localização: Covilhã

  Requerente: António Vaz de Macedo

  Tipo de construção: habitação unifamiliar

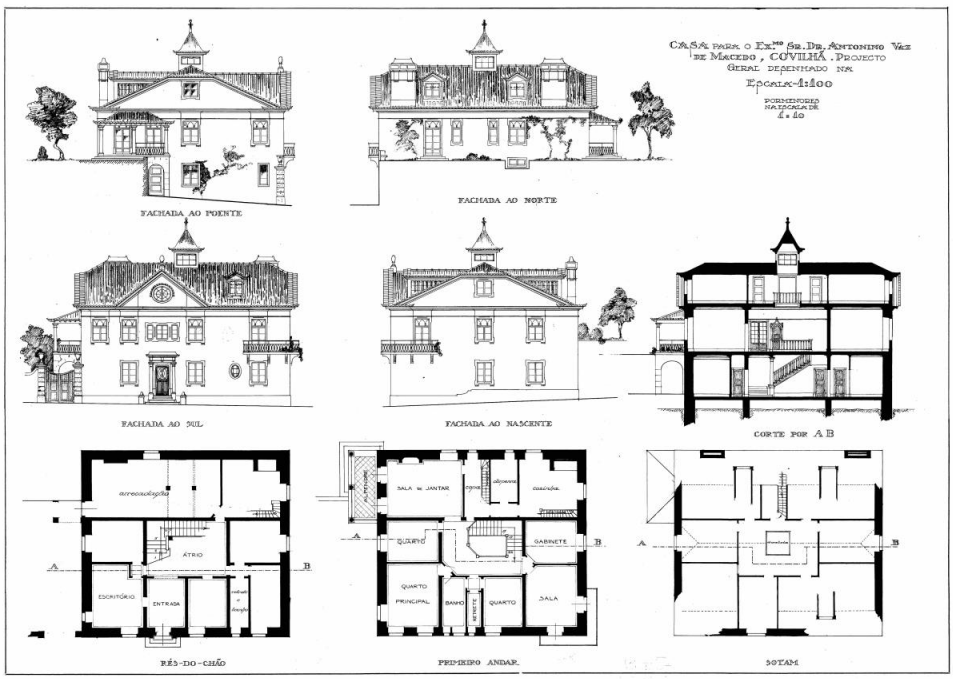


Fig. 60 | Alçados, corte e plantas da habitação.

- Habitação unifamiliar, 1921

  Estado da obra: -

  Localização: Mangualde

  Requerente: Cesar de Sousa Mendes

  Tipo de construção: habitação unifamiliar



Fig. 61 | Alçados da habitação.

- Habitação unifamiliar, 1922

  Estado da obra: -

  Localização: Lages Coimbra,

  Requerente: António Morães Pinto

  Tipo de construção: habitação unifamiliar

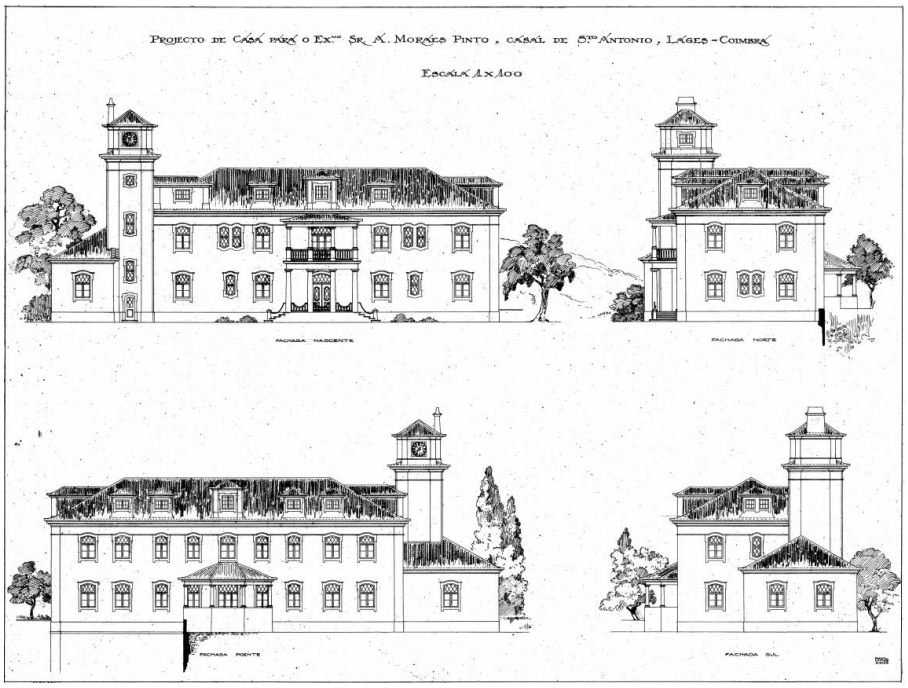


Fig. 62 | Alçados da habitação.

- Casa Monsalvat, Monte Estoril, 1901

Estado da obra: construída

Localização: Monte Estoril, Cascais

Requerente: Alexandre Rey Colaço

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Primeira obra do grupo das Casas Marroquinas de Raul Lino. Projetada para o pianista Alexandre Rey Colaço, paixão que arquiteto também demonstrava[52]. É considerada uma das típicas "casas marroquinas" que Raul Lino projetou com planta irregular, priorizando as necessidades dos proprietários. O volume é composto por três corpos retangulares e um octogonal e contém detalhes tanto de azulejo como de tijolo que une o interior ao exterior da habitação.

[52] Fernandes, Raquel, "A casa de Santa Maria em Cascais: especificidades de um património arquitectónico e artístico", p.63









Fig. 63 | Imagens fotográficas e ilustrações da habitação.

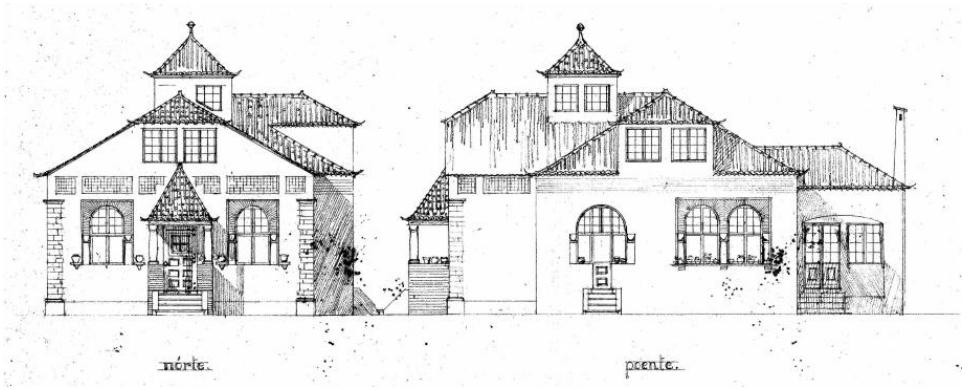


Fig. 64 | Alçados da habitação.

- Casa de Santa Maria (O'Neill), Cascais, 1902

Estado da obra: construída

Localização: Santa Maria, Cascais

Requerente: Jorge O'Neill

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Casa de Santa Maria constitui o grupo das Casas Marroquinas de Raul Lino, sendo a segunda a ser projetada. Casa projetada pelo arquiteto Raul Lino para um aristocrata de irlandês para presentear a sua filha. Esta obra destaca-se na paisagem de Cascais unindo-a com a costa existente. Destaca-se pelo seu aspeto exterior com os seus azulejos e tijolo cru, recordando a arquitetura praticada no sul do país, bem como a necessidade de cor. O arquiteto nas suas obas relaciona o exterior com o interior dando continuidade aos materiais.

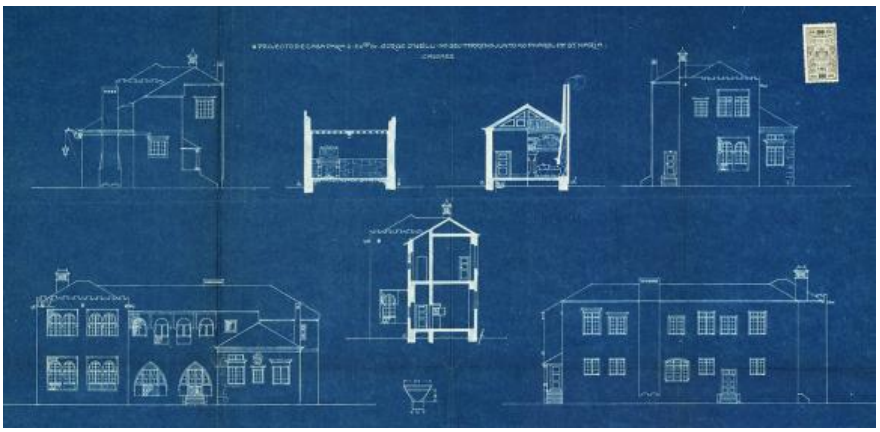


Fig. 65 | Alçados e cortes da habitação.

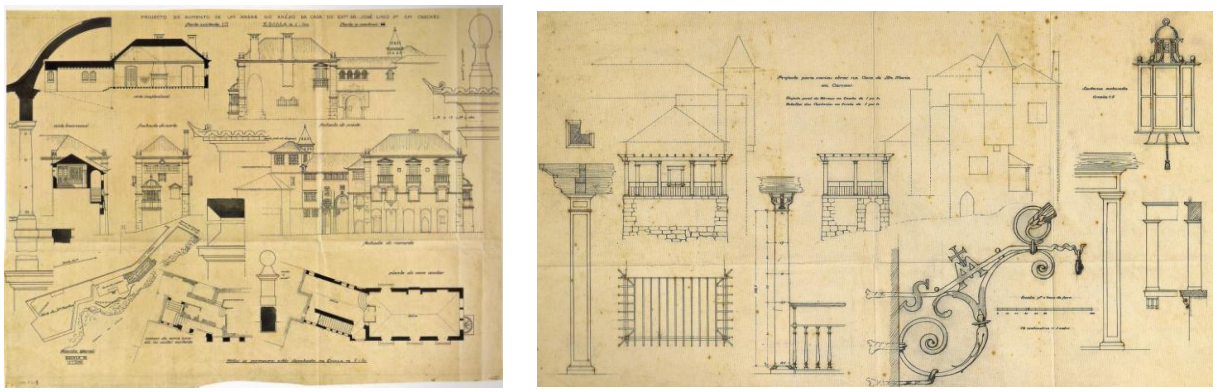


Fig. 66 | Detalhes construtivos da habitação.

- Casa J.L. Silva Gomes, Monte Estoril, 1902

Estado da obra: construída

Localização: Monte Estoril, Cascais

Requerente: José Lourenço da Silva Gomes e a sua esposa Maria do Rosário Gomes

Tipo de construção: habitação unifamiliar

A casa de Silva Gomes é mais um dos projetos de Raul Lino do grupo das Casas Marroquinas. Obra desenhada para o local onde se insere, com caráter mais urbano. É uma habitação de dimensões reduzidas, com vãos de aberturas pequenas, em arcos de ferradura, elemento que se destaca nos seus alçados, elemento de influência marroquina. O arquiteto utiliza, como nas suas outras obras, materiais como o tijolo cru e os azulejos. A relação entre espaço interior e exterior era importante para o arquiteto através dos jogos de luz e de sombra, criação de espaços ou de circulação.[53]



Fig. 67 | Fotografias da habitação.

- Casa Carlos F. Ribeiro Ferreira, Lisboa, 1902

Estado da obra: demolida (1970)

Localização: Lisboa

Requerente: Carlos F. Ribeiro Ferreira

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Primeiro projeto de Raul Lino para a cidade de Lisboa. Incorporou na obra elementos arquitetónicos com influência mourisca bem como a planta tradicional, com conceitos da "Casa Portuguesa"

[53] Fernandes, Raquel, "A casa de Santa Maria em Cascais: especificidades de um património arquitectónico e artístico", p.65



Fig. 68 | Fotografia da habitação.

- Casa da Quinta da Comenda, Setúbal, 1903

Estado da obra: construída

Localização: Setúbal, junto ao rio Sado

Requerente: Abel Henri Georges Armand

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Edifício, de arquitetura balnear, com enquadramento paisagístico na Serra da Arrábida, projetada para um conde francês que desejava um refúgio. Possui cinco plantas, com grandes varandas voltadas para o rio. Surgiu de uma antiga construção, um forte, à qual Raul Lino se sobrepõe com uma arquitetura que relacionasse a paisagem com o clima, região e uma arquitetura nobre.





Fig. 69 | Fotografias da habitação.

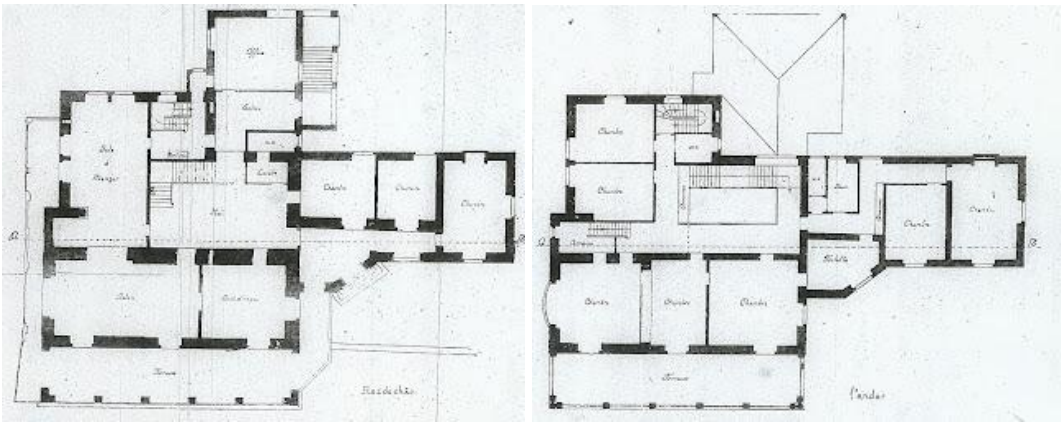


Fig. 70 | Plantas da habitação.

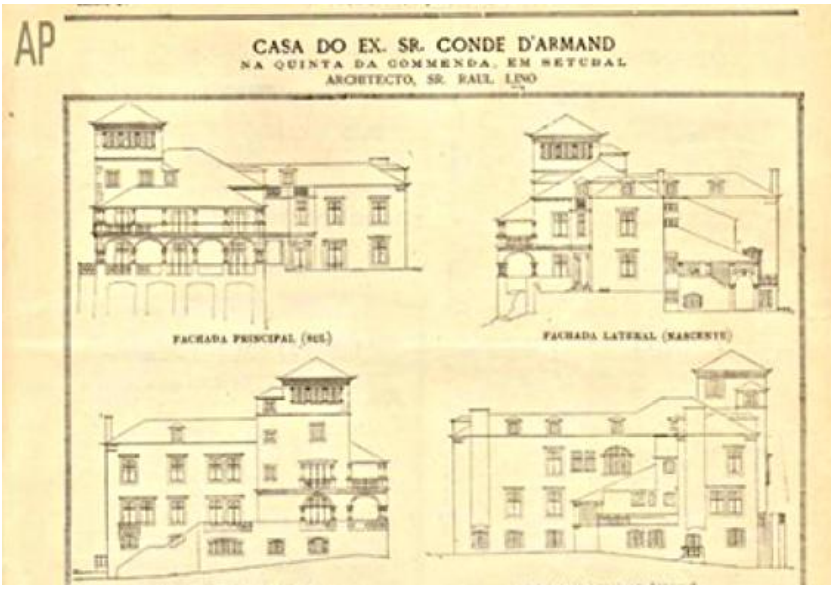


Fig. 71 | Fotografias da habitação.

- Casa Jaime Batalha Reis, Monte Estoril, 1904

Estado da obra: construída

Localização: Monte Estoril, Cascais

Requerente: Jaime Batalha Reis

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Mais um projeto construído para o Monte Estoril no seculo XX.

- Casa dos Patudos, Alpiarça, 1904

Estado da obra: construída

Localização: Alpiarça, Santarém

Requerente: José Relvas

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Construção com tipologia da "Casa à Portuguesa", desenhada para um colecionador de arte. Insere-se numa quinta da família Relvas com uma planta longitudinal, articulando dois corpos, adaptada ao terreno e à orientação solar. O arquiteto faz uso, uma vez mais, dos azulejos tradicionais e projeta varandas amplas e uma loggia.



Fig. 72 | Fotografias da habitação.

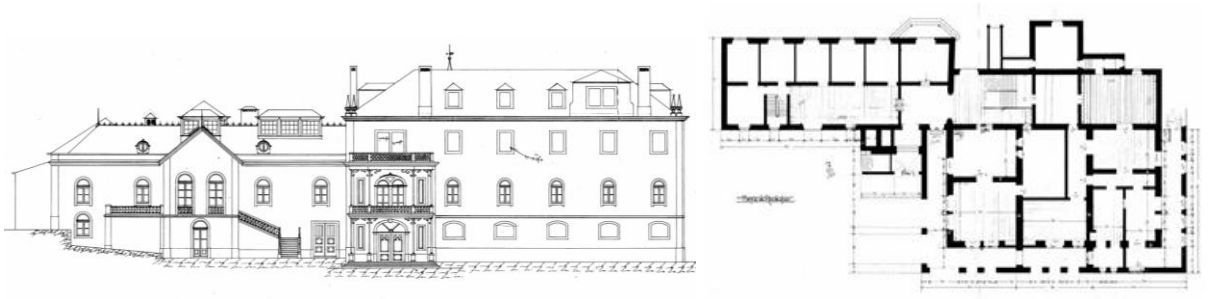


Fig. 73 | Fotografias da habitação.

- Casal de São Roque, Estoril, 1907

Estado da obra: construída

Localização: Estoril, Cascais

Requerente: Carlos Francisco Ribeiro Ferreira

Tipo de construção: habitação unifamiliar

O projeto surge sobre as ruínas de um antigo forte do século XVII, com dimensões pequenas. Destaca-se pelos seus dois corpos, um demarcado pelos seus vãos e outro com o torreão. Mais uma vez, Raul Lino integra a arquitetura na paisagem envolvente, com uma casa simples balnear.

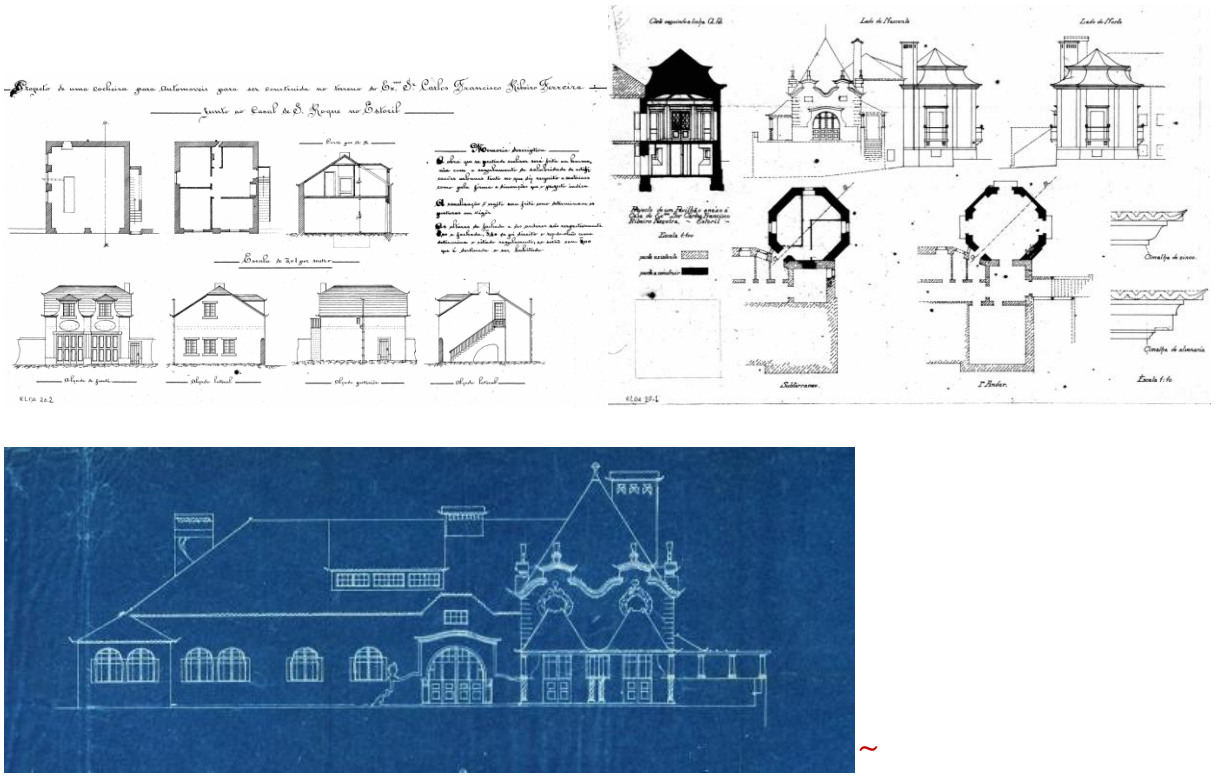


Fig. 74 | Alçado principal, cortes e detalhes da habitação.



Fig. 75 | Fachada sul.

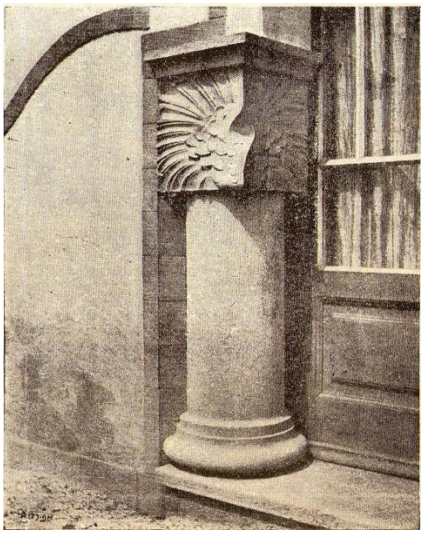


Fig. 76 | Detalhe de moldura de uma porta.

- Casa do Cipreste, S. Pedro de Sintra, 1914

Estado da obra: construída

Localização: São Pedro de Sintra, Sintra

Requerente: Raul Lino

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Obra projetada para o próprio arquiteto que recolhe o máximo das teorias da "Casa Portuguesa". A organização dos espaços é realizada de uma forma orgânica e racional, partindo do vestíbulo. O programa de espaços está dividido entre norte, ocidente e sudoeste, do espaço dos serviços ao espaço social e a zona de maior privacidade a sul. Raul Lino envolve este projeto com a sua envolvente e os elementos arquitetónicos que inclui.

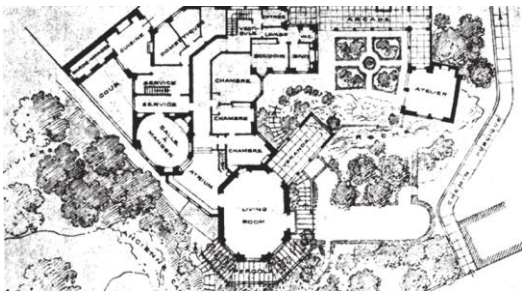




Fig. 77 | Planta e fotografia da habitação.

- Casa Elisa Vaz, Lisboa, 1914

Estado da obra: construída

Localização: Lisboa

Requerente: Elisa Vaz

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Projetada num terreno de gaveto na avenida da República, despojada de ornamentação as suas fachadas, característica incomum nas obras do arquiteto, inconsistente com a típica "Casa Portuguesa". As suas fachadas, simétricas, apresentam uma marcação rítmica nos seus vãos, marcando a fase experimental do arquiteto.

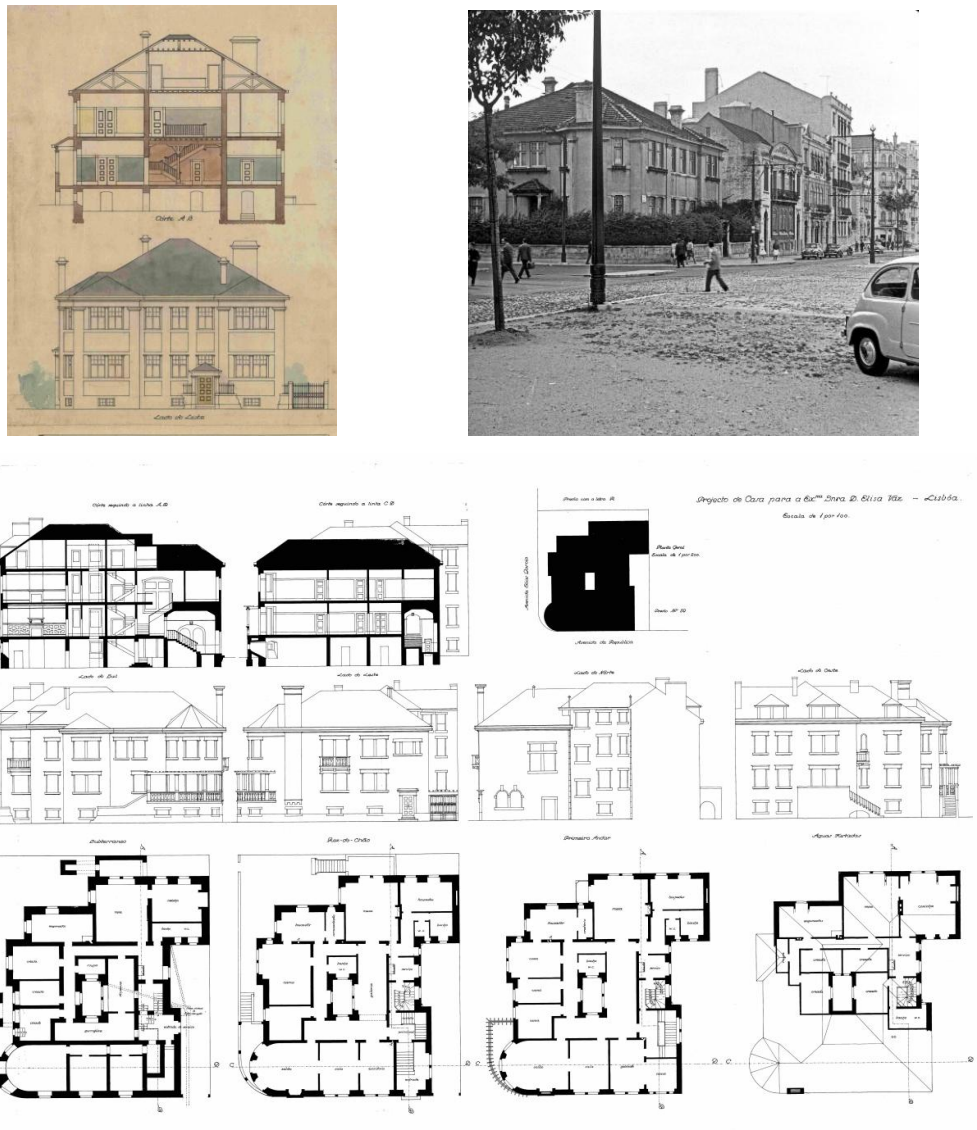


Fig. 78 | Fotografia da habitação, plantas, cortes e alçados.

- Casa Victor Schalk, Monte Estoril, 1919

Estado da obra: construída

Localização: Monte Estoril, Cascais

Requerente: Victor Schalk

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Organizada em duas plantas com paisagem sobre a Baia de Cascais e o rio Tejo. A sua orientação solar mantém-se relativamente aos ideais de "Casa Portuguesa" de Raul Lino. Os seus alçados, despojados de azulejos[54], destacam-se pela aplicação de ladrilhos nos vãos, apresentando uma forma radial.



Fig. 79 | Alçados da habitação.

[54] Fernandes, Raquel. A casa de Santa Maria em Cascais: especificidades de um património arquitectónico e artístico, p.71



Fig. 80 | Fotografias da habitação.

- Casa dos Penedos, Sintra, 1922

Estado da obra: construída

Localização: Sintra

Requerente: Carlos Machado Ribeiro Ferreira

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Obra situada na encosta voltada a norte da Serra de Sintra, num terreno acidentado e com penedos naturais, sendo o grande foco de Raul Lino, encorpar estes elementos naturais com a arquitetura, como pate da estrutura. Destaca-se pela sua relação entre volumes, partindo do eixo central, os vãos, realçados através da cantaria e pela diversificação de formatos para as coberturas.

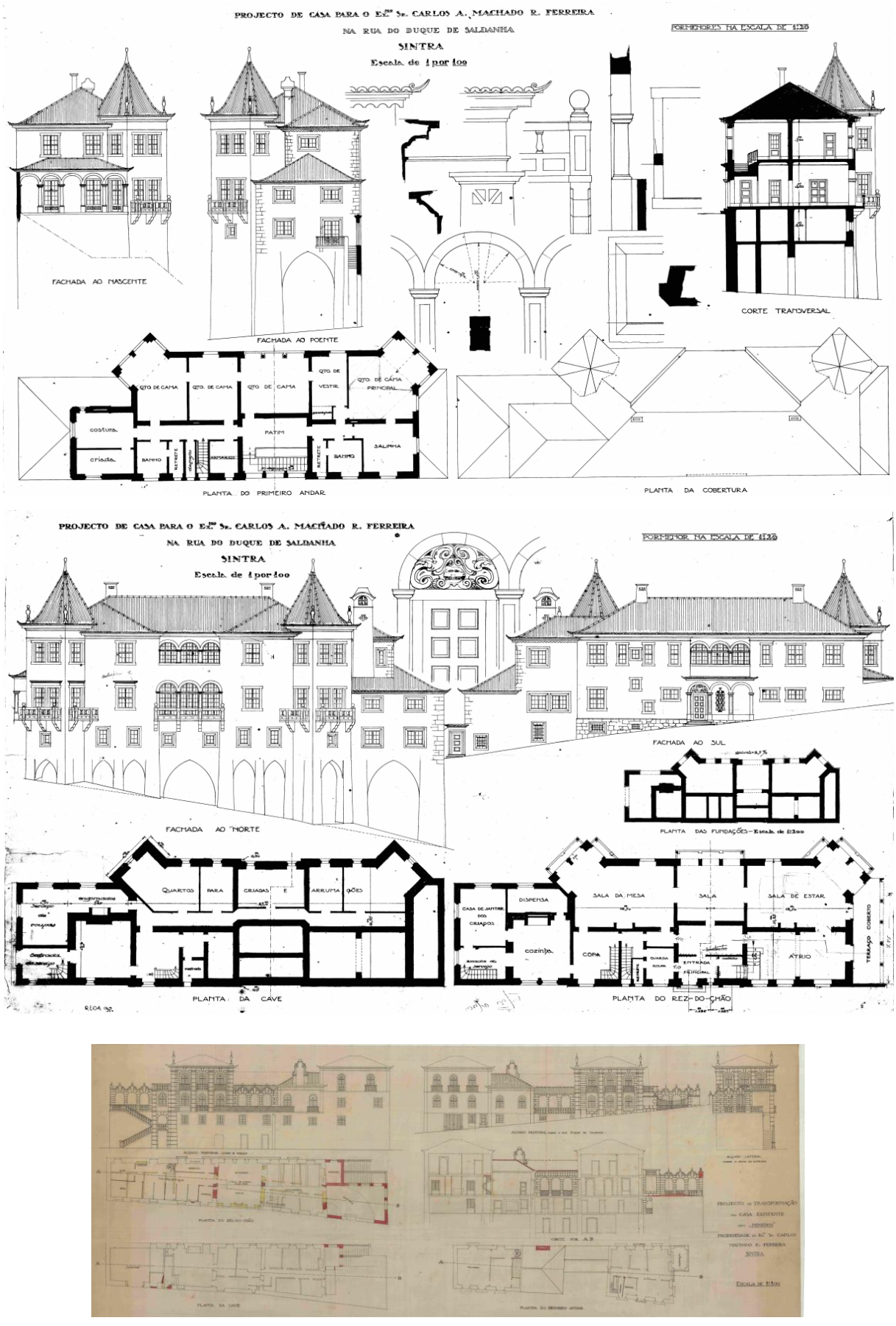


Fig. 81 | Plantas, cortes e alçados da habitação.

- Casa Branca, Azenhas do Mar, 1922

Estado da obra: construída

Localização: Azenhas do Mar, Sintra

Requerente: Raul Lino

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Raul Lino concebeu esta casa de férias para descanso. Desenhada para o alto da escarpa e situada a 20 metros do mar, relaciona, uma vez mais, a arquitetura com a paisagem e o clima. Este projeto de pequenas dimensões explora a simplicidade, as formas, cores e materiais.[55]



Fig. 82 | Fotografias e plantas da habitação.

- Casa António Sérgio, Lisboa, 1922

Estado da obra: construída

Localização: Lisboa

Requerente: António Sérgio

Tipo de construção: habitação unifamiliar

Edifício de planta quadrada, linhas simples e volumetria cúbica. Representa uma arquitetura mais simples de Raul Lino, mais simétrica e despojada de ornamentação.

[55] Fernandes, Raquel, "A casa de Santa Maria em Cascais: especificidades de um património arquitectónico e artístico", pp.72-73



Fig. 83 | Fotografias da habitação.

Ricardo Severo

Ricardo Severo da Fonseca Costa nasceu em Lisboa a 1869, formou-se na Academia Politécnica do Porto e tornou-se Engenheiro Civil de Obras Públicas e, de seguida, Engenheiro Civil de Minas. O seu período de ensino foi fundamental para o desenvolvimento dos seus ideais, despertando, mais tarde, interesse pela ciência e política.[56]

Foi obrigado a exilar-se no Brasil, onde permaneceu durante alguns anos e, durante esse período, conheceu a sua mulher, Francisca Dumont, filha do "rei do café do Brasil"[57]. Após o seu casamento, retornou a Portugal com um novo trabalho, que lhe permitiu conhecer a cultura portuguesa e a valorizá-la, incluindo a cultura arquitetónica, possibilitando a construção da sua própria casa.

[56] Backheuser, Luiz. A casa do Arqueólogo, Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo, p. 38

[57] Ibidem. p. 44

Índice de figuras

Fig1. – Planta de Guimarães séc. XVII – Planta de Guimarães desenhada por Mário Cardoso (arqueólogo do séc. XX).

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig2. – Planta da Cidade de Guimarães séc XVIII.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig3. – Plano de extensão da cidade de Guimarães, do Capitão Luís de Pina.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig4. – Alçado principal da proposta de Marques da Silva para os Paços de Concelho.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig5. – Implantação dos Paços do Concelho e desenho da Praça Municipal.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig6. – Desenho do Paços do Concelho.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig7. – Paços do Concelho no momento da suspensão de obras.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig8. – Paços do Concelho no momento da suspensão de obras.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig9. – Imagens captadas no momento da suspensão da construção dos Paços do Concelho.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig10. – Imagens captadas no momento da suspensão da construção dos Paços do Concelho.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig. 11 – Plantas originais referentes ao piso da cave, cota 193.6, e ao piso do rés do chão, cota 196.4.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig12. – Plantas originais referentes ao piso do primeiro andar, cota 199.8, piso da torre, cota 203.8, e planta de localização.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig13. – Plantas originais referentes ao piso do primeiro andar, cota 199.8, piso da torre, cota 203.8, e planta de localização.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig14. – Plantas originais referentes ao piso do primeiro andar, cota 199.8, piso da torre, cota 203.8, e planta de localização.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig15. – Representação do alçado principal e alçado lateral direito.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig16. – Representação do alçado lateral esquerdo e alçado posterior.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig17. – Cortes, planta de localização e detalhes construtivos.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig18. – Cortes, planta de localização e detalhes construtivos.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig19. – Representação do alçado principal com muro e gradeamento.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig20. – Planta de Guimarães do século XX com projeção dos novos Paços do Concelho de Marques da Silva.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig21. – Praça do Pópulo em Roma.

Fonte: https://arsartisticadventureofmankind.wordpress.com/tag/piazza-del-popolo/

Fig22. – Praça do Pópulo em Roma.

Fonte: https://arsartisticadventureofmankind.wordpress.com/tag/piazza-del-popolo/

Fig23. – Ampliação da figura 31.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig24. – Tanque e alçado do novo anexo.

Fonte: Autoria própria.

Fig25. – Tanque pertencente ao novo anexo.

Fonte: Autoria própria.

Fig26. – Alçado frontal do anexo lateral.

Fonte: Autoria própria.

Fig27. – Muro lateral, tanque e alçado do anexo.

Fonte: Autoria própria.

Fig28. – Alçado frontal do anexo.

Fonte: Autoria própria.

Fig29. – Alçado frontal do anexo.

Fonte: Autoria própria.

Fig30. – Alçado frontal do anexo.

Fonte: Autoria própria.

Fig31. – Alçado frontal do anexo.

Fonte: Autoria própria.

Fig32. – Planta de implantação.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig33. – Alçado lateral direito.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig34. – Alçado posterior.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig35. – Vão do Alçado Posterior do nível da cave.

Fonte: Autoria própria.

Fig36. – Vão e parede do alçado posterior, do nível da cave.

Fonte: Autoria própria.

Fig37. – Vão circular e banco representados no alçado lateral direito, referente ao nível da cave.

Fonte: Autoria própria.

Fig38. – Alçado frontal.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig. 39 - Alçado frontal atualmente.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 40 – Escadaria e alpendre atualmente.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 41 – Vãos exteriores do alçado sul.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 42 – Ligação ente novo anexo e alçado sul.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 43 – Vão exterior do alçado sul.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 44 – Alçado lateral direito.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig. 45 – Representação do alçado sul e este.

Fonte: Autoria própria.

Fig46. – Alçado sul do alçado da habitação e do novo anexo.

Fonte: Autoria própria.

Fig47. – Alçado lateral esquerdo.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig48. – Torre do alçado norte.

Fonte: Autoria própria.

Fig49. – *Bow-window* do alçado norte.

Fonte: Autoria própria.

Fig50. – *Bow-window* do alçado norte.

Fonte: Autoria própria.

Fig51. – Alçado norte.

Fonte: Autoria própria.

Fig52. – Alçado norte.

Fonte: Autoria própria.

Fig53. – Alçado posterior.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig. 54 – Representação do terraço e torre do alçado este.

Fonte: Autoria própria.

Fig55. – Alçado este.

Fonte: Autoria própria.

Fig56. – Alçado este do caso de estudo.

Fonte: Autoria própria.

Fig57. – Fachada este do anexo construído posteriormente.

Fonte: Autoria própria.

Fig58. – Fachada sul do caso de estudo e do anexo.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 59 – Vãos do alçado sul do caso de estudo e alçado oeste do anexo construído posteriormente.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 60 – Alçado este e sul do caso de estudo.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 61 – Alçado sul do anexo em L.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 62 – Alçado sul do anexo em L.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 63 – Alçado sul do anexo em L.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 64 – Alçado sul do anexo em L.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 65 – Alçado sul do anexo em L.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 66 – Imagem de ortofotomapa de Guimarães.

Fonte: Google Maps - Guimarães.

Fig. 67 – Imagens do anexo pequeno.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 68 – Imagens do anexo pequeno.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 69 – Imagens do anexo pequeno.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 70 – Habitação de José Moreira da Silva.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig. 71 – Moradia de Marques da Silva.

Fonte: Fundação Marques da Silva.

Fig. 72 – Planta do subsolo, rés do chão, 1º andar e 2º andar da habitação de Ramos Pinto.

Fonte: Fundação Marques da Silva.

Fig. 73 – Moradia unifamiliar (1917) de Raúl Lino.

Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian – Espólio de Arquitetura de Raúl Lino.

Fig. 74 – Alçado Sul do caso de estudo.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig. 75 – Planta da moradia unifamiliar (1917) de Raúl Lino.

Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian – Espólio de Arquitetura de Raúl Lino.

Fig. 76 – Alçado da habitação unifamiliar no Monte Estoril.

Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian – Espólio de Arquitetura de Raúl Lino.

Fig. 77 – Alçado frontal do caso de estudo.

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fig. 78 – Planta de localização e de pisos da casa Ricardo Severo.

Fonte: https://tnews.pt/ha-historia-no-palacete-severo-hotel-por-jorge-mangorrinha/

Fig. 79 – Alçados do edifício de Ricardo Severo.

Fonte: https://tnews.pt/ha-historia-no-palacete-severo-hotel-por-jorge-mangorrinha/

Fig. 80 – Alçado lateral antes do restauro.

Fonte: https://tnews.pt/ha-historia-no-palacete-severo-hotel-por-jorge-mangorrinha/

Fig. 81 – Alçado frontal antes do restauro.

Fonte: https://tnews.pt/ha-historia-no-palacete-severo-hotel-por-jorge-mangorrinha/

Fig. 82 – Pátio central antes da reabilitação.

Fonte: https://tnews.pt/ha-historia-no-palacete-severo-hotel-por-jorge-mangorrinha/

Fig. 83 – Alçado frontal após a reabilitação.

Fonte: https://tnews.pt/ha-historia-no-palacete-severo-hotel-por-jorge-mangorrinha/

Fig. 84 – Desenho da fachada principal.

Fonte: https://portoantigo.wordpress.com/2013/01/01/a-casa-de-ricardo-severo/

Fig. 85 – Registo fotográfico do século XX.

Fonte: https://portoantigo.wordpress.com/2013/01/01/a-casa-de-ricardo-severo/

Fig. 86 – Alçado este da habitação de Guimarães.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 87 – Alçado oeste da habitação de Guimarães.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 88 – Alçado sul do caso de estudo.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 89 – Elementos arquitetónicos representativos do alçado frontal como os arcos de volta perfeita, escadaria, *loggia* e alpendre.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 90 – Representação da torre na fachada norte.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 91 – Destaque da *bow-window* no alçado norte.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 92 – Registo fotográfico da casa de Severo.

Fonte: https://portoantigo.wordpress.com/2013/01/01/a-casa-de-ricardo-severo/

Fig. 93 – Fotografia da fachada lateral com destaque nos vãos e escadaria.

Fonte: https://portoantigo.wordpress.com/2013/01/01/a-casa-de-ricardo-severo/

Fig. 94 – Fotografia de dois alçados da habitação no Porto.

Fonte: https://portoantigo.wordpress.com/2013/01/01/a-casa-de-ricardo-severo/

Fig. 95 – Detalhe da escadaria.

Fonte: https://portoantigo.wordpress.com/2013/01/01/a-casa-de-ricardo-severo/

Fig. 96 – Arcos de volta perfeita na casa de Ricardo Severo.

Fonte: https://portoantigo.wordpress.com/2013/01/01/a-casa-de-ricardo-severo/

Fig. 97 – Azulejos aplicados na fachada.

Fonte: https://portoantigo.wordpress.com/2013/01/01/a-casa-de-ricardo-severo/

Fig. 98 – Representação da escadaria do caso de estudo.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 99 – Detalhe na escadaria de Silva Moreira.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 100 – Alçado este do caso de estudo.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 101 – Aplicação do azulejo na fachada frontal da habitação de Guimarães.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 102 – Vão superior da *bow window*.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 103 – Alçado sul da habitação.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 104 – Alçado frontal do caso de estudo.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 105 – Alçado frontal da casa de Ricardo Severo.

Fonte: https://portoantigo.wordpress.com/2013/01/01/a-casa-de-ricardo-severo/

Fig. 106 – Imagem do espaço dos arcos antes do projeto.

Fonte: https://heritageatlasporto.arq.up.pt/portfolio/pousadadesantamarinha/

Fig. 107 – Arcos para o novo programa.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 108 – Espaço do claustro.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 109 – Arco moçárabe.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 110 – Alçado frontal da nova adição de Távora.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 111 – Alçado lateral do volume do alojamento.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 112 – Cobertura da nova adição de Távora e alçado.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 113 – Alçados do edifício existente.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 114 – Integração do edifício com o terreno.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 115 - Integração do edifício com o terreno.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 116– Alçado frontal da nova adição de Távora.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 117 – Cobertura do novo volume.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 118 – Intervenção sobre elementos existentes.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 119 – Intervenção sobre elementos existentes.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 120 – Implantação do edificio existente e da nova proposta a cor vermelha.

Fonte: Google Maps – Guimarães

Fig. 121 – Estados de evolução do projeto.

Fonte: Fernandes (2025)

Fig. 122– Planta de cobertura com identificação dos volumes que ocupam o lote. Escala 1:500

Fig. 123 – Planta de piso referente ao rés do chão. Cota 196.40 Escala 1:500

Fig. 124 – Alçado para a Avenida Cónego Gaspar. Escala 1:500

Fig. 125 – Alçado norte do muro existente. Escala 1:500

Fig. 126 – Alçado da Rua dos Combatentes da Grande Guerra. Escala 1:500

Fig. 127 – Planta de cobertura com marcação dos bancos e tanque. Escala 1:500

Fig. 128 – Banco situado na zona norte do terreno.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 129 – Banco situado na zona sul do terreno.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 130 – Tanque junto ao muro existente.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 131 – Tanque junto ao edifício 3.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 132 – Planta de piso referente à cave. Escala 1:500

Fig. 133 – Corte [AA']. Escala 1:200

Fig. 134 – Planta de piso referente ao piso 1. Escala 1:500

Fig. 135 – Planta de piso referente apo piso 2, torre. Escala 1:500

Fig. 136 – Planta de cobertura. Escala 1:500

Fig. 137 – Alçado frontal com edifício 1, 2 e 3. Escala 1:500

Fig. 138 – Alçado norte com edifício 1 e 3. Escala 1:500

Fig. 139 – Alçado oeste do edifício 3. Escala 1:500

Fig. 140 – Alçado sul do edifício 2. Escala 1:500

Fig. 141 – Alçado norte dos volumes 3 e 4. Escala 1:500

Fig. 142 – Zona da *loggia*.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 143 – Alçado sul.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 144 – Alçado norte.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 145 – Alçado norte.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 146 – Alçado norte.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 147 – Alçado este.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 148 – Zona do átrio do 1 piso.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 149 – Sala do piso do rés do chão.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 150 – Espaço do átrio do piso do rés do chão.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 151 – Espaço da *bow window* do 1 piso.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 152 – Espaço do piso da cave.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 153 – Sala do piso da cave.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 154 – Envidraçado do átrio do piso da cave.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 155 – Parede do átrio do piso da cave.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 156 – Planta de coberturas atual com identificação de paredes a demolir com cor amarela.

Fig. 157 – Representação dos serviços na envolvente da habitação.

Fonte: Google Maps.

Fig. 158 – Diagrama dos espaços do novo programa.

Fig. 159 – Planta de cobertura com o resultado das demolições previstas. Escala 1:500

Fig. 160 – Evolução do desenho do projeto.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 161 – Desenho dos alinhamentos para o edifício do alojamento. Escala 1:500

Fig. 162 – Identificação de pavimentos. Escala 1:500

Fig. 163 – Nova proposta piso do rés do chão. Escala 1:500

Fig. 164 – Nova proposta piso 1. Escala 1:500

Fig. 165 – Nova proposta piso do rés do chão. Escala 1:500

Fig. 166 – Identificação do programa. Escala 1:500

Fig. 167 – Alçado sul. Escala 1:500

Fig. 168 – Alçado este. Escala 1:500

Fig. 169 – Alçado sul. Escala 1:500

Fig. 170 – Alçado norte. Escala 1:500

Fig. 171 – Alçado oeste. Escala 1:500

Fig. 172 – Desenho do alinhamento entre vãos. Escala 1:300

Fig. 173 – Desenho da cobertura em zinco. Escala 1:200

Fig. 174 – Registo fotográfico da sala do piso do rés-do-chão, onde se localiza o elemento *bow-window*.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 175 – Registo fotográfico da sala do piso da cave, localizada no alçado na aresta do alçado Norte e Este.

Fonte: Autoria própria.

Fig. 176 – Representação do desenho criado pelo estuque no teto.

Fig. 177 – Solução proposta para a sala do piso do rés do chão.

Fig. 178 – Representação em corte perspético da estrutura de madeira no teto.